
RELATÓRIO E CONTAS 2023

ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	3
VALORES CARACTERÍSTICOS	7
MISSÃO E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	8
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL	10
FACTOS RELEVANTES.....	13
DESEMPENHO	15
Exploração de Centrais Geotérmicas.....	18
Exploração de Recursos Geotérmicos.....	22
Exploração de Parques Eólicos	25
Exploração de Centrais Hidroelétricas	28
Exploração de Parques Fotovoltaicos.....	35
INVESTIMENTO	36
DOMÍNIO SOCIAL.....	49
DOMÍNIO AMBIENTAL	53
EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA	57
PERSPETIVAS.....	67
INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS	69
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	79
BALANÇO	82
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	83
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO.....	84
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	85
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	86
ANEXOS	138

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A EDA Renováveis apresentou em 2023 um resultado positivo de 13,6 milhões de euros, verificando-se um acréscimo de 59%, face ao valor registado no ano anterior, e um desvio positivo de 54%, relativamente ao projetado. O volume de negócios ascendeu a 29,2 milhões de euros.

Em 2023, a produção de energia elétrica da EDA Renováveis foi 271,7 GWh, revelando um acréscimo de 4,0% face ao valor registado no ano anterior. A produção de origem geotérmica foi de 183,8 GWh, superior em 6,3% à produção alcançada em 2022. A produção de origem eólica foi de 56,0 GWh, 6,3% superior à verificada no ano anterior. A produção hídrica atingiu os 30,8 GWh, 10,8% abaixo do valor registado em 2022. A produção de origem fotovoltaica nas ilhas de Santa Maria e Corvo, em 2023, foi de 1,0 GWh.

O ano de 2023 ficou inevitavelmente marcado pelo conflito existente entre a Rússia e a Ucrânia, que se prolonga desde a invasão por parte da Rússia, a 24 de fevereiro de 2022. A EDA Renováveis, tal como grande parte das empresas, viu a sua atividade condicionada por este evento, principalmente no que respeita à realização do investimento, tendo promovido os ajustamentos necessários e sido dada particular atenção à continuidade do serviço prestado.

No que diz respeito ao investimento na exploração de recursos geotérmicos para a produção de eletricidade, entre junho e dezembro de 2023 foi possível concluir a fase de ensaios, com a avaliação da produção dos poços CL8, PA6 e PA7. Os ensaios de produção são atividades essenciais para avaliar a energia primária disponível para alimentar as centrais geotérmicas com vista à produção de eletricidade. Nesta avaliação incluem-se parâmetros funcionais, essenciais para a conceção do grupo gerador e configuração dos cadernos de encargos dos concursos, a lançar no mercado internacional para a respetiva contratação. Ao nível das infraestruturas de geração, o ano de 2023 é marcado pelo lançamento do concurso para o “Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 10 MW a 11 MW” em maio. Contudo, após a avaliação da única proposta admitida, verificou-se que esta não cumpria integralmente com os requisitos das especificações técnicas e com o previsto no Programa do Concurso, pelo que o Conselho de Administração decidiu a exclusão da proposta, a não adjudicação do contrato e a inerente revogação da decisão de contratar, extinguindo-se o procedimento e impondo o lançamento de novo concurso.

A produção de energia de origem eólica registou um acréscimo de 6,3%, face ao valor registado no ano anterior. A maior disponibilidade de recurso em 2023, e a comparação com o ano de baixo recurso como havia sido 2022, foram a principal razão deste resultado.

A produção de energia de origem hídrica foi afetada em 2023 por eventos meteorológicos extremos, especialmente na ilha de São Miguel, e por problemas técnicos nas centrais da Terceira e Faial, registando um decréscimo de 10,8% face à produção do ano anterior e 4,9% inferior à produção estimada para o ano. Mesmo assim tratou-se de uma produção anual situada no percentil 70 das produções hidroelétricas anuais do arquipélago, só tendo sido ultrapassada pelas produções de 2011, 2021 e 2022.

A intensa precipitação associada à depressão Óscar em junho de 2023 desencadeou um avultado número de movimentos de vertentes na Ribeira Quente, destruindo parcialmente o canal da Central Hidroelétrica dos Túneis, a central hidroelétrica mais produtiva no arquipélago, e paralisou, por um longo período, a produção hidroelétrica na Central da Foz da Ribeira. Por outro lado, tempestades elétricas afetaram os sistemas de comunicação do Varadouro, na ilha do Faial, e, provavelmente, o gerador do Salto do Cabrito, em São Miguel, que está em reparação desde o final do mês de novembro.

Em termos de recurso este foi em média abundante ao longo do ano de 2023, com excesso nalguns períodos que se traduziram numa redução da produção pela má qualidade das águas da Ribeira Quente e pelos danos provocados pela precipitação intensa, especialmente nas centrais dos Tambores, Canário, Túneis e Foz da Ribeira e por uma redução da precipitação, relativamente à normal climatológica, nos meses de janeiro, fevereiro, julho e agosto, verificada essencialmente nas ilhas dos grupos Ocidental e Central.

Houve grandes intervenções nalgumas centrais hidroelétricas, nomeadamente nos Túneis, com a necessidade de reconstruir parte do canal destruído pela depressão Óscar, na Foz da Ribeira devido à necessidade de remover avultadas quantidades de terra e grandes pedras e no Salto do Cabrito pela necessidade de remover árvores de grande porte que ameaçavam equipamentos, tendo o mesmo acontecido na Central Hidroelétrica da Nasce Água.

A nível de investimentos destacam-se a construção de duas turbinas Vortex que serão instaladas nas imediações da Central Hidroelétrica dos Túneis, a instalação de um novo SCADA nas centrais hidroelétricas da Ilha Terceira, a instalação de novos sistemas hidráulicos nas Centrais hidroelétricas do Varadouro e Salto do Cabrito, a instalação de fibra ótica nas Centrais hidroelétricas da Ribeira da Praia e na Fábrica Nova, as obras de

construção civil para requalificação da barragem e do sistema de suporte dos balões de retenção de água, bem como a substituição dos telhados de fibrocimento contendo amianto nas casas de arrumos da Central Hidroelétrica de Além Fazenda, na ilha das Flores, a conclusão da adaptação do estudo do Aproveitamento hidroelétrico da Povoação e a instalação de painéis fotovoltaicos nas centrais hidroelétricas da Nasce Água e São João de Deus.

Relativamente aos investimentos previstos e considerando a pretensão da região Autónoma dos Açores em promover investimentos na Transição Energética, da responsabilidade da Região, nomeadamente em projetos que visam aumentar a participação dos recursos energéticos renováveis na produção de eletricidade, procedeu-se, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), à candidatura ao investimento C14-i03-RAA – “Transição Energética nos Açores”, dividindo-se pelos sub-investimentos C14-i03.01-RAA - Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade, investimento no incremento e revitalização da potência útil instalada em energia geotérmica para a produção de eletricidade no global de 17 MW, que permitirá um aumento da descarbonização do setor elétrico, por via do aumento da energia limpa por substituição de parte da energia térmica de base fóssil; e C14-i03.02-RAA - Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo, incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo – 850 kW, sem comprometer a estabilidade e a segurança do sistema elétrico: investimento que permitirá a integração de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis, visando alcançar taxas de produção renovável elevadas, através da instalação de um parque eólico e um parque fotovoltaico, e a operação do sistema elétrico sem componente térmica em períodos de abundância de recursos renováveis.

Continuou-se com a monitorização geodésica na Fajãzinha que visa garantir a segurança do Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande, na ilha das Flores, com uma potência estimada em 1.2 MW, cujos dados levarão a uma tomada de decisão sobre a manutenção do projeto ou a sua alteração em 2024. Concluiu-se a adaptação do projeto de Aproveitamento Hidroelétrico da Povoação que, se implementado, permitirá incrementar a potência hidroelétrica instalada em São Miguel em 1.1 MW. Está a decorrer o estudo do Aproveitamento hidroelétrico da Ribeira do Guilherme que permitirá avaliar a pertinência da instalação de uma potência de 2.1 MW, e está, na fase final, a instalação de duas turbinas Vortex, num total de 60 kW, do projeto piloto da EDA Renováveis de microprodução descentralizada.

A concretização dos objetivos estabelecidos para 2023 contou, como sempre, com a colaboração da EDA, enquanto acionista majoritária da empresa, aqui se registando o nosso agradecimento.

Para finalizar, reafirma-se o justo apreço a todos os trabalhadores da EDA Renováveis, pela dedicação demonstrada e empenho colocado na realização do seu trabalho, que se traduz no alcance de metas de produção de energia elétrica de origem renovável que se pretendem cada vez mais ambiciosas e nos resultados da empresa, com benefício para o Grupo EDA e para a Região.

VALORES CARACTERÍSTICOS

	2023	2022	2021	2020	2019
PRODUÇÃO ENERGIA ELÉCTRICA (GWh)	272	261	257	279	279
Geotérmica	184	173	159	192	192
Hídrica	31	35	35	30	30
Eólica	56	53	63	57	57
Fotovoltaica	1	1	1	0	0
EQUIPAMENTO (nº)					
Centrais Geotérmicas	3	3	3	3	3
Centrais Hídricas	12	12	12	12	12
Parques Eólicos	7	7	7	7	7
Parques Fotovoltaicos	2	2	2	0	0
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	64	64	64	63	63
Centrais Geotérmicas	27	27	27	27	27
Centrais Hídricas	8	8	8	8	8
Parques Eólicos	29	29	29	29	29
Parques Fotovoltaicos	0,7	0,7	0,7	0,0	0,0
INDICADORES (Mil Euros)					
Volume de Negócios	29 216	26 739	26 000	28 370	28 026
Resultado Operacional - EBIT	15 360	9 953	10 601	12 259	12 066
EBITDA	23 240	17 606	18 180	20 143	19 849
VAB	24 968	19 841	20 389	22 343	20 777
Resultado por ação (Euro)	2,85	1,79	1,66	2,09	1,97
Capital Próprio	150 742	140 953	115 306	113 000	108 630
Ativo Líquido	169 340	158 499	129 609	130 521	126 264
Investimento (ano)	3 852	5 229	20 083	13 622	2 887
Nº DE TRABALHADORES	68	70	80	70	60

Missão e Objetivos Estratégicos

A EDA Renováveis tem por **Missão** o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins bem como fornecer bens, prestar serviços e assistência técnica a terceiros em áreas afins, devendo, em articulação com a EDA, assegurar de forma sustentável o interesse da sociedade e das partes interessadas para o seu bom desempenho.

A **estratégia** da EDA Renováveis atende à sua responsabilidade social e promove a transição para uma economia de baixo carbono nos Açores. Considera o desenvolvimento de um portefólio de produção de eletricidade através de fontes renováveis, suportado em soluções diferenciadoras, ajustadas aos recursos naturais de cada uma das ilhas dos Açores.

O capital gerado pela empresa deve assegurar as necessidades de investimento para manutenção, renovação e crescimento da sua capacidade produtiva de modo a capturar as oportunidades provenientes da transição energética e a remunerar o capital acionista.



A estratégia é suportada na capacidade financeira e técnica da empresa e o seu sucesso depende desse binómio. Uma cultura organizacional alicerçada no conhecimento, nas boas práticas e na partilha de valor assegurará as competências necessárias para enfrentar os desafios e as dinâmicas do sector energético.

Assumindo a ética e a responsabilidade social e ambiental como **Valores** é nossa **Visão** que a aplicação das melhores práticas no desenvolvimento das atividades, assente na gestão de riscos e de oportunidades, nos proporcionará alcançar os **Objetivos Estratégicos** definidos nos Planos e Orçamentos da empresa:

- Assegurar a **Qualidade de Serviço e a Satisfação do Cliente** – assente na ideia de que a capacidade produtiva apenas assume valor enquanto realização da satisfação de uma necessidade;

- Promover o **Desenvolvimento Sustentável** – reconhecimento da relevância e do impacto da atividade da empresa nas vertentes ambiental, económica e social nos Açores;
- Garantir a **Solidez e Sustentabilidade Financeira** – determinante para a viabilização e garantia de retorno do projeto EDA Renováveis;
- Promover a **Inovação e a Modernização Tecnológica** – essencial no atual contexto de desenvolvimento tecnológico de descarbonização da economia e da transição energética e da digitalização e conectividade da economia;
- Garantir o **Desenvolvimento de Competências** – assegurar a capacitação e o bem-estar dos trabalhadores através da partilha de valor, do conhecimento e das boas práticas de integração e de suporte na empresa.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E SECTORIAL

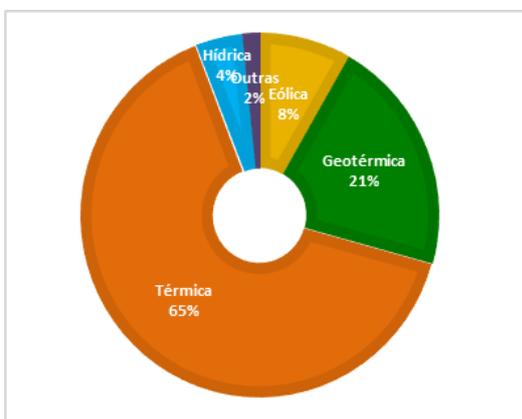
O atual enquadramento económico mundial encontra-se fortemente marcado pelos efeitos da invasão da Ucrânia por parte da Rússia e pelas sanções aplicadas a esta pela União Europeia e Estados Unidos da América, que afetaram também toda a economia mundial, refletindo-se em aumentos significativos da inflação a nível geral.

Em Portugal, de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística, o Produto Interno Bruto, no final de 2023, registou um crescimento de 0,5%, após o maior crescimento registado em 2022, desde 1987, em 6,7% em 2022. Quanto à inflação, e de acordo com a mesma fonte, o valor registado no final do exercício de 2023 foi de 5,5%.

Na Região Autónoma dos Açores, o impacto da inflação reflete-se num retrocesso do cenário de retoma que vinha a ser seguido após a situação pandémica vivenciada desde 2020.

O mercado da eletricidade da Região caracteriza-se pela sua reduzida dimensão e dispersão pelas nove ilhas do arquipélago, com a maior concentração geográfica de clientes a situar-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, responsáveis pelo consumo de 79,1% de energia elétrica na Região.

Em 2023, o consumo de eletricidade na Região Autónoma dos Açores registou um crescimento na ordem dos 2,1%.



A EDA Renováveis tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis para a produção de eletricidade ou outros fins. Na Região Autónoma dos Açores, no ano de 2023, cerca de 89% da eletricidade emitida para a rede com origem em fontes renováveis ou de recursos endógenos foi da responsabilidade da EDA Renováveis. A empresa possui atualmente três Centrais Geotérmicas, Ribeira Grande e Pico Vermelho, em São Miguel e Pico Alto, na Ilha Terceira, sete Parques Eólicos instalados nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, doze Centrais mini-hídricas, instaladas nas ilhas de São Miguel, Terceira, Faial e Flores e dois Parques Fotovoltaicos instalados em Santa Maria e Corvo.

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de

16 de junho de 2020, passível de prorrogação, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos, contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Detém também as concessões para a captação de água superficial, para produção de energia, na ilha de São Miguel, na Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; na Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018, e nos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como em Vila Franca do Campo, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém igualmente, na ilha das Flores, a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica relativamente às ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019, e renovou em 2022 a concessão de recursos hídricos e a Avaliação de Impacte Ambiental da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores. A 27 de setembro de 2022 obteve a concessão para aproveitamento hidroelétrico das sobras das águas das nascentes do Cabrito e Furna da Água, na ilha Terceira, para a laboração das centrais da Nasce Água, São João de Deus e Cidade por um período de 75 anos. A 9 de novembro de 2023 obteve-se a concessão de recursos hídricos para utilização privativa das ribeiras das Águas Claras, Cabeço dos Trinta, Lomba, Adão, Bom Dia, Serrado Novo, Cabras, Funda, Joana Pires e linhas de água do Brejo, para produção de energia hidroelétrica na central do Varadouro – ilha do Faial, por um período de 75 anos.

Os Parques Eólicos e Parques Fotovoltaicos operam mediante as respetivas licenças de exploração.

A exploração dos recursos é feita mediante a atribuição de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, conforme previsto no Art.º 11º, do Decreto Legislativo Regional nº 15/96/A, de 1 de agosto. A licença é sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, que é concedida após consulta ao concessionário do transporte e distribuição para determinação dos pontos de interligação e da tensão nominal nesses pontos.

A EDA Renováveis, enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis, tem, de acordo com o Art.º 12º do decreto legislativo regional acima referido, garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz, direito esse vertido no contrato de compra

e venda de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade na Região Autónoma dos Açores. A eletricidade produzida foi vendida aos preços estabelecidos em contrato, cujos valores de 2023 foram de 107,20 euros/MWh.

A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção, em função da procura de energia elétrica e das cláusulas contratuais de fornecimento de energia, conforme princípios estabelecidos no Despacho Normativo nº 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Eletricidade da Região Autónoma dos Açores na deslastragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

FACTOS RELEVANTES

Ao longo do ano de 2023 sobressaem acontecimentos significativos que importam destacar:

- Reconstrução de parte do canal da Central Hidroelétrica dos Túneis, destruído pela depressão Óscar;
- Obras de construção civil de requalificação da barragem e do sistema de suporte dos balões de retenção de água no Aproveitamento Hidroelétrico de Além Fazenda na ilha das Flores;
- Aquisição de duas turbinas Vortex de 30 kW cada para instalação nas imediações da Central Hidroelétrica dos Túneis;
- Substituição dos sistemas de controlo hidráulico das centrais hidroelétricas do Varadouro e Salto do Cabrito;
- Instalação de painéis fotovoltaicos nas Centrais Hidroelétricas de São João de Deus e Nasce Água;
- Substituição dos telhados contendo amianto das casas de arrumos da Central Hidroelétrica de Além Fazenda;
- Instalação de fibra ótica nas centrais hidroelétricas da Ribeira da Praia e Fábrica Nova;
- Certificações legais de produção elétrica das centrais hidroelétricas da Fábrica Nova e Ribeira da Praia;
- A obtenção de licença para utilização privativa de recursos hídricos, por um prazo de 75 anos, para a laboração da Central Hidroelétrica do Varadouro;
- Conclusão do estudo e adaptação do Aproveitamento Hidroelétrico da Povoação;
- Lançamento do concurso público internacional para o fornecimento de aerogeradores para as ampliações dos parques eólicos das ilhas de S. Maria, S. Jorge e Flores após uma necessária revisão do preço base, face ao anterior ter ficado deserto;
- Realização dos ensaios de produção dos poços geotérmicos CL8, PA6 e PA7;
- Lançamento do concurso público para o contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 10 MW a 11 MW;
- Contratação dos serviços de engenharia de projeto referentes à elaboração do Anteprojecto do sistema de transporte de fluido entre os poços CL8, CL9 e CL10 e a Central Geotérmica da Ribeira Grande;

- Contratação dos serviços de engenharia de projeto referente à elaboração do Estudo Prévio, Anteprojeto e Projeto de Execução do acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10;
- Contratação dos serviços de engenharia referentes à elaboração do Projeto de Execução do Sistema Hidráulico de ligação entre a Central Geotérmica do Pico Vermelho e a conduta de injeção a jusante do PV5;
- Desenvolvimento da empreitada relativa ao concurso público internacional para o fornecimento e montagem de aerogeradores e restantes instalações para a construção do parque eólico da ilha do Corvo.

DESEMPENHO

Em 2023, a potência total instalada em centrais hídricas, eólicas e geotérmicas da EDA Renováveis ascendia a 64,1 MW. O conjunto dos centros produtores integram:

Ilha	Parque Eólico	Potência (MW)
Santa Maria	Figueiral	1,5
São Miguel	Graminhais	9,0
Terceira	Serra do Cume	9,0
São Jorge	Pico da Urze	1,8
Pico	Terras do Canto	2,4
Faial	Salão	4,3
Flores	Boca da Vereda	0,6
Total		28,6

Ilha	Central Hídrica	Potência (MW)
São Miguel	Salto do Cabrito	0,7
	Tambores	0,1
	Canário	0,4
	Foz Ribeira Quente	0,8
	Ribeira da Praia	0,8
	Nova	0,6
Terceira	Túneis	1,6
	Nasce D'Água	0,7
	Cidade	0,3
Faial	São João de Deus	0,4
	Varadouro	0,3
Flores	Ribeira Além Fazenda	1,5
Total		8,3

Ilha	Central Geotérmica	Potência (MW)
São Miguel	Pico Vermelho	10,0
	Ribeira Grande	13,0
Terceira	Pico Alto	3,5
Total		26,5

Ilha	Parque Fotovoltaico	Potência (MW)
Santa Maria	Aeroporto	0,6
Corvo	Vila do Corvo	0,2
Total		0,8

- Sete Parques Eólicos nas ilhas de Santa Maria, São Miguel, Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Flores, com uma potência total instalada de cerca de 28,6 MW;
- 12 Centrais Hídricas, com uma potência total de cerca de 8,4 MW, localizadas em São Miguel, Terceira, Faial e Flores;
- Três Centrais Geotérmicas, duas localizadas na ilha de São Miguel e uma na ilha Terceira, com uma potência total de 26,5 MW;
- Dois Parques Fotovoltaicos, localizados nas ilhas de Santa Maria e Corvo, com potências de 600 kW e 150 kW, respetivamente, totalizando uma potência de 0,8 MW.

O aproveitamento do recurso geotérmico na ilha de São Miguel é efetuado no campo da Ribeira Grande, localizado no flanco norte do vulcão do Fogo, através da operação das Centrais da Ribeira Grande e do Pico Vermelho. A Central da Ribeira Grande é abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos poços CL1, CL5, CL6 e CL7, situados na parte sul do campo, designada por sector de Cachaços-Lombadas.

A Central do Pico Vermelho é abastecida pelo fluido geotérmico dos Poços PV2, PV3, PV4, PV7 e PV8, situados, na parte norte do vulcão, designada por sector do Pico Vermelho.

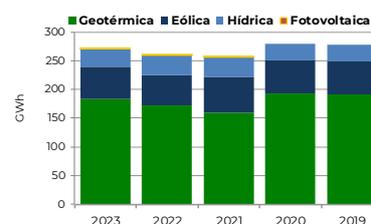
Após utilização nas centrais, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório, com a reinjeção a ser repartida pelos sectores de Cachaços-Lombadas (Poços CL4 e CL4-A) e do Pico Vermelho (Poços PV9, PV10 e PV11). Face à boa permeabilidade dos poços de reinjeção e à sua localização, numa elevação inferior à das centrais, a reinjeção ocorre em aspiração, sem necessidades de bombagem.

Na ilha Terceira, é efetuado o aproveitamento do recurso do campo geotérmico do Pico Alto, localizado no vulcão do Pico Alto, através da operação da Central com a mesma designação com uma potência instalada de 3,5 MW. Este campo geotérmico, ainda em investigação, dispõe de apenas 4 poços em exploração, com profundidades variáveis entre 1,1 e 1,9 km.

A Central do Pico Alto (3,5 MW), em operação desde agosto de 2017, é abastecida pelo calor do fluido captado pelos Poços PA2, PA3 e PA4, que após utilização na Central são devolvidos ao reservatório profundo, no poço PA8, onde a reinjeção ocorre em aspiração.

Emissão de energia eléctrica de origem renovável, por recurso (GWh)

	2023	2022	2021	2020	2019	Var. 2023/2022
Eólica	56,0	52,7	63,1	56,9	57,4	6,3%
Geotérmica	183,8	172,9	158,8	193,2	191,5	6,3%
Hídrica	30,8	34,6	34,8	30,2	29,6	-10,8%
Fotovoltaica	1,0	1,0	0,5	0,0	0,0	1,6%
Total	271,7	261,3	257,2	280,2	278,6	4,0%



Do total de energia elétrica emitida pela EDA Renováveis, 271,7 GWh, 67,6% foi de origem geotérmica, 20,6% de origem eólica, 11,4% de origem hídrica e 0,4% de origem fotovoltaica. Face ao ano anterior verificou-se um aumento global de 4,0%, com variações de 6,3% na produção geotérmica, 6,3% na produção eólica e -10,8% na produção hídrica.

Produção de energia eléctrica de origem renovável, por ilha, em 2023 (GWh)

	Geotérmica	Hídrica	Eólica	Fotovoltaica	Total
Santa Maria	-	-	1,79	0,96	2,7
S. Miguel	166,56	23,86	15,95	-	206,4
Terceira	17,22	1,54	25,19	-	44,0
S. Jorge	-	-	2,16	-	2,2
Pico	-	-	5,05	-	5,0
Faial	-	0,13	5,37	-	5,5
Flores	-	5,31	0,53	-	5,8
Corvo	-	-	-	0,09	0,09
Total	183,8	30,8	56,0	1,04	271,7

A energia elétrica entregue pela EDA Renováveis nas redes dos sistemas elétricos das ilhas de São Miguel e Terceira assume especial relevância.

Em 2023, a energia renovável emitida pela empresa representou 44,5%, no total do sistema elétrico da ilha de São Miguel. A energia de origem geotérmica correspondeu a 35,9%.

Na ilha das Flores, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu 51,7%, do qual 47,0% respeita a energia hídrica e 4,7% a energia eólica.

Na ilha Terceira, a produção, da responsabilidade da EDA Renováveis, de origem geotérmica representou 8,8%, no total da energia elétrica no sistema elétrico da ilha e a energia eólica representou 12,8%, com a hídrica a representar 0,8%, num total de 22,4%.

Na ilha de Santa Maria, a contribuição de energia renovável da responsabilidade da empresa atingiu os 12,0%, da qual 8,0% respeita a energia eólica e 4,3% a energia solar.

Nas ilhas do Faial, Pico e São Jorge, a percentagem de energia renovável da responsabilidade da EDA Renováveis nos sistemas elétricos dessas ilhas foi de 11,4%, 10,4% e 7,4%, respetivamente.

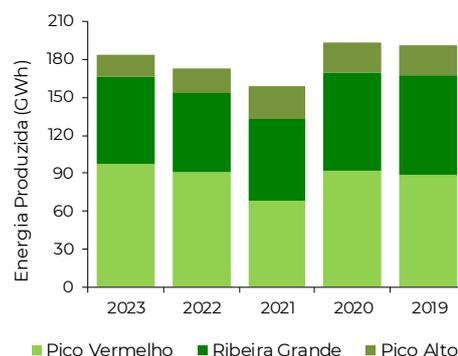
Na ilha do Corvo, a produção fotovoltaica da EDA Renováveis representou 5,0% do total da produção elétrica na ilha.

Exploração de Centrais Geotérmicas

Emissão de Energia Eléctrica

Centrais Geotérmicas (GWh)

	2023	2022	2021	2020	2019	Var. 2023/22	Contr. 2023
Pico Vermelho	97,8	90,5	68,3	91,8	89,0	8,0%	53%
Ribeira Grande	68,8	62,9	64,5	77,6	78,3	9,4%	37%
Pico Alto	17,2	19,5	25,9	23,7	24,2	-11,9%	9%
	183,8	172,9	158,8	193,2	191,5	6,3%	100%

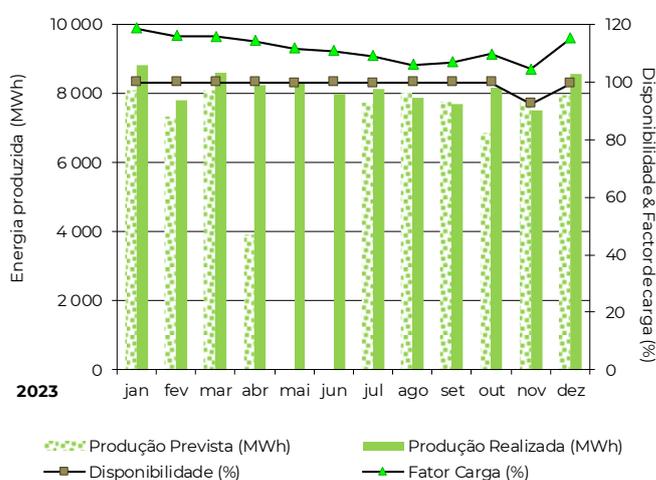


Em 2023, a produção de energia eléctrica a partir de recursos geotérmicos totalizou 183,8 GWh, mais 6,3 % do que o registado em 2022.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho

Parâmetro	Un.	2023		2022
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	73,7	97,8	90,5
Potência Média	MW	10,9	11,2	10,3
Disponibilidade	%	77,1	99,3	90,5
Fator de carga ⁽¹⁾	%	84,2	111,6	103,3

(1) Quando comparada com a potência contratada.

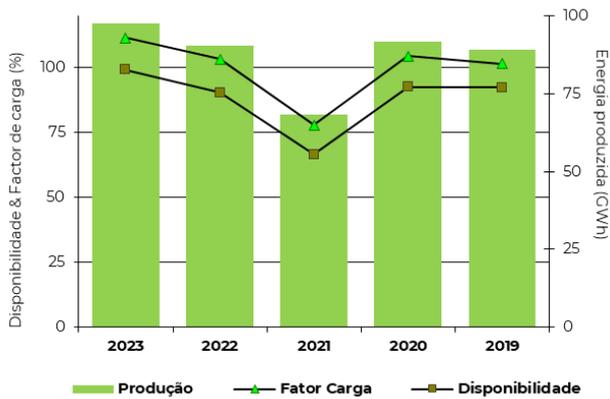


A **Central Geotérmica do Pico Vermelho** produziu 97,8 GWh, mais 8,0% do que o valor verificado em 2022. A disponibilidade atingida foi de 99,3% e o fator de carga, quando calculado tendo em conta a potência contratada, foi de 111,6%.

Tal aumento de produção resulta do facto de, em 2022, a Central Geotérmica do Pico Vermelho ter reiniciado a sua produção apenas no final do mês de janeiro, após a resolução da avaria ocorrida no alternador, que obrigou à indisponibilidade total do grupo durante o terceiro quadrimestre de 2021.

Na Central Geotérmica do Pico Vermelho procedeu-se à execução dos planos de manutenção previstos para o grupo gerador e sistemas auxiliares, bem como das inspeções dos sistemas de injeção de inibidor. Adicionalmente foi efetuada a montagem de caudalímetros na tubagem de gases não condensáveis dos vaporizadores do grupo, para permitir registar os valores dos caudais libertados e aferir da emissão de gases não condensáveis desta central. A produção realizada no ano de 2023 foi substancialmente superior à produção prevista

para aquele ano, devido à não realização da beneficiação do alternador, por indisponibilidade de todos os meios necessários, assim como se encontra em avaliação uma melhor estratégia para a execução da mesma de forma a minimizar as perdas de produção inerentes à indisponibilidade da máquina.



De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Vermelho e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no gráfico.

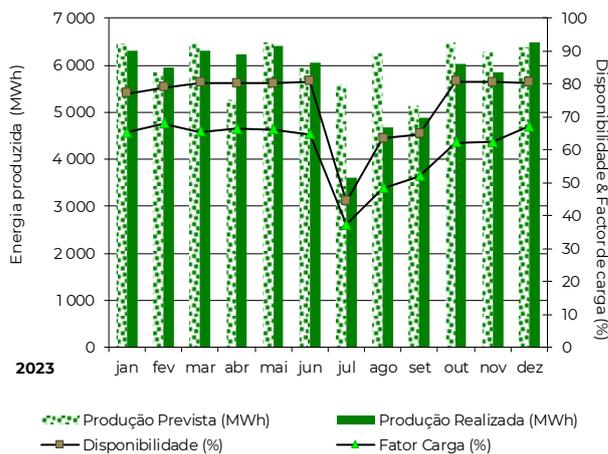
Indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande

Parâmetro	Un.	2023		2022
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	72,6	68,8	62,9
Potência Média	MW	8,3	7,9	7,2
Disponibilidade	%	77,2	74,3	65,9
Fator de carga ⁽¹⁾	%	63,8	60,4	55,2

(1) Quando comparada com a potência contratada.

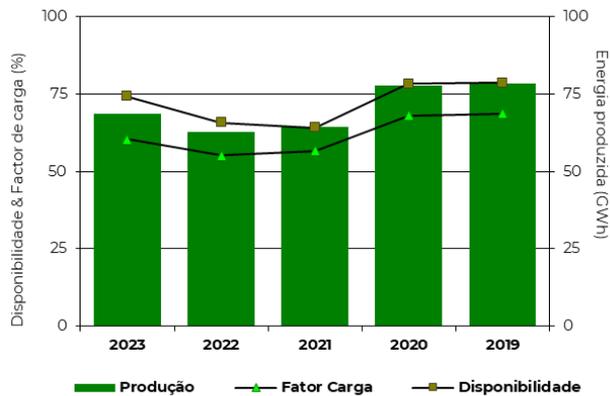
A **Central Geotérmica da Ribeira Grande**, em 2023, produziu 68,8 GWh, valor este inferior ao valor previsto inicialmente, mas superior em 9,4% relativamente ao verificado em 2022.

No âmbito das atividades de manutenção programada, foram executadas as revisões dos grupos geradores e sistemas auxiliares, assim como as inspeções dos sistemas de injeção de inibidor, de acordo com os planos de manutenção para 2023.



De um modo mais detalhado, os principais indicadores de produção da Central Geotérmica da Ribeira Grande e a evolução da produção anual da central, nos últimos cinco anos, são os indicados no gráfico.

À semelhança de anos anteriores, foi realizada a paragem anual da Central para a realização de trabalhos de manutenção diversa na instalação, incluindo a manutenção



geral da Subestação 60/10kV. Nesta paragem, foram também executados os trabalhos da ligação da conduta provisória entre a central e os poços de injeção, no âmbito da obra de beneficiação da linha de injeção que, extraordinariamente, requereu a indisponibilidade da central durante 5 dias. Como habitualmente, a paragem anual foi coordenada com a

concessionária EDA, para execução de trabalhos na linha de transporte 60 kV e no barramento da Subestação dos Foros.

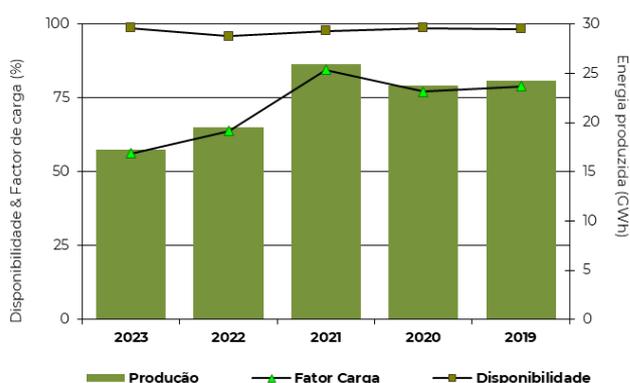
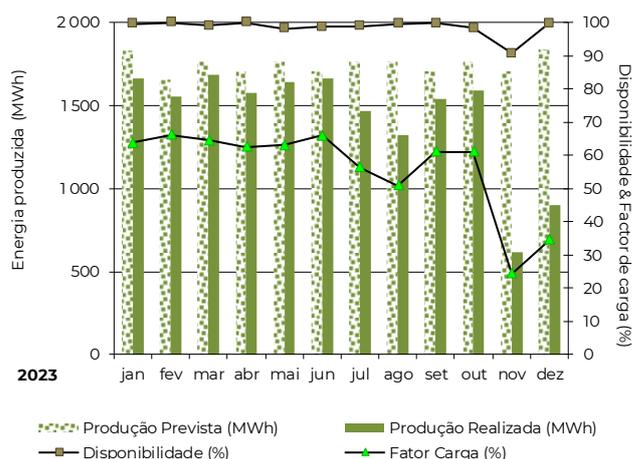
Durante os meses de Verão, foram efetuadas paragens aos Grupos #3 e #4 com vista à beneficiação dos permutadores de calor e tubagens de pentano, na sequência das dificuldades registadas no final do ano de 2022, nomeadamente ao nível da estanqueidade do feixe tubular e do corpo dos permutadores de calor do Grupo #4. Estas intervenções não se encontravam identificadas no plano e orçamento para 2023, uma vez que o registo da avaria foi detetado em data posterior à execução do planeamento, e como tal a previsão da produção não se encontrava com esta programação. Os indicadores de produção foram afetados principalmente nos meses de julho e agosto, com as paragens dos Grupos #3 e #4, contribuindo ainda a paragem geral da central, durante a qual se executou a ligação da conduta provisória entre a central aos poços de injeção, que permitiu desenvolver a obra de beneficiação da linha de injeção sem necessidade de paragens adicionais da central.

No ano de 2023, manteve-se a realização de visitas às instalações das centrais geotérmicas, privilegiando-se a utilização do circuito pedonal temático da Central Geotérmica da Ribeira Grande, registando-se mais de 1.200 visitantes, comprovando o elevado interesse do público em conhecer o aproveitamento do recurso geotérmico na produção de eletricidade.

Indicadores de produção da Central Geotérmica do Pico Alto

Parâmetro	Un.	2023		2022
		Previsto	Realizado	Realizado
Produção	GWh	21,0	17,2	19,5
Potência Média	MW	2,5	2,0	2,2
Disponibilidade	%	95,0	98,6	95,8
Fator de carga ⁽¹⁾	%	68,5	56,2	63,7

(1) Quando comparada com a potência contratada.



No ano de 2023, a **Central Geotérmica do Pico Alto** produziu 17,2 GWh, valor inferior à produção anual estabelecida para o ano.

No que respeita às atividades de manutenção programada ao grupo gerador e sistemas auxiliares, estas foram executadas conforme previsto no Plano de Manutenção de 2023. A paragem anual para a manutenção programada foi realizada no mês de novembro. De acordo com o realizado nos outros anos, a paragem anual incluiu a manutenção à subestação e aos transformadores principal e de serviços auxiliares de 30kV.

A produção de 2023 foi assegurada com o contributo dos poços PA2, PA3 e PA4, sendo que esta combinação permitiu a produção de 17,2 GWh, representado um decréscimo de cerca de 2,3 GWh, comparativamente ao ano transato.

Este decréscimo é justificado pela baixa produtividade e instabilidade

do poço PA3 que, apesar de ter-se encontrado 100% disponível para produção, verificou-se menos produtivo, comparativamente ao período que antecede a intervenção técnica no poço realizada em 2022, e também por dificuldades registadas na exploração do poço PA2, o qual teve um decréscimo contínuo de produção ao longo do ano, tendo sido tomada a opção do seu fecho durante o mês de novembro, com o intuito de estudar a sua recuperação, realização de calibrações e medições de pressão e temperatura no seu interior.

Após o fecho do poço PA2, este foi reaberto no início do mês de dezembro, tendo se verificado uma diminuição na produtividade e estabilidade do poço, o qual foi fechado novamente no final do mesmo mês.

A disponibilidade em 2023 beneficiou de um acréscimo de 2,8 pontos percentuais, face ao ano transato, fixando-se nos 98,6%, em resultado de uma paragem geral de manutenção, em novembro, e de saídas de paralelo não programadas, maioritariamente devidas a problemas na rede de distribuição.

Exploração de Recursos Geotérmicos

À semelhança dos anos anteriores, ao longo de 2023, a Central Geotérmica da Ribeira Grande continuou a ser abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos Poços CL1, CL5, CL6 e CL7. Não obstante, a produção destes poços continuou a revelar-se insuficiente para saturar a potência da Central, conforme já verificado nos indicadores de produção referidos. Após a utilização na Central, o fluido geotérmico é devolvido ao reservatório profundo, através dos poços de reinjeção CL4 e CL4-A, sem necessidade de bombagem. Quanto aos restantes poços localizados no sector de Cachaços-Lombadas, o CL3 manteve-se como poço de monitorização, garantindo o acompanhamento, em contínuo, da pressão no reservatório, enquanto o CL2, face ao colapso do revestimento de produção identificado em 2013, foi mantido fora de serviço.

A Central Geotérmica do Pico Vermelho foi abastecida pelo calor do fluido geotérmico captado pelos Poços PV3, PV4 e PV8. A produção dos poços manteve-se estável à semelhança dos anos anteriores. Após utilização na Central, o fluido geotérmico foi devolvido ao reservatório profundo, nos poços de reinjeção PV9, PV10 e PV11. Por opção de operação da Central, os poços PV2 e PV7 mantiveram-se fechados durante o ano de 2023. No Pico Vermelho, continuou a verificar-se uma elevada produção dos poços geotérmicos em operação, com conseqüente saturação da potência da Central, durante a maior parte do ano.

A operação da Central Geotérmica do Pico Alto continuou a beneficiar da produção dos Poços PA2, PA3 e PA4. Contudo, deste conjunto de poços geotérmicos, tem-se vindo a observar um declínio da produção do PA2, pelo que se manteve uma avaliação constante do poço, de forma a se otimizar a sua exploração. No âmbito dessa avaliação, decidiu-se fechar o PA2 durante cerca de um mês, para se realizarem testes e medições de pressão e de temperatura em profundidade. O poço PA3 esteve fechado durante os dias 14 de

julho a 24 de agosto, por dificuldade no escoamento do brine da bacia do PA3 para a bacia da CGPA, situação que acabou por ser solucionada. Neste período, foi criada uma linha alternativa entre o PA3 e a bacia do PA2, que permitiu a abertura do poço a 24 de agosto. O Poço PA4, continua com uma produção estável, com um declínio ligeiro no final do ano, associado à ciclicidade do mesmo. O poço de injeção é o PA8 e, até à data, não apresentou problemas na receção de efluente da Central.

No âmbito do acompanhamento da resposta do reservatório geotérmico da Ribeira Grande ao esforço de exploração, foi seguido o plano de monitorização do recurso, incluindo a monitorização da produção dos poços (caudal, entalpia e pressão à cabeça), a monitorização da pressão e temperatura do reservatório (quer através de diagrfias periódicas, quer através do registo contínuo) e a evolução da composição química e a caracterização isotópica do fluido geotérmico (incluindo a fase líquida e a fase gasosa). Ao longo de 2023, e à semelhança dos anos anteriores, o reservatório geotérmico da Ribeira Grande manteve-se estável, indicando a exploração sustentável do recurso até à data.

No âmbito das operações de manutenção preventiva dos poços geotérmicos, manteve-se a aplicação de um inibidor químico de precipitação de calcite no interior dos poços de produção do campo geotérmico da Ribeira Grande, para, dessa forma, manter a capacidade produtiva dos mesmos. Para além disso, com recurso a calibradores de diferentes diâmetros, manteve-se a inspeção da eventual presença e extensão de incrustações de calcite no interior dos poços.

No âmbito das obrigações de acompanhamento ambiental do campo geotérmico da Ribeira Grande, prosseguiram-se os programas de monitorização sismovulcânica, a cargo do CIVISA, incluindo as componentes da geodesia (deformação do terreno), da geofísica (sismicidade) e da geoquímica (campos fumarólicos), bem como dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, a cargo do INOVA, não tendo sido identificados impactos imputáveis à exploração geotérmica.

No Campo Geotérmico do Pico Alto manteve-se o plano de monitorização da exploração, muito semelhante ao implementado em São Miguel, diferindo, no entanto, na periodicidade do acompanhamento, mais apertada, devido à necessidade de caracterização detalhada e por se tratar de um reservatório com características diferentes.

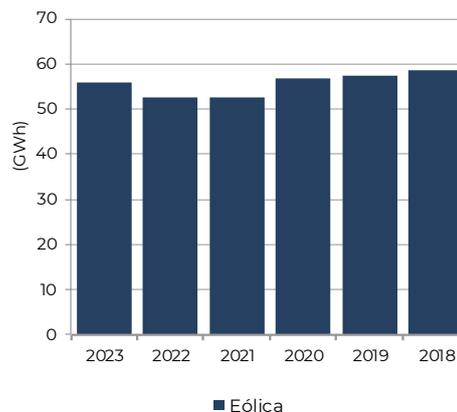
Relativamente à monitorização ambiental da exploração do Campo Geotérmico do Pico Alto, encontram-se implementados planos de monitorização dos seguintes descritores: ecologia, recursos hídricos, solos, sismo-vulcânico, qualidade do ar e ambiente acústico. Até à data não foram identificados impactes ambientais imputáveis à exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

No seguimento do RECAPE da construção e exploração da Central Geotérmica do Pico Alto (CGPA), continuou a desenvolver-se o plano de Conservação e Integração Paisagística da CGPA com o objetivo de tomar “medidas ativas para a preservação da população local de *Ammi trifoliatum*, bem como dos habitats protegidos adjacentes (turfeiras e eriçais) e das Escoadas de Lava Históricas”, reequacionado para o programa de conservação de espécies raras protegidas dentro do espaço da CGPA. Este programa de conservação estabelece o “tratamento vegetal dos taludes das plataformas, com espécies adequadas e características da flora local, com vista a colmatar problemas de erosão dos solos e a garantir a continuidade do coberto vegetal da envolvente”; bem como “a implantação de uma estrutura verde dissimuladora no perímetro da Central, com utilização de espécies características da região, adaptadas às condições edafoclimáticas, e disposta de modo a estabelecer uma certa continuidade física, ecológica e visual com os corredores vegetais existentes”, prevendo-se a plantação de espécies lenhosas e herbáceas nativas e/ou endémicas dos Açores, tendo em vista a recuperação da área envolvente do PA6.

Exploração de Parques Eólicos

Emissão de energia eólica (GWh)

2023	2022	2021	2020	2019	2018	Var.% 2023/22
56,0	52,7	52,7	56,9	57,4	58,7	6,3%



Em 2023, a produção anual de energia elétrica de origem eólica atingiu os 56,0 GWh, correspondendo a um acréscimo de 6,3% relativamente ao valor registado no ano anterior (52,7 GWh).

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico	2023	2022	Variação	
Figueiral Santa Maria	1 788	1 849	-62	-3%
Graminhais São Miguel	15 946	16 636	-689	-4%
Serra do Cume Terceira	25 194	21 023	4 172	20%
Pico da Urze São Jorge	2 158	2 472	-314	-13%
Terras do Canto Pico	5 049	4 754	295	6%
Salão Faial	5 369	5 310	59	1%
Boca da Vereda Flores	534	685	-150	-22%
Total	56 038	52 728	3 310	6%

Indicadores de produção, por parque eólico

Parque Eólico	2023	2023		
		Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Figueiral Santa Maria	1,5	1 192	14%	
Graminhais São Miguel	9,0	1 772	20%	
Serra do Cume Terceira	9,0	2 799	32%	
Pico da Urze São Jorge	1,8	1 199	14%	
Terras do Canto Pico	2,4	2 104	24%	
Salão Faial	4,3	1 263	14%	
Boca da Vereda Flores	0,6	890	10%	
Total	Total	28,6	1 963	22%

Durante o ano, ao nível da exploração, destaca-se a indisponibilidade mais prolongada do aerogerador número sete do parque do Pico da Urze, na ilha de S. Jorge, entre os meses de março e dezembro, com uma avaria grave no rolamento de yaw que pela natureza da reparação e dos meios de elevação a envolver desaconselharam a reparação. Avarias graves originando decisões semelhantes ocorreram também sobre o aerogerador treze do parque eólico do Figueiral, na ilha de Santa Maria, e sobre o aerogerador seis do parque eólico do Pico da Urze, na ilha de São Jorge. A decisão teve em conta a vida útil remanescente do equipamento, a gravidade da avaria e a intenção de desmantelar brevemente estas instalações. Maiores indisponibilidades verificaram-se ainda sobre os aerogeradores quatro do parque

eólico dos Graminhais, na ilha de São Miguel e dois do parque eólico do Salão, na ilha do Faial, que causaram maior impacto na indisponibilidade dos equipamentos, pela maior morosidade na intervenção de reparação necessária que envolve equipas especializadas e meios de elevação para a resolução das respetivas avarias.

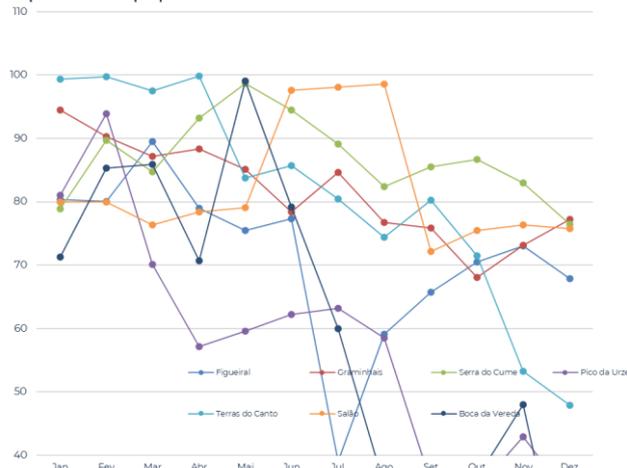
Em 2023, as taxas de disponibilidade, que representam a relação entre o número de horas que os aerogeradores estiveram disponíveis, face ao número de horas potencial ao longo do ano, de cada parque eólico, foram as que se apresentam no quadro abaixo.

As disponibilidades dos aerogeradores dos diferentes parques registam valores anuais entre os 86,9%, verificada no parque da Serra do Cume, na ilha Terceira, e os 57,7% no parque eólico do Pico da Urze.

Taxa de disponibilidade, Parques Eólicos (%)

2023													
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano
Figueiral	80,3	80,0	89,5	79,0	75,5	77,3	39,1	59,1	65,7	70,5	73,1	67,9	71,4
Graminhais	94,5	90,3	87,2	88,3	85,1	78,4	84,6	76,8	75,9	68,1	73,2	77,2	81,6
Serra do Cume	78,9	89,7	84,7	93,2	98,7	94,4	89,1	82,3	85,6	86,7	82,9	76,4	86,9
Pico da Urze	81,0	93,9	70,1	57,2	59,6	62,2	63,2	58,6	35,7	34,6	42,9	33,3	57,7
Terras do Canto	99,4	99,7	97,4	99,8	83,8	85,7	80,5	74,4	80,2	71,5	53,3	47,9	81,1
Salão	80,0	80,0	76,3	78,4	79,1	97,6	98,1	98,5	72,2	75,5	76,3	75,8	82,3
Boca da Vereda	71,3	85,4	85,9	70,7	99,0	79,1	60,0	35,3	2,8	36,4	48,0	14,3	57,3

Disponibilidade dos parques eólicos %



As intervenções de manutenção preventiva dos aerogeradores são asseguradas pela equipa do fabricante, na intervenção do tipo anual, e pela SEGMA, empresa do Grupo EDA, nas intervenções preventivas semestrais e nas intervenções de caráter curativo, exceto as que, pela especificidade, requerem a intervenção dos fabricantes. Estas intervenções foram sendo ajustadas em função das dificuldades de circulação entre as ilhas e das disponibilidades dos trabalhadores, tendo, contudo, sido totalmente asseguradas.

No âmbito da desmaterialização dos processos, toda a metodologia de reporte de avaria, de solicitação de intervenção e de relatório da intervenção, com discriminação das tipologias, das metodologias empregues, dos técnicos intervenientes e dos materiais utilizados, está integrada em plataforma eletrónica própria, denominada NAVIA.

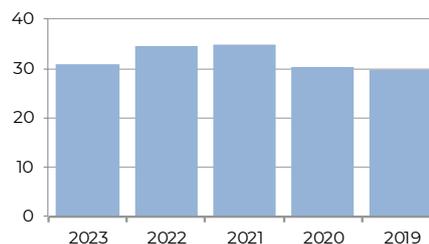
O atingir do limite da vida útil, de vinte anos, dos aerogeradores montados nos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores, verificado em 2023, foi decisivo para a degradação da disponibilidade destes parques, quer pela frequência das avarias, quer

pelo prolongamento nos tempos de reparação causada pela demora na entrega de alguns componentes e ainda pela decisão de não proceder à reparação das avarias mais graves.

Exploração de Centrais Hidroelétricas

Emissão de energia hídrica (GWh)

2023	2022	2021	2020	2019	Var.% 2023/22
30,8	34,6	34,8	30,2	29,6	-10,8%



No que diz respeito à produção de energia hidroelétrica, esta ascendeu a 30,8 GWh, em 2023, correspondendo a um decréscimo de 10,8% relativamente à produção de 34,6 GWh registada no ano anterior.

O ano de 2023, do ponto de vista dos recursos hídricos, teve um comportamento não usual no que respeita à distribuição da precipitação e sua intensidade por grupos de ilhas e ao longo do ano. Na generalidade, relativamente ao ano anterior, não houve uma redução da precipitação anual média, mas o número de eventos meteorológicos extremos aumentou com efeitos nefastos na produção hidroelétrica. Nos Grupos Ocidental e Central, abril, maio, julho e agosto foram ligeiramente mais secos do que 2022, com março, outubro, novembro e dezembro a apresentarem-se mais húmidos. No Grupo Oriental houve uma alteração do padrão anual da precipitação, com janeiro, fevereiro, agosto e setembro com menos precipitação do que em 2022 e os restantes meses do ano com precipitações médias e de maior intensidade. A produção de energia hidroelétrica no ano de 2023 situou-se no percentil 70 das produções hidroelétricas históricas da EDA Renováveis. A produção hidroelétrica na ilha de São Miguel registou uma descida acentuada de produção face a 2022 (-15,6%), resultado dos danos provocados nos equipamentos pela passagem da depressão Óscar na ilha em junho de 2023, situando-se essa produção nos 23,9 GWh (percentil 65 das produções anuais de São Miguel).

A produção hidroelétrica do Salto do Cabrito (4,4 GWh) foi, em 2023, 11,7% inferior à de 2022, que tinha sido a melhor de sempre, e 3% inferior à que tinha sido prevista, situada no percentil 65 das produções históricas do equipamento. Contribuiu para tais desvios a avaria do seu gerador que ocorreu no dia 23 de novembro de 2023, fazendo com que houvesse a perda de um mês de produção. A queima de um enrolamento do gerador teve origem na ligação do enrolamento estatórico aos cabos terminais, ligação esta realizada por simples cravamento, o que potencia uma má ligação e aquecimento consequente. O gerador foi enviado para recuperação em instalação industrial no território continental português. O hidráulico da central avariou em período anterior à

avaria do gerador e foi substituído por outro que já se tinha adquirido porque se previa que o seu tempo de vida fosse curto dado o elevado grau de oxidação que apresentava. Em 2023 procedeu-se a um extenso corte de árvores que começavam a colocar em risco as instalações e andarilhos que por aí passavam no trilho pedestre do Salto do Cabrito, uma vez que as chuvas fortes e ventos fortes associados à depressão Óscar desenraizaram algumas árvores e tornaram instável o equilíbrio de outras. Decidiu-se, por questões de segurança e de não respeito, por parte de turistas, da sinalização de perigo, aquando de descargas efetuadas na central, contratar a PSP para evitar a sua entrada, aquando dessas descargas. Em 2023 procedeu-se a manutenções elétricas e mecânicas preventivas na Central, como é habitual.

A central da Fábrica Nova, a mais antiga dos Açores em exploração, é de operação manual. A sua produção foi 2% inferior à prevista e 17,8% inferior à de 2022, tendo produzido 236 MWh. Contribuiu para essa baixa produção relativa (situada no percentil 70 das produções anuais) a necessidade de deslocar todos os colaboradores para os trabalhos urgentes de recuperação do canal dos Túneis e limpeza dos sistemas electroprodutores da Ribeira Quente, danos produzidos, como referido anteriormente, pela passagem da depressão Óscar. Neste ano de 2023 conseguiu-se obter a certificação elétrica do equipamento e levar até ao seu interior o cabo de fibra ótica. Foram efetuadas manutenções elétricas e mecânicas no equipamento com substituição de fusíveis.

Tanto a Central hidroelétrica dos Tambores com a da Foz da Ribeira também foram afetadas por derrocadas aquando da passagem da depressão Óscar, em junho de 2023 na ilha de São Miguel.

A extensão dos danos nos Tambores provocados pela depressão Óscar foi reduzida e exigiu apenas trabalho braçal e utilização de maquinaria pesada para regular o curso de água e remover terras que caíram na lateral do edifício que levaram ao alagamento do seu interior. Essa central teve neste ano a melhor produção anual de sempre (426 MWh, 27% superior à estimada e 19,9% superior à de 2022), todavia, devido a outras intempéries, houve numa primeira fase a reparação do seu limpa-grelhas e, noutra fase, nova reparação e substituição dos carretos. Adquiriu-se um novo motor e redutor para o limpa-grelhas da central. Também em fevereiro, devido a chuvas fortes, houve desvio do curso da ribeira pelo que se teve de intervir com maquinaria pesada para repor a sua normalidade e reconstruir a barragem que tinha sido destruída. Em 2023 foram efetuadas manutenções mecânicas e elétricas a esse equipamento.

A Central Hidroelétrica do Canário foi, das quatro centrais instaladas na Ribeira Quente, aquela que menos impactos negativos teve com a depressão Óscar. A sua produção

anual em 2023 foi muito boa (2,5 GWh): 13% acima da prevista e 4,5% superior à produção de 2022.

Em 2023 reparou-se o sistema de refrigeração da central, o limpa-grelhas do equipamento e o carregador de baterias. Não se realizou o investimento que estava previsto para a ampliação do canal da central na zona do limpa-grelhas por incapacidade de resposta das empresas de construção civil da ilha de São Miguel, mesmo daquela a quem já se tinha adjudicado o projeto. Também neste ano foram efetuadas manutenções mecânicas e elétricas preventivas na central.

A Central Hidroelétrica da Foz da Ribeira foi grandemente impactada por movimentos de vertente associados à depressão Óscar. No mês de junho não houve qualquer produção porque esse tempo correspondeu ao necessário para se removerem terras e grandes pedras que caíram dentro do canal. Contratou-se mão de obra adicional para diminuir o tempo de paragem do equipamento uma vez que era impossível intervir na limpeza do canal com máquinas. Mesmo assim, houve uma boa recuperação da produção no final do ano (outubro, novembro e dezembro) devido à abundância de recurso. A produção anual desse equipamento foi 2% superior à prevista, mas 13,6% inferior à produção de 2022 (4,8 GWh). Em 2023 investiu-se numa nova válvula de borboleta para o equipamento que teve de ser fabricada para esse fim, cuja instalação se prevê que ocorra em fevereiro de 2024 com apoio do fabricante da marca. Foram substituídos vedantes do bucim, restabelecida a ligação de fibra ótica destruída pela depressão Óscar e substituído o disjuntor do sistema de corrente contínua do equipamento. Realizaram-se manutenções mecânicas e elétricas preventivas na central.

A central da Ribeira da Praia teve a melhor produção anual de sempre (4,34 GWh) em 2023: 5,5% superior à produção de 2022 e 22% superior ao esperado. Neste ano foi obtida a certificação elétrica do equipamento e não foi necessário, como se previu, concretizar o investimento no banco de baterias de condensadores da central. Adquiriu-se à EDA um prédio adjacente à central que permitiu reduzir substancialmente os custos previstos para a instalação da fibra ótica nessa central e na Central Hidroelétrica da Fábrica Nova. Foram feitas algumas pequenas reparações na turbina e hidráulico da central e também realizadas manutenções elétricas e mecânicas preventivas no equipamento. Foi realizado um estudo independente do ruído produzido pela central e verificou-se que todos os parâmetros estão dentro dos limites legais. Foi assinado um protocolo de colaboração para proceder à manutenção do troço da conduta forçada da Ribeira da Praia que atravessa um viaduto da SCUT Açores, entre a EDA Renováveis e

administração dessa empresa, de modo a garantir a segurança dos trabalhadores aquando da realização de trabalhos nessa via.

A produção hidroelétrica em Além Fazenda, na ilha das Flores, situou-se nos 5,3 GWh, 5,3% superior à produção de 2022 e 10% superior à produção prevista para o ano de 2023. Houve necessidade de intervir a nível das turbinas nomeadamente no alinhamento das pás do grupo 1 e grupo 4, efetuar correções aquando de avarias que provocaram alterações de sincronismo de grupos, de avarias da sonda de nível e resolver problemas técnicos que resultaram de ventos fortes que assolaram a ilha, especialmente nos primeiros meses do ano e provocaram deslastramentos de linhas, proceder à substituição de um disco do SCADA da central, a uma substituição da ponte de díodos do grupo 1, à substituição de disjuntores e à resolução de problemas de neutro de grupos. Foi realizada uma auditoria externa não planeada à Central pela Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, não se tendo verificado qualquer inconformidade e posteriormente uma auditoria interna que teve a mesma apreciação. Procedeu-se à limpeza da câmara de carga da central com recurso a maquinaria ligeira, procedimento esse que se efetua com uma frequência média de seis em seis anos. Procedeu-se a também obras de construção civil de requalificação da barragem e do sistema de suporte dos balões de retenção de água. O betão estava “podre” resultado da sua má qualidade. Tal betão foi produzido na década de 90 e nunca tinha sido intervencionado. Removeram-se e substituíram-se as telhas de fibrocimento contendo amianto, nas casas de arrumo da central e realizaram-se manutenções elétricas e mecânicas ao

Indicadores de produção, por central, 2023

Ilha	Central Hídrica	Produção		Variação	
		2023	2022	2023/2022	
São Miguel	Salto do Cabrito	4 367	4 947	-580	-12%
	Tambores	426	355	71	20%
	Canário	2 481	2 374	107	5%
	Foz Ribeira Quente	4 778	5 532	-754	-14%
	Ribeira da Praia	4 335	4 109	226	6%
	Nova	236	288	-51	-18%
	Tuneis	7 236	9 983	-2 747	-28%
Terceira	Nasce D'Água	847	898	-50	-6%
	Cidade	217	289	-72	-25%
	S. João	475	521	-46	-9%
Faial	Varadouro	133	206	-73	-
Flores	Ribeira Além Fazenda	5 310	5 077	234	5%
Total		30 843	34 579	-3 736	-10,8%

equipamento bem como lavagem dos

geradores porque os níveis de sal eram elevados dada a proximidade da central do mar, de modo a evitar queima de enrolamentos dos geradores.

As centrais hidroelétricas em cascata da ilha Terceira, que entraram em funcionamento em 1954, foram alvo de substituição das suas condutas forçadas em 2018, mas continuaram a apresentar uma multiplicidade de problemas mecânicos e elétricos que interessa ir resolvendo ao longo do tempo. Neste ano

de 2023, investiu-se e concluiu-se a instalação de um Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados (SCADA) para essas Centrais Mini-Hídricas que se tem revelado muito eficaz.

Foram efetuadas grandes manutenções elétricas e mecânicas preventivas às centrais, tendo sido as últimas da responsabilidade dos técnicos da EDA Renováveis.

A central Hidroelétrica da Nasce Água produziu 847 MWh de energia, menos 8% do que tinha sido previsto e menos 5,6% que a produção de 2022. Contribuiu para não se atingir a previsão, um tempo maior do que o previsto para acamar as chumaceiras da central que tinham sido recondicionadas no final de 2022, a necessidade de reparação da excitatriz do gerador e a inoperacionalidade do antigo SCADA, que tal como tinha sido previsto, necessitaria de ser substituído com urgência. Neste ano concretizou-se a instalação de um novo SCADA nas centrais hidroelétricas da Terceira, cuja adjudicação tinha ocorrido no final de 2022. A falta de água durante os meses de maio, junho, julho, agosto e setembro só permitiu a sua operacionalidade plena em novembro e dezembro de 2023, uma vez que havia necessidade de realização de muitos testes ao sistema. Esses testes também contribuíram para perda de produção. Procedeu-se nos terrenos adjacentes a esse edifício à plantação de uma área de 2000 metros quadrados de plantas endémicas como contributo para a valorização da biodiversidade da ilha e resultado de um corte extenso de árvores de grande porte que ameaçavam o equipamento efetuados no ano transato. Foram plantadas 450 plantas de *Picconia azorica*, *Viburnum treleasei* e *Erica azorica*. Essa plantação ocorreu em terrenos da EDA Renováveis, mas também em terrenos adjacentes, resultado das negociações com proprietários de terrenos próximos e Governo Regional dos Açores. Também se contratou uma empresa para efetuar a limpeza do acesso ao Tanque da Costaneira que funciona como câmara de carga desta central e como tanque de reserva de água, pelo facto de este ter ficado completamente tomado por mato nos últimos 10 anos. A limpeza desse acesso não só era necessária para a boa operacionalidade dos equipamentos hidroelétricos da Terceira como também pela necessidade de instalação de novos equipamentos de comunicação com o SCADA das centrais hídricas da ilha Terceira. Foram instalados painéis fotovoltaicos no teto da central para reduzir o seu autoconsumo. No final do ano a produção fotovoltaica foi residual, correspondendo apenas a um mês de produção, que dadas as condições de cobertura de nuvens, teria de ser um mês de muito baixa produção.

A produção na Central Hidroelétrica de São João de Deus foi muito baixa (475 MWh), menos 28% do que tinha sido estimado e menos 8,9% do que a produção homóloga de 2022. Contribuiu para isso o incorreto acondicionamento das chumaceiras por empresa especializada no final de 2022, pelo que se as devolveu para que fossem de novo recondicionadas, e isso levou à perda de produção em janeiro. As perdas de produção estão associadas à necessidade de acamar as chumaceiras novamente requalificadas, a

problemas do SCADA antigo, à necessidade de intervir na reparação de excitatriz do gerador, à necessidade de reparação das cartas de comando e do vibrometer que avariaram, à escassez de água em maio, junho, julho, agosto e setembro e a paragens para aferição dos novos parâmetros do novo SCADA. Investiu-se em três novos encoders para as centrais da Terceira pelas avarias dos vibrometers e na instalação de painéis no teto da central para reduzir o seu autoconsumo. Nos últimos dois meses do ano a produção fotovoltaica foi residual e situou-se nos cerca de 2,5 MWh. Efetuou-se o levantamento das estruturas subterrâneas dessa central de modo a verificar as incompatibilidades que podem existir entre o projeto de construção de uma estrada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que passa na frente desse equipamento, de modo a garantir a sua integridade se tal projeto avançar. Iniciaram-se negociações com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo nesse sentido.

A redução da produção hidroelétrica da Central da Cidade ainda foi mais acentuada, em termos percentuais, do que na Central Hidroelétrica de São João de Deus, uma vez que as três centrais funcionam em cascata. Assim, perdas na primeira, traduzem-se em perdas muito mais acentuadas na última. A central Hidroelétrica da Cidade produziu 217 MWh de energia, menos 34% do que tinha sido previsto e menos 24,9% do que no ano de 2022. Contribuiu para isso os problemas referidos nas centrais anteriores a que acresce avaria do vibrometer, que foi substituído, corte dos cabos de ligação que liga a Central à subestação de Angra do Heroísmo, aquando da realização de obras pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, avaria de um dos transformadores de corrente e testes mais extensos na parametrização do novo SCADA, uma vez que o controlo desses parâmetros nas centrais a montante implicava a recalibração dos parâmetros nessa central localizada a jusante. Não foi realizado o investimento previsto na instalação de painéis fotovoltaicos desse equipamento porque os procedimentos burocráticos exigidos pela Direção Regional dos Assuntos Culturais e Câmara Municipal de Angra do Heroísmo são extensos e morosos, a que se adiciona a solicitação sucessiva de mais informação de cariz não técnico por essas entidades. Também se decidiu não avançar com a construção de vazadouro nas imediações da câmara de carga da Central da Cidade para prevenir danos em propriedades de terceiros aquando de excesso de água porque os primeiros testes efetuados com o novo SCADA parecem resolver esse problema, minimizando drasticamente esse risco.

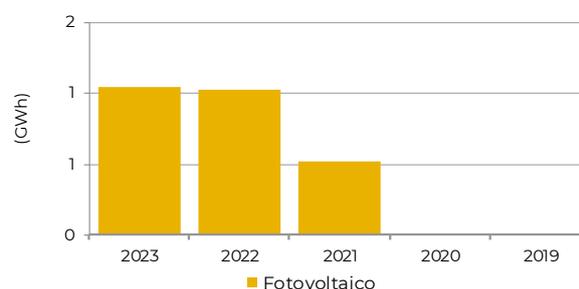
A produção hidroelétrica no Varadouro foi residual (133 MWh), 38% inferior à prevista e 35,5% inferior à de 2022. Mesmo assim, se excetuarmos 2022, tratou-se da melhor produção dos últimos sete anos. A previsão otimista efetuada prendeu-se com o investimento que se fez num novo hidráulico que controlaria eficazmente o injetor e

defletor da turbina, todavia esse novo hidráulico apresentou defeitos que tiveram de ser reparados pelo fornecedor. Por outro lado, avarias da carta de comandos, do unitrol, da sonda de nível e de comunicações, da excitatriz, limitações mecânicas da turbina, problemas elétricos provocados por descargas elétricas atmosféricas e do SCADA, agravadas pelo facto da central ser operada à distância sem qualquer colaborador afeto ao equipamento, levou a que não se tivesse atingido a produção prevista.

Exploração de Parques Fotovoltaicos

Emissão de energia fotovoltaica (GWh)

2023	2022	2021	2020	2019	Var.% 2023/22
1,0	1,0	0,5	-	-	2%



Em 2023, a produção de energia elétrica a partir de recursos solares totalizou 1,0 GWh, decorrente da exploração do Parque Fotovoltaico do Aeroporto, na ilha de Santa Maria, e do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo.

Indicadores de produção, por parque fotovoltaico

Parque Fotovoltaico		2023	2022	Variação
Santa Maria	Aeroporto	958	990	-3%
Corvo	Vila do Corvo	85	37	130%
Total		1 044	1 027	2%

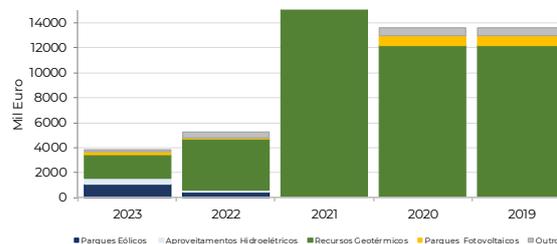
Indicadores de produção, por parque fotovoltaico

Parque Fotovoltaico	2023		
	Potência (MW)	Horas Equivalentes	Fator de Carga
Aeroporto	0,6	1 597	18%
Vila do Corvo	0,2	569	6%
Total	0,8	1 391	16%

No Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, a produção da fase A foi sendo controlada para não degradar a qualidade da energia da Ilha e a ser integrada com a produção térmica. Essa gestão do sistema de controle de potência, pelas salas de comando das centrais térmicas das ilhas do Corvo e das Flores, que leva em conta quer o potencial de produção, quer o consumo do sistema elétrico da ilha, quer as condicionantes de exploração relacionadas com a Central Térmica, traduziu-se na produção registada de 85 MWh em 2023, no indicador de 1139 horas equivalentes ou na contribuição de 5,2 % da energia fotovoltaica na produção anual de energia elétrica.

INVESTIMENTO

Investimento anual	(Mil Euro)				
	2023	2022	2021	2020	2019
Recursos Geotérmicos	1 842	4 087	19 644	12 124	12 124
Parques Eólicos	1 079	479	0	0	0
Aproveitamentos Hidroelétricos	495	108	18	35	35
Parques Fotovoltaicos	275	129	238	843	843
Outros	161	426	184	621	621
Total	3 852	5 229	20 083	13 622	13 622



O plano da EDA Renováveis integra a estratégia do Grupo EDA de otimização da penetração de energia renovável na Região. Os investimentos relativos a centros produtores, para o período 2024-2028, decorrem das necessidades de manutenção e expansão da capacidade produtiva instalada e são balizados pela possibilidade técnica de integração de energia na rede elétrica dos diversos sistemas.

O Plano, em execução, contempla um investimento global de 163 milhões de euros, sendo 66,8 milhões de euros financiados pelo PRR, realçando-se o valor de 80 milhões de euros destinados ao aproveitamento dos recursos geotérmicos e o montante de 46 milhões de euros destinados ao aproveitamento de recursos eólicos.

Em 2023, o investimento realizado ascendeu a cerca de 3 852 milhares de euros, dos quais 1 842 milhares de euros foram aplicados no aproveitamento de Recursos Geotérmicos.

Investimento Realizado, em 2023

(EUR)

Total	3 852 383	100%
Recursos Geotérmicos	1 842 458	47,8%
Central Geotérmica da Ribeira Grande	800 994	43,5%
Benef. Pint. Isol. linhas injeção e transp. vapor e água CL1	666 261	36,2%
Poços Cachaços Lombadas (CL 8, 9, 10)	29 125	1,6%
Revitalização CGRG - 5 MW	105 607	5,7%
Central Geotérmica do Pico Vermelho	320 418	17,4%
Substituição na linha de injeção CGPV-PV5	5 881	0,3%
Poços Pico Vermelho (PV 12, 13, 14)	2 095	0,1%
Expansão CGPV - 10 MW	256 300	13,9%
Caudalímetros NCG - CGPV	56 142	3,0%
Central Geotérmica do Pico Alto	721 047	39,1%
Poços Pico Alto (PA 5, 6, 7)	721 047	39,1%
Parques Eólicos	1 078 858	28,0%
Aerogeradores PE de Santa Maria - 2 700 kW (3*900)	4 753	0,4%
Aerogeradores da Terceira - 4 600 kW (3*2 300)	61 185	5,7%
Aerogeradores PE de São Jorge - 4 500 kW (5*900)	24 990	2,3%
Aerogeradores PE do Pico - 6 900 kW (3*2 300)	285	0,0%
Aerogeradores PE das Flores - 900 kW	2 998	0,3%
Aerogeradores PE do Corvo - 700 kW	984 647	91,3%
Aproveitamentos Hídricos	494 932	12,8%
Aproveitamento Hidroelétrico da Ribeira Grande	7 262	1,5%
Instalação painéis fotovoltaicos em 3 centrais hídricas	48 974	9,9%
Reabertura da Central Hídrica da Povoação	3 442	0,7%
Estudos geodésicos centrais hídricas da Ribeira Grande	254	0,1%
Aproveitamento Hídricos da Ribeira do Guilherme	1 637	0,3%
Sistema automático de comando C. hídricas da Terceira	117 090	23,7%
Instalação de sistema piloto VORTEX	191 404	38,7%
Ampliação do Canal da CH Canário	1 249	0,3%
Reabilitação edifício da CH Túneis	15 234	3,1%
Hidraulico CH Varadouro	31 464	6,4%
Viaturas Hídricas	76 920	15,5%
Parques Fotovoltaicos	274 734	7,1%
Parque Fotovoltaico do Pico	1 539	0,6%
Parque Fotovoltaico do Faial	1 539	0,6%
Parque Fotovoltaico das Flores	1 539	0,6%
Parque Fotovoltaico do Corvo	270 117	98,3%
Aquisições Diretas	161 400	4,2%

PROJETOS DE EXPANSÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA GEOTÉRMICA

As atividades de investimento com vista à expansão da capacidade de geração a partir dos aproveitamentos geotérmicos, encontram-se em curso, através do desenvolvimento dos seguintes projetos:

- Expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, passando dos atuais 10 MW para 20 MW, para o que foram executados e testados os Poços PV12, PV13 e PV14;
- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, com a revitalização de 5 MW, para o que foram executados e testados os Poços CL8, CL9 e CL10;
- Saturar a potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto, e, por forma a desenvolver a expansão da capacidade de geração dos atuais 3,5 MW para 10 MW, para o que foram executados e testados os Poços PA5, PA6 e PA7.

Com o término da execução dos novos poços geotérmicos em dezembro de 2021, os ensaios de produção decorreram entre setembro de 2021 e dezembro de 2023. Os ensaios de produção são atividades essenciais para avaliar a energia primária disponível para alimentar as centrais geotérmicas com vista à produção de eletricidade. Nesta avaliação incluem-se parâmetros funcionais, essenciais para a conceção do grupo gerador e configuração dos cadernos de encargos dos concursos, a lançar no mercado internacional para a respetiva contratação.

Os ensaios de produção dos poços geotérmicos PV12, PV13 e PV14 decorreram entre setembro de 2021 e maio de 2022, com resultados de produtividade consistentes com os restantes poços do setor do Pico Vermelho, suportando o objetivo de ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 10 a 11 MW.

Os ensaios de produção dos Poços CL8, CL9 e CL10 decorreram entre janeiro de 2022 e junho de 2023 e os seus resultados são favoráveis ao projeto de revitalização de 5 MW na Central Geotérmica da Ribeira Grande.

Os Poços PA5, PA6 e PA7 foram executados numa zona situada a Norte/Nordeste dos poços de produção interligados à Central Geotérmica, a qual não havia sido anteriormente prospetada pela perfuração de poços profundos. Os resultados obtidos durante as medições de pressão e de temperatura, assim como nos testes de injetividade realizados logo após a perfuração, indicavam que os novos poços haviam intersectado formações com baixa permeabilidade e que a temperatura do reservatório nessas áreas era inferior àquela que os poços existentes intersectavam.

Não obstante, houve a necessidade de se implementarem no terreno diferentes ações que favorecessem a recuperação térmica dos poços e potenciassem o arranque e desenvolvimento dos ensaios de produção. Dessas ações observou-se que:

- O Poço PA5 possui uma temperatura máxima de 110°C, o que indica que intersectou uma zona fora da parte atualmente ativa do reservatório de alta temperatura. O poço não é artesiano e o diferencial entre a sua temperatura máxima e a da reinjeção da Central Geotérmica do Pico Alto é muito reduzido, o que limita a sua utilização como produtor no esquema atual de operação da Central;
- Os Poços PA6 e o PA7 têm temperaturas máximas superiores à do Poço PA5, atingindo 200 a 220°C no fundo dos poços. Esta é inferior à dos poços existentes (270-315°C), mas poderá ainda ser suscetível de aproveitamento para a produção de eletricidade. Contudo, como o topo do reservatório não ultrapassa os 100-140°C e todo o perfil de temperatura está muito abaixo das condições de ebulição necessárias para que o poço possa apresentar produção artesiana (entrar em produção espontânea, através da simples abertura da válvula de controlo à cabeça do poço), razão pela qual não foi ainda possível avaliar a real capacidade produtiva destes poços.

A ausência de condições naturais de artesianismo é uma condição nova para a EDA Renováveis, pelo que em análise conjunta com o seu consultor na área da geotermia, a GeothermEx, a EDA Renováveis decidiu proceder à contratação dos serviços de aluguer de uma bomba submersível para avaliar a produtividade dos Poços PA6 e PA7. A contratação dos serviços celebrou-se em maio de 2023, contudo a realização dos ensaios do terreno ocorreu durante cerca de 7 semanas, terminando no final de dezembro de 2023. Entretanto, segue-se a análise dos dados e a avaliação dos parâmetros funcionais relativos à capacidade produtiva dos poços.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO VERMELHO

No âmbito da Expansão a capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho, procedeu-se ao lançamento do concurso referente ao “Contrato de conceção, construção, fornecimento, montagem, ensaios e entrada em serviço da Ampliação da Central Geotérmica do Pico Vermelho de 10 MW a 11 MW” e apenas a proposta recebida do agrupamento concorrente Ormat International Inc. & CME – Construção e Manutenção Electromecânica, S. A foi considerada válida, tendo sido entregues duas propostas que, por não integrarem todos os documentos previstos no Programa de

Concurso, não foram admitidas. Do processo de avaliação da proposta admitida, o Júri do Procedimento constatou a não entrega de alguns dos elementos exigidos pelo Programa do Concurso, conduzindo a incertezas no âmbito e limites do fornecimento do novo grupo, impedindo a integral avaliação e ainda a apresentação de atributos que violaram os parâmetros base fixados no Caderno de Encargos, ou que contrariavam frontalmente as especificações técnicas com as quais deveriam obrigatoriamente conformar-se. Assim, com os fundamentos do Relatório Final do Júri do Procedimento, o Conselho de Administração deliberou a exclusão da referida proposta, a decisão de não adjudicar e a inerente revogação da decisão de contratar, extinguindo-se o procedimento e impondo o lançamento de novo concurso.

Relativamente à obra de substituição da linha de injeção entre a Central Geotérmica do Pico Vermelho e o poço PV5, adjudicou-se os serviços de engenharia para a elaboração do projeto de execução do novo sistema hidráulico de injeção que visa o aumento da capacidade de transporte de fluido geotérmico entre a central e os poços de injeção, com a instalação de uma nova conduta de maior diâmetro, de construção soldada e enterrada em vala, preparada para receber o caudal adicional da expansão da central. O lançamento do concurso para a construção do novo sistema hidráulico de injeção ocorrerá em 2024.

Por outro lado, em 2023, agendaram-se no local os trabalhos relacionados com a obra de atualização dos autómatos de controlo do grupo e dos sistemas auxiliares da Central, de forma a melhorar a operação da Central, assim como alterar e atualizar as proteções de sobrevelocidade do grupo, contudo a mesma foi impedida de se realizar devido ao início dos conflitos em Israel.

CENTRAL GEOTÉRMICA DA RIBEIRA GRANDE

No âmbito do projeto para saturar a potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, com a Revitalização de 5 MW, com a substituição dos grupos geradores da Fase A, procedeu-se à contratação dos serviços de engenharia para a elaboração do anteprojecto do sistema de ligação entre os poços CL8, CL9 e CL10 e a Central Geotérmica da Ribeira Grande, que irá ser integrado no caderno de encargos para o concurso público para o contrato de conceção-construção do novo grupo gerador, e também à adjudicação dos serviços de engenharia para a elaboração do Estudo Prévio, Anteprojecto e Projeto de Execução do acesso Sul à plataforma dos poços CL8, CL9 e CL10, que integra o projeto do acesso e da estrutura metálica da travessia da ribeira das Roças, inserida entre as plataformas dos novos poços e da central. Ambos os contratos em curso são

fundamentais para a execução dos trabalhos preparatórios de construção civil que permitirão a instalação das novas condutas de transporte dos fluidos geotérmicos dos poços CL8, CL9 e CL10 que garantirão o fornecimento de energia primária ao novo grupo gerador.

Procedeu-se ainda a execução da obra de beneficiação da linha de injeção, incluindo a respetiva proteção anticorrosiva e isolamento térmico, que decorreu conforme previsto durante o 2º semestre. Com o sucesso desta intervenção, promoveu-se a melhoria da condição mecânica da conduta e a reposição das condições que garante a normal exploração da central.

CENTRAL GEOTÉRMICA DO PICO ALTO

Em 2023, não foram realizadas obras de investimento para a melhoria das condições de exploração da central geotérmica. Assim, todo o esforço de investimento foi direcionado para os ensaios de produtividade dos três novos poços geotérmicos, PA5, PA6 e PA7, com o objetivo de saturar o grupo existente e de possibilitar a expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Alto.

CONSTRUÇÃO DE PARQUES FOTOVOLTAICOS

Durante o ano de 2023 foram continuados os trabalhos necessários para os processos de licenciamento, projetos de execução e documentos para os cadernos de encargos dos investimentos constantes no Plano da empresa.

Sobre as localizações selecionadas continuou-se a recolha de dados de irradiação, prepararam-se os trabalhos de prospeção geológica e geotécnica necessárias ao concurso, bem como os trabalhos de medição das resistividades para dimensionamento das redes de terras.

Deu-se entrada do processo de licenciamento elétrico do parque fotovoltaico da Madalena, na ilha do Pico, face ao estado, mais adiantado, deste projeto.

AMPLIAÇÃO - FASE B - DO PARQUE FOTOVOLTAICO DA ILHA DO CORVO

A ampliação, fase B, do parque fotovoltaico do Pão de Açúcar, na ilha do Corvo, que visou duplicar a potência fotovoltaica já instalada de 75 kW para totalizar 150 kW, tirando partido das capacidades de regulação e estabilização da rede elétrica, quer em termos

de tensão, quer em termos de frequência, do sistema de armazenamento de energia por baterias a instalar na ilha do Corvo foi concretizado.

Aquando da instalação da fase inicial, tinha sido já acautelado espaço no edifício de comando / sala de inversores para a ampliação e no terreno, então adquirido, foi igualmente reservado espaço para o efeito.

A ampliação integrou a empreitada de construção civil necessária para a instalação dos novos equipamentos de produção – painéis fotovoltaicos e a empreitada de fornecimento e montagem dos painéis solares, inversores, cabos e estruturas complanares. Ambas as empreitadas foram concretizadas em 2023.

AMPLIAÇÕES DOS PARQUES EÓLICOS INSCRITOS EM PLANO DE INVESTIMENTO

No decurso do ano de 2023, foram desenvolvidos os processos de consulta para a execução dos projetos de construção civil, bem como se procedeu ao lançamento do concurso público internacional para fornecimento de nove aerogeradores, da classe de potência de 850 kW a 1000 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de Santa Maria, São Jorge e Flores.

A adjudicação, ao único concorrente ao concurso para o fornecimento e montagem dos aerogeradores, ocorreu em outubro, tendo o visto prévio ao contrato, submetido ao Tribunal de Contas, sido recebido a 31 de janeiro de 2024.

Durante o ano de 2023 foram desenvolvidos os concursos públicos para a elaboração dos trabalhos de construção civil, separadamente para cada uma das ilhas, nomeadamente, Santa Maria, São Jorge e Flores, tendo as adjudicações ocorrido no mês de outubro.

Desenvolveram-se também ao longo do ano os processos de licenciamento ambiental e elétrico, bem como o desenvolvimento dos cadernos de encargos com vista ao lançamento dos concursos públicos internacionais para fornecimento de aerogeradores, de classe de potência de 2000 kW e de 3000 kW, para instalação nos parques eólicos das ilhas de São Miguel, Terceira, Pico e Faial.

Na ilha Terceira, depois de se ter acautelado os direitos de superfície e de servidão de passagem com vista à ampliação do parque eólico da Serra do Cume desenvolveu-se o necessário licenciamento ambiental.

CONSTRUÇÃO DO PARQUE EÓLICO DA ILHA DO CORVO

Relativamente à construção do Parque Eólico do Cerrado das Vacas, na Ilha do Corvo, foram, pelo empreiteiro, desenvolvidos os estudos geológicos e geotécnicos nos locais de instalação dos aerogeradores. Da análise dos resultados decorreu a decisão de utilizar o sistema de micro estacas para a fundação indireta dos maciços de apoio de seis dos sete aerogeradores. Os trabalhos de elaboração da rede de média tensão até cada um dos aerogeradores, a construção da plataforma de montagem e os trabalhos preparatórios para a instalação dos postos de transformação foram sendo executados aos longo das sete diferentes localizações.

Este projeto do Parque Eólico do Cerrado das Vacas, ilha do Corvo que contempla a instalação de sete aerogeradores de cerca de 100 kW de potência unitária, numa potência mínima de 700 kW, e a instalação do Parque Fotovoltaico do Pão de Açúcar, com 150 kW instalados, na ilha do Corvo, serão apoiados com verbas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência para a medida “Corvo Renovável”, que inclui também a instalação de um sistema de resposta rápida por armazenamento em baterias, a cargo da EDA – Eletricidade dos Açores, S.A.,.

INVESTIMENTOS REALIZADOS – CENTRAIS HÍDRICAS

Desde o início do seu funcionamento, em 1990, que se detetam dificuldades em efetuar descargas de fundo, de materiais sólidos, contidos na câmara de carga, bem como dificuldades acrescidas na gestão e limpeza dos canais da Central Hidroelétrica do Canário. O alargamento do canal existente junto à zona do limpa-grelhas e a colocação de um segundo, nessa mesma secção, permitiria uma melhor gestão das ações de manutenção da central, pois reduz, pelo menos a metade, o tempo de paragem da central com intervenções dessa natureza e, por consequência, as perdas de produção. Não foi possível realizar essa obra em 2023, porque todas as empresas de construção civil da ilha de São Miguel contactadas alegaram não ter mão-de-obra para a realização dessa empreitada, mas mesmo assim a empreitada foi adjudicada, tendo o empreiteiro justificado atrasos sucessivos no início da obra com falta de mão de obra e excesso de trabalho. Assim, essa obra não foi realizada em 2023 como se previa.

Com a conclusão de um estudo de viabilidade de um aproveitamento hidroelétrico piloto de microprodução de energia através de um sistema VORTEX na ilha de São Miguel em 2022, avançou-se para a sua fase de implementação em 2023. Após consulta ao mercado europeu, o pré-projecto foi alterado de modo a maximizar a produção e a

adequar a instalação de duas turbinas de 30 kW, em vez de uma de 50 kW como previsto, ao espaço disponível na área adjacente à Central Hidroelétrica dos Túneis. As turbinas foram construídas para o efeito e aguarda-se o início dos trabalhos de construção civil para a sua instalação definitiva.

Em 2018, a EDAR tomou a decisão de construir uma central hidroelétrica no concelho das Lajes das Flores que visava o aproveitamento dos recursos hídricos da Ribeira Grande, no mesmo concelho. Tal central, conjuntamente com a de Além Fazenda, permitirá uma produção de energias renováveis na ilha que se situará nos cerca de 70% por ano. Antes da construção de tal aproveitamento, observaram-se na zona da Fajãzinha movimentos geodésicos que poderiam colocar em causa a segurança do investimento. Desde essa data que se iniciou a monitorização geodésica da área, tendo-se instalado em 2022 mais dez marcas e um posto de observação para complementar a informação existente. Solicitou-se a colaboração da Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos para efetuar as medições que são transmitidas à Açorgeo que as trata e depois à COBA para nova análise e possível readaptação do projeto. Necessitava-se pelo menos de mais um ano de observações para avaliar a segurança máxima do projeto. Foi também solicitada à Secretaria Regional do Ambiente e Alterações Climáticas a prorrogação dos prazos de concessão do recurso hídrico da Ribeira Grande, bem como da Declaração de Impacto Ambiental. No início de 2024 tomar-se-á uma decisão sobre a o avanço do projeto ou estudo de alternativas mais seguras.

Neste ano foi adquirido um novo sistema automático de comando das centrais hidroelétricas da ilha Terceira. Tratou-se de um investimento que se tornava cada vez mais urgente uma vez que os autómatos das centrais mini-hídricas da ilha Terceira tinham sido adquiridos em 1990 e o Sistema de Supervisão e Aquisição de Dados remontava ao ano de 2001, tendo 32 anos e 21 anos de vida, respetivamente, o que os tornava completamente obsoletos e extremamente vulneráveis a avarias e a perda total das suas funcionalidades por já terem ultrapassado largamente os seus tempos de vida médios (8 e 10 anos respetivamente). Só foi possível testar todo o sistema e a adequabilidade dos parâmetros a partir de outubro de 2023. A empreitada está concluída e em avaliação durante os primeiros meses de 2024.

Em 2023 iniciou-se a adaptação do estudo do aproveitamento Hídrico da Ribeira do Guilherme, concelho do Nordeste, ilha de São Miguel, onde se prevê um aproveitamento Hidroelétrico que poderá produzir cerca de 4,8 GWh de energia por ano. O Conselho de Administração considerou atualizar o estudo realizado pela empresa Hidrotécnica

Portuguesa (H.P.) na década de 90 tendo em conta a urgência da transição energética que se impõe na Europa. Trabalhos de campo efetuados pela EDA RENOVÁVEIS, S.A., conduziu à necessidade de alterar a localização prevista para a implantação da maioria das obras. A atualização do projeto foi adjudicada à COBA que solicitou dados topográficos e de precipitação adicionais. Em 2023, esses dados foram sendo recolhidos e enviados para essa empresa. Espera-se que o anteprojeto esteja concluído em 2024.

Em 2014 iniciaram-se os estudos de Atualização do Projeto para Concurso do Aproveitamento Hidroelétrico da Povoação, interrompidos, entretanto, por se entender que as prioridades de investimento eram outras. Tendo em conta o contexto energético atual e as apostas europeias nas energias renováveis, atualizou-se o projeto que visa o aproveitamento hidroelétrico da Povoação, de modo a maximizar a produção e penetração dos recursos renováveis e endógenos. Concluiu-se assim em 2023 a Fase 3 do projeto iniciado em 2014 e procedeu-se à sua aprovação, bem como à atualização dos estudos de Hidráulica, Geologia e Geotecnia, mecânica e respetiva coordenação e entrega de documentação.

Previa-se a conclusão das alterações e resolução de problemas técnicos das centrais hidroelétricas da Nasce Água, São João de Deus, Cidade e Varadouro para a sua certificação elétrica, todavia os problemas técnicos que foram sendo identificados são mais profundos do que aqueles que se tinham já identificado, levando à necessidade de novos investimentos nesses equipamentos. Tendo isso em vista, pretendia-se otimizar a produção renovável instalando painéis fotovoltaicos nas suas coberturas, o que permitiria otimizar e rentabilizar os espaços e equipamentos. A dificuldade de contratação de mão de obra para construção civil (suportes para os painéis a instalar nas coberturas dos edifícios, em betão), atrasos na concessão do recurso hídrico e certificação elétrica (alheios ao departamento) e dificuldades no abastecimento de componentes, fizeram com que só parte desse investimento se realizasse em 2023. Aquando do planeamento da instalação de painéis fotovoltaicos na central Hidroelétrica do Varadouro verificou-se que o telhado era de fibrocimento antigo. Efetuou-se uma análise ao material e detetou-se ter fibras de amianto do tipo crisótilo, riebeckite-amianto (crocidolite). Assim, optou-se por investir apenas nos painéis fotovoltaicos das centrais hidroelétricas da ilha Terceira, não avançando para o Varadouro sem que seja removido o telhado do equipamento. A necessidade de impermeabilizar devidamente os tetos das centrais, o que implica não só bom tempo, acrescida da indisponibilidade de mão de obra, foi atrasando sucessivamente essas instalações. Os trabalhos de São João de Deus e Nasce Água ficaram concluídos em 2023, todavia as autorizações para a instalação de painéis fotovoltaicos na Central Hidroelétrica da Cidade, necessita de

pareceres favoráveis quer da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo quer da Direção Regional dos Assuntos Culturais. A Direção Regional dos Assuntos Culturais exigiu informação adicional que lhe foi sendo facultada e continua a exigir documentação técnica e de avaliação subjetiva.

As baterias de condensadores que existiam na central hidroelétrica da Ribeira da Praia estavam danificadas, não sendo capazes de fazer o controlo eficaz da energia reativa da central e isso poderia ter impactos na qualidade da energia fornecida. A vida útil estimada para as baterias de condensadores situa-se nos 15 anos, estando esse banco de baterias da Central hidroelétrica da Ribeira da Praia em atividade há cerca de 30 anos, ou seja, mais do dobro do tempo da sua vida útil estimada. Acrescia a esse fato que parte dessas baterias estavam desativadas por não funcionarem e não ser possível a sua reparação. Uma vez que estava em curso o processo de licenciamento elétrico do equipamento pela Direção Regional de Energia, previu-se que a instalação desse banco de baterias seria obrigatória, apesar de não existirem na maioria dos equipamentos hidroelétricos. Na inspeção levada a cabo ao equipamento, verificou-se que ele tinha todas as condições para ser certificado e a licença foi-lhe concedida. Perante isso e uma vez que a energia injetada na rede de São Miguel por essa central é residual, optou-se por não concretizar esse investimento, porque não houve qualquer obrigação legal ou perturbação da qualidade que levasse à sua implementação.

O edifício da central hidroelétrica dos Túneis apresentava danos a nível da cobertura e com traves e janelas que necessitavam ser reparadas. Havia infiltrações de água no edifício que interessava resolver de modo a garantir a conservação e o bom estado e funcionamento dos equipamentos. Interessava também reconstruir as plataformas de contenção de terras que pudessem conter movimentos de vertente que foram destruídos aquando de uma grande derrocada que ocorreu no início de 2022. Essas obras foram realizadas em 2023.

Foi efetuada a substituição do sistema hidráulico da central hidroelétrica do Varadouro. Os sistemas hidráulicos de controlo de centrais mini-hídricas tem uma vida máxima estimada de cerca de 40 anos. O sistema hidráulico de controlo do injetor e defletor da turbina da central hidroelétrica do Varadouro era o original e foi apenas adaptado no início dos anos 90. Apresentava problemas de funcionamento e controlo, pelo que se justificava a sua substituição, caso contrário poder-se-ia não ter aí qualquer produção hidroelétrica. Em 2023 o sistema hidráulico dessa central foi substituído.

A câmara de carga da central hidroelétrica da Cidade tem um reduzido volume, pelo que, aquando de qualquer problema técnico nas centrais a montante (Nasce Água e São

João de Deus), a água que saía pelo descarregadouro não era canalizada devidamente para os sistemas de águas pluviais de Angra do Heroísmo, por terem ocorrido várias alterações desse sistema de condução de águas superficiais nas últimas cinco décadas. As queixas de proprietários com terrenos nas proximidades da câmara de carga eram constantes pelo que, para evitar danos em propriedades de terceiros, a EDAR adquiriu um terreno para a instalação de um sumidouro. Em 2022, efetuou-se uma sondagem geológica no local, de modo a verificar se às cotas -5 m e -7 m haveria fracturação das rochas que permitissem o escoamento do excesso de água, o que de facto acontecia. Pretendia-se construir esse vazadouro em 2023, todavia alterações no sistema de águas pluviais de Angra do Heroísmo que permitem dar vazão às águas turbinadas, a par do excelente desempenho do novo SCADA instalado, fez reduzir drasticamente esse risco, pelo que se decidiu não realizar esse investimento.

A Central Hídrica da Fajã do Redondo entrou em exploração em 1927, cuja produção se destinava a reforçar o abastecimento de energia elétrica à cidade de Ponta Delgada. Foi desativada em 2004, dando lugar à atual Central Hidroelétrica do Salto do Cabrito. Possui um imponente edifício em alvenaria construído num desaterro realizado na margem da ribeira e é lugar de passagem de um avultadíssimo número de turistas, por estar situado num ponto de um trilho pedestre oficial. Contém um património técnico/científico ímpar que se degradará se não se reabilitar o edifício e seus anexos, pois existem inúmeras infiltrações de água pelas paredes e tetos. O espaço deverá ser transformado no Museu da Eletricidade dos Açores e aproveitada a sua rentabilidade turística. Em 2023 foram endereçados convites a várias empresas locais de construção civil para proceder a essas intervenções, mas nenhuma delas correspondeu à solicitação, argumentando com falta de mão de obra e a localização pouco atrativa do edifício para os seus negócios. Aquando da passagem pela ilha da depressão Óscar, várias árvores ameaçavam o edifício, pelo que se optou por proceder a uma ampla desmatação em torno do edifício para preservar a sua integridade. Pensa-se avançar mais lentamente com essa obra em 2024 se a disponibilidade dos empreiteiros for a mesma, faseando-a.

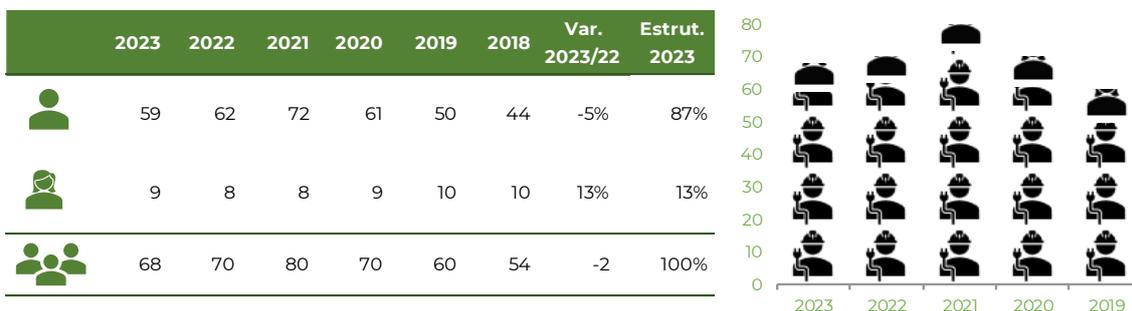
Previu-se investir na renovação do Sistema de comunicação da Central Hidroelétrica do Varadouro-Câmara de Carga, porque aí existe um sistema de comunicação rádio entre o sensor de nível desse reservatório e o sistema de controlo da central. As antenas estão extremamente oxidadas, bem como os seus suportes, todavia os problemas detetados no SCADA da Central, que exigem a sua substituição, aconselharam a não realizar esse investimento na medida em que se pode tornar desnecessário ou desadequado a esse novo sistema.

Junto à Central Hidroelétrica Além Fazenda, na ilha das Flores, existiam duas pequenas casas de arrumos cujos telhados eram de fibrocimento. Verificou-se, após análises, que essas placas continham fibrolite, ou seja, amianto. Em 2023, tais placas foram removidas e substituídas por outras ambientalmente adequadas por um custo muito inferior ao estimado.

Para reduzir custos da instalação de fibra óticas nas centrais hidroelétricas da Ribeira da Praia e da Fábrica Nova, adquiriu-se um prédio à EDA, nas proximidades da primeira central que permitiu negociar com a NOS Açores custos substancialmente menores do que aqueles que se previram, acrescentado também ativos à EDA Renováveis.

DOMÍNIO SOCIAL

Número de Trabalhadores, por género



Em 31 de dezembro de 2023, a EDA Renováveis tinha ao seu serviço 68 trabalhadores, menos 3% do que o verificado no ano anterior. Este total inclui 5 trabalhadores com vínculo contratual com a EDA, que trabalham na EDA Renováveis.

Número de Trabalhadores, por faixa etária

anos	2023	2022	2021	2020	2019	Estrut.2023
< 30	13	21	27	23	18	19%
30-50	42	37	41	34	29	62%
> 50	13	12	12	13	13	19%
Total	68	70	80	70	60	100%

Do número total de trabalhadores, 87% são do género masculino. Verifica-se a predominância deste género ao longo dos anos, circunstância relacionada essencialmente com o exercício das funções profissionais, pois não se

encontra nenhum elemento feminino nas atividades de operador de central ou técnico de manutenção nos serviços, não obstante a coordenação do serviço de operação das centrais geotérmicas em São Miguel e do serviço de manutenção da central geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira, serem assegurados por técnicos superiores do género feminino. Acresce ainda referir que o Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos é coordenado por um trabalhador do género feminino.

A maioria dos trabalhadores concentra-se na faixa etária entre os 30 e 50 anos.

Admissões (A) e Saídas (S), por faixa etária

	2023		2022		2021		2020		2019		Total 2023/2019		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A-S
<30	3	7	7	11	16	9	9	1	6	0	41	28	13
30-50	3	5	3	9	9	5	3	1	0	0	18	20	-2
>50	0	1	0	0	1	2	0	0	0	0	1	3	-2
Total	6	13	10	20	26	16	12	2	6	0	60	51	9

Movimento de Admissões (A) e Saídas (S), por género

	2023		2022		2021		2020		2019		Total 2023/2019		
	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	S	A-S
	5	13	10	20	26	15	12	1	6	0	59	49	10
	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	2	-1
	6	13	10	20	26	16	12	2	6	0	60	51	9

Ao longo de 2023, procedeu-se à contratação de 6 trabalhadores, cinco do género masculino para reforço de competências necessárias à recolha e tratamento de amostras de rocha dos poços, disponibilização de materiais e equipamentos necessários à obra e controlo do abastecimento de água nas plataformas de perfuração no âmbito dos trabalhos de perfuração, em curso, dos poços geotérmicos, e um do género feminino, para reforço de competências necessárias à exploração de recursos eólicos e fotovoltaicos.

Neste ano, verificou-se ainda a saída de 13 trabalhadores, todos do género masculino, que haviam sido contratados no âmbito da campanha de perfuração.

Número de Trabalhadores, por Grupo Funcional

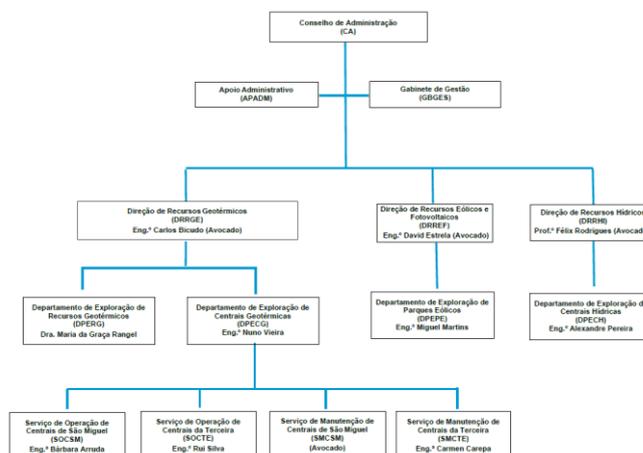
			
Orgão de Gestão	3	0	3
Chefias	4	3	7
Quadros Superiores	8	4	12
Administrativo	0	3	3
Operacional	43	0	43
Total	58	10	68

No final do ano, o Grupo Funcional “Operacional” representava 63% do total de trabalhadores.

Os quadros superiores representavam 32% dos colaboradores. Nesta função enquadram-se as competências ao nível da engenharia (mecânica e eletrotécnica), do ambiente e de energias

renováveis, da geologia e da gestão da empresa. Os restantes 4%, agregavam os trabalhadores alocados a funções administrativas.

No final de 2023, a organização da empresa assentava numa estrutura baseada na gestão verticalizada dos processos, atendendo às necessidades decorrentes da dispersão geográfica, com expressão ao



nível de serviço, no caso da gestão das centrais geotérmicas.

Para além das Direções, identificam-se sete chefias, de carácter operacional, das quais três são exercidas por responsáveis do género feminino, como é o caso do Departamento de Exploração de Recursos Geotérmicos, do Serviço de Operação de Centrais Geotérmicas de São Miguel e do Serviço de Manutenção da Central Geotérmica da Terceira.

A empresa dispõe de um acordo de empresa que sistematiza matérias de organização do trabalho e de gestão de recursos humanos, nomeadamente no que se refere a direitos e obrigações dos trabalhadores, regras de funcionamento, carreiras e remunerações, formação profissional, segurança e saúde no trabalho e benefícios sociais.

A empresa proporciona aos seus trabalhadores um seguro de saúde e um Fundo de Pensões, para complemento da reforma atribuída pela segurança social do Estado português.

Capacitação, bem-estar;
Partilha de valor;
Partilha do conhecimento;
Boas práticas de integração

A formação profissional é um instrumento privilegiado para que, de forma continuada e crescente, se assegure o desenvolvimento do capital humano. Em 2023, a taxa de cobertura da formação profissional foi de 80%, ou seja, do total médio de 75 trabalhadores, ao longo de 2023, 60 frequentaram, no mínimo, uma ação de formação, relativamente a áreas de segurança no trabalho, a matérias técnicas de diversas especialidades e administrativas.

A segurança e saúde no trabalho são valores basilares da gestão. A EDA Renováveis, no desenvolvimento da sua atividade, tem procurado criar um ambiente de trabalho que favoreça o bem-estar e proporcione condições adequadas de segurança e saúde.

Nos termos previstos na Lei n.º 102/2009, de 10 de setembro, que veio regulamentar o regime jurídico da promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho, os serviços de segurança e saúde da empresa são assegurados pela EDA, enquanto entidade detentora da EDA Renováveis, na modalidade de serviço interno. A atividade do serviço de medicina, em 2023, acompanhou a aplicação das medidas de saúde pública a implementar na empresa, nomeadamente na fixação de critérios a aplicar para a determinação dos planos de emergência.

Número de Exames	2023	2022	2021	2020	2019	Var. 2023/22
	49	41	60	45	52	20%

Número de Exames 2023	Admissão	Periódicos	Ocasionais	Total
	4	35	10	49

Em 2023, verificou-se um aumento do número de exames (49), quando comparado com o ano anterior, o que está relacionado com a sazonalidade própria desta atividade, decorrente essencialmente dos escalões etários dos trabalhadores.

Verificaram-se 10 registos de Acidentes de Trabalho, 7 dos quais com dias de ausência associados, superior em 4 casos face ao verificado no ano anterior, e 3 sem dias de ausência, menos um caso relativamente ao verificado no ano anterior.

Por sua vez, os Índices de Sinistralidade, calculados em função das lesões profissionais, não mortais e mortais, neste último caso sem qualquer registo, devidas a acidentes de trabalho que tenham originado uma ausência ao trabalho de, pelo menos, um dia, com exclusão do dia do acidente, apresentam, no que se refere à Gravidade, uma evolução negativa com um aumento substancial em cerca de 188%, em virtude do número de dias perdidos por baixas relacionadas com acidentes de trabalho, e um agravamento no que se refere à Frequência e Incidência de 188% e 181%, respetivamente, face aos valores registados no ano anterior.

Índices de Sinistralidade

	2023	2022	2021	2020	2019	Var. 2023/22
Frequência	66,7	23,2	54,2	29,6	26,9	188%
Incidência	102,9	36,6	36,6	37,5	28,6	181%
Gravidade	2762,0	960,0	0,0	2225,4	134,4	188%

DOMÍNIO AMBIENTAL

A atividade da EDA Renováveis pode originar pequenos impactes no ambiente e na biodiversidade, razão pela qual a empresa assegura um conjunto de medidas de proteção ambiental, mantendo, de forma sistemática, um amplo programa de monitorização e de implementação de medidas de minimização e de compensação, incluindo ações de dinamização e restauro ecológico, sempre que ocorrem eventuais impactes.

Os poços geotérmicos estão localizados em zonas de desgaseificação caracterizadas pelo elevado fluxo de CO₂ através do solo. De facto, os gases libertados nas Centrais Geotérmicas são os mesmos que ocorrem de forma natural nas manifestações geotérmicas de superfície, incluindo através da desgaseificação difusa através dos solos, fumarolas e nascentes termais e gasocarbónicas. O gás mais abundante é o CO₂, que geralmente ocorre em concentrações entre 97% e 99%, seguido de frações menores de ácido sulfídrico (1% a 2%) e frações vestigiais de outros gases tais como o hidrogénio, hélio, metano e argón (os quais no seu conjunto perfazem <1%).

Em 2023, e tendo por base a emissão média de 240 gCO₂/kWh, a produção geotérmica originou a libertação de 44.192 toneladas de CO₂ para a atmosfera. Contudo, para a mesma quantidade de eletricidade, estas emissões são muito inferiores às da alternativa fóssil, pelo que os aproveitamentos geotérmicos na Ribeira Grande e no Pico Alto contribuem de forma muito significativa para a descarbonização dos sistemas electroprodutores das ilhas de São Miguel e Terceira, respetivamente. De facto, em 2023, as centrais geotérmicas garantiram uma produção total de 183,8 GWh, o que permitiu evitar a libertação de 81.153 toneladas de CO₂ que, de outra forma, resultariam do consumo de combustíveis fósseis nas Centrais Térmicas. Assim, a produção de origem geotérmica evitou a emissão de cerca de 65% de CO₂.

Durante o ano de 2023, a EDA Renováveis manteve um forte investimento na implementação de programas de acompanhamento ambiental das várias fases dos projetos geotérmicos da Ribeira Grande e do Pico Alto.

No campo geotérmico da Ribeira Grande, o programa de monitorização ambiental abrangeu as atividades correntes de acompanhamento da fase de exploração do recurso, incluindo a sismovulcânica (envolvendo as componentes da geodesia, da geoquímica e da geofísica), os recursos hídricos e a qualidade do ar, através da estimativa das emissões de gases não condensáveis para a atmosfera nas Centrais do Pico Vermelho e da Ribeira Grande. Para além destas, também a execução dos ensaios de

produção dos novos poços foi acompanhada da implementação de atividades adicionais de monitorização, incluindo os recursos hídricos, com execução de múltiplas campanhas de amostragem segundo a frequência e parâmetros físico-químicos estabelecidos no RECAPE do Projeto, assim como o controlo topográfico da estabilidade de taludes na envolvente da plataforma de perfuração dos poços CL8, CL9 e CL10.

Na Ribeira Grande foi ainda continuada a monitorização sismovulcânica do campo de desgaseificação das Caldeiras da Ribeira Grande, nas vertentes da geoquímica, geodesia, e da geofísica, bem a monitorização e vigilância da qualidade do ar no interior dos edifícios públicos e privados do Lugar das Caldeiras.

No campo geotérmico do Pico Alto, os programas de monitorização ambiental implementados em 2023 incluíram a sismovulcânica (geoquímica, geofísica e geodésica), os recursos hídricos, a ecologia, os solos e a qualidade do ar, com o objetivo de acompanhar a fase de exploração da Central Geotérmica do Pico Alto.

A EDA Renováveis, no âmbito das suas atividades de dinamização ecológica das áreas envolventes à Central Geotérmica do Pico Alto, e em estreita colaboração com a Direção Regional dos Serviços Florestais, plantou durante o ano de 2022 e primeiro trimestre de 2023 cerca de 11.650 árvores de *Cryptomeria* japónica.

Esta estratégia de florestação, para além de uma maior valorização dos terrenos, permitirá a fixação de CO₂, contribuindo para a minimização dos gases de efeito estufa. Segundo Abreu (2011), a taxa de sequestro de carbono aumenta ao longo da idade da árvore, segundo a expressão algébrica: taxa de sequestro (kgCO₂/ano) = 0,2062 x idade da planta (anos) + 1,1001. Assumindo que metade do plantio já efetuado vingará, ao fim de 20 anos esta ação de florestação permitirá o sequestro total de cerca de 182 toneladas de carbono.

A EDA Renováveis, ao nível de manutenção e exploração de centrais míni hídricas, na sua política ambiental implementada, tem como principais objetivos proteger e reduzir a perda de biodiversidade existente nos ecossistemas nos quais estão inseridos os seus sistemas electroprodutores. Desta forma, a EDA Renováveis decidiu, desde 2012, abraçar o Projeto de Recuperação da População de Enguia Europeia, na Ribeira Quente, que tem como missão a captura e relocalização de enguias juvenis, designadas por meixão, que se encontram em processo de migração, evitando a sobrecarga de esforço necessária para ultrapassar as barreiras artificiais e os circuitos hidráulicos das quatro centrais míni hídricas.

Em 2023, as capturas e realocações de espécimes da enguia europeia na Ribeira Quente diminuíram muito relativamente aos anos anteriores, pela indisponibilidade dos colaboradores da EDA Renováveis que se relacionou com o grande impacto negativo que os movimentos de vertente que a depressão Óscar e outras depressões tiveram nos equipamentos electroprodutores da Ribeira Quente e pela inoperacionalidade dos sistemas de captura. Durante este ano a qualidade da água dessa ribeira piorou não só como resultado de precipitações intensas como também pela introdução de grandes quantidades de inertes nessas águas associados à construção da Variante às Furnas. Até final de maio de 2023 capturaram-se e recolocaram-se a montante das centrais apenas 65 indivíduos.

Desmatou-se, em 2022, uma área de cerca de 2000 m² junto à Central Hidroelétrica da Nasce Água, cujas árvores de grande porte ameaçavam a integridade física do equipamento e, em 2023, tal área foi ocupada com cerca de 450 plantas endémicas (*Picconia azorica*, *Viburnum treleasei* e *Erica azorica*), de modo a contribuir para o aumento da biodiversidade do local.

Destaca-se ainda o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido de manutenção dos circuitos e trilhos pedestres junto das centrais hidroelétricas da Fajã Redonda e Salto do Cabrito, com uma grande intervenção em 2023 muito motivada pelos danos produzidos pela depressão Óscar e pela necessidade de garantir segurança a equipamentos e transeuntes, da Ribeira da Praia, do canal da Central da Fábrica Nova e ainda das antigas centrais da Empresa de Electricidade e Gás (EEG), em São Miguel, permitindo o acesso a esses locais de forma segura e promovendo também o património cultural. Em 2023, realizou-se no Edifício da Fajã Redonda um concerto associado ao festival de música “Tremor” que permitiu mostrar o rico património que aí se encontra e que se pretende continuar a promover nos anos seguintes. Por sua vez, as centrais geotérmicas da Ribeira Grande e do Pico Alto possuem percursos circundantes com painéis explicativos, quer da produção geotérmica, quer da biodiversidade dos locais, o que proporciona o contacto com a população local, turistas e alunos de diferentes graus de ensino.

A nível da educação para a energia ou educação ambiental, foram realizadas durante o ano oito visitas de estudo a centros de produção hidroelétrica dos Açores por alunos do Ensino Básico e Secundário, por alunos da Universidade dos Açores e visitas organizadas no âmbito das Eco escolas, Observatório do Ambiente, do Projeto EV4EU, LIFE IP CLIMAZ e do Pré-evento Macaronight. Os equipamentos hidroelétricos da Terceira também foram visitados por docentes da Johns Hopkins University e da Universidade de Ciências Naturais da Breslávia, Polónia, para além de docentes da Universidade dos Açores.

Ao longo do ano, foram realizadas sete conferências sobre energias renováveis nos Açores e seus desafios, em escolas Básicas e Secundárias, e eventos de natureza técnico/científicos.

EVOLUÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO

	EUR			
	2023	2022	Variação (2023-2022)	
Vendas e serviços prestados	29 216 109	26 738 733	2 477 376	9%
Geotérmica	19 700 630	17 640 017	2 060 613	12%
Eólica	6 007 312	5 378 300	629 013	12%
Hídrica	3 306 483	3 560 208	(253 726)	-7%
Fotovoltaica	111 876	104 768	7 108	100%
Subsídios à Exploração	46 933	3 058	43 875	1435%
Trabalhos para a Própria Entidade	735 047	1 251 182	(516 135)	-41%
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	13 720	0	13 720	-
Outros Rendimentos e Ganhos	3 601 774	1 568 053	2 033 720	130%
Rendimentos Operacionais	33 613 583	29 561 027	4 052 556	14%
Custo das Mercadorias Vendidas Mat. Consumidas	436 462	357 351	79 111	22%
Fornecimentos e Serviços Externos	4 611 634	6 105 824	(1 494 190)	-24%
Gastos com o Pessoal	2 446 135	2 650 150	(204 016)	-8%
Gastos/reversões de Depreciação e Amortizações	7 879 954	7 653 080	226 874	3%
Outros Gastos e Perdas	2 879 757	2 841 864	37 894	1%
Gastos Operacionais	18 253 942	19 608 269	(1 354 326)	-7%
Resultado Operacional (EBIT)	15 359 640	9 952 758	5 406 882	54%
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento (EBITDA)	23 239 594	17 605 838	5 633 756	32%
Resultados Financeiros	1 326 305	46 674	1 279 631	2742%
Resultado Antes de Impostos	16 685 945	9 999 432	6 686 513	67%
Imposto sobre o Rendimento do Período	3 103 954	1 467 533	1 636 421	112%
Resultado Líquido do Período	13 581 992	8 531 900	5 050 092	59%

Análise dos Proveitos e Custos Operacionais

No exercício de 2023, a EDA Renováveis regista um Resultado líquido positivo de 13 582 milhares de euros, 59% superior ao valor obtido no ano de 2022.

Os Proveitos Operacionais ascendem a 33 614 milhares de euros, evidenciando um acréscimo de 14%, face ao valor registado em 2022.

Em 2023, o Resultado Líquido da EDA Renováveis atingiu os 13 582 milhares de euros.

	2023	2022	Variação	EUR 2023/2022
Vendas de Electricidade	29 126 301	26 683 293	2 443 008	9%
Geotérmica	19 700 630	17 640 017	2 060 613	12%
Eólica	6 007 312	5 378 300	629 013	12%
Hídrica	3 306 483	3 560 208	(253 726)	-7%
Fotovoltaica	111 876	104 768	7 108	7%
Prestação de Serviços	89 808	55 440	34 368	62%
Volume de Negócios	29 216 109	26 738 733	2 477 376	9%

O **Volume de Negócios**, em 2023 totalizou 29 216 milhares de euros, valor 9% superior ao ocorrido no ano anterior.

Os serviços prestados, relativos a trabalhos de captação de água, atingiram o valor de 89,8 milhares de euros.

Relativamente ao previsto, para o ano de 2023, verifica-se um desvio de 1,1%, sendo que as vendas de energia de origem geotérmica registam um desvio positivo de 8,5%, as vendas relativas a energia de origem hídrica um desvio negativo de 6,1%, as vendas de energia de origem fotovoltaica registam um desvio positivo de 5,5% e as resultantes da energia eólica um desvio negativo de 14,2%.

Os **Trabalhos para a própria empresa**, no montante de 735 milhares de euros, registam um valor inferior ao verificado no ano anterior (- 516 milhares de euros) em resultado do reconhecimento de gastos com o investimento em curso ao nível dos recursos geotérmicos, com a campanha de perfuração e de outras ações de investimento e, embora com menor intensidade, também com o investimento nos parques fotovoltaicos. Do total, 343 milhares de euros são relativos a Gastos com Pessoal e 392 milhares de euros a Fornecimentos e Serviços Externos, quando no ano anterior se verificou um gasto de 501 milhares de euros e 750 milhares de euros, respetivamente.

A rubrica **Outros rendimentos e ganhos**, no valor de 3 602 milhares de euros, está relacionada fundamentalmente com reconhecimento de sinistros, no montante de 1 914 milhares de euros, 1074 milhares de euros relativos a subsídios ao investimento e com o registo de compensações de desastres efetuados ao parque eólico da Serra do Cume de 247 milhares de euros.

As compensações referem-se a desastres do Parque Eólico da Serra do Cume e resultam da aplicação do Despacho Normativo N.º 65/2011, de 17 de agosto, da Secretaria Regional do Ambiente e Energia, que estabelece as regras a observar pela Concessionária do Transporte e Distribuição de Electricidade da Região Autónoma dos Açores na deslustragem dos centros electroprodutores não vinculados ao serviço público, atendendo à prioridade estabelecida na colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

Do total das compensações, no valor de 247 milhares de euros, 135 milhares de euros estão refletidos em gastos, atendendo a que respeitam a deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da central geotérmica do Pico Alto, cujas condições técnicas de exploração não recomendam o seu deslastre, o que origina a saída dos parques eólicos, no caso, o Parque Eólico da Serra do Cume, que é compensado pelo valor da perda respetiva. Os remanescentes 112 milhares de euros são compensações recebidas da TERAMB, empresa municipal de gestão de resíduos, relativas a deslastes do Parque Eólico da Serra do Cume decorrente igualmente das condições técnicas de interruptibilidade da central de valorização energética de resíduos.

O **Custo das matérias consumidas**, no valor de 436 milhares de euros, regista um aumento de 22% e está essencialmente associado à utilização de pentano nas centrais geotérmicas e de inibidores de precipitação de calcite nos poços geotérmicos.

Os **Fornecimentos e serviços externos** ascenderam a 4 612 milhares de euros, apresentando uma redução de 24%, face ao valor registado em 2022. Do valor total desta rubrica, 392 milhares de euros estão relacionados com os trabalhos para a própria empresa.

Os **Gastos com o pessoal**, que representam cerca de 13% dos Gastos Operacionais, ascenderam em 2023 a 2 446 milhares de euros, 8% abaixo do valor registado no ano anterior.

Os **Outros gastos e perdas**, no valor de 2 880 milhares de euros, apresentam um acréscimo de 1% relativamente ao valor registado em 2022. Esta rubrica inclui essencialmente as compensações previstas nos contratos de concessão da exploração económica dos recursos geotérmicos situados no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, e no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, de 12,5% a aplicar ao valor das vendas de energia do ano, que totalizaram 2 463 milhares de euros.

As compensações devidas por deslastes provocados pelo “estatuto de interruptibilidade” da Central Geotérmica do Pico Alto ascendeu a 267 milhares de euros e referem-se a deslastes efetuados ao Parque Eólico da Serra do Cume, da própria empresa, no valor de 135 milhares de euros, e ao Parque Eólico da CAEN, no valor de 132 milhares de euros.

Os **Resultados financeiros** registam um valor positivo de cerca de 1 326 milhares de euros. Deste valor, 1 452 milhares de euros respeitam a juros e rendimentos similares obtidos, relativos à aplicação de excedentes de tesouraria, na forma de empréstimo concedido em aberto, ao acionista EDA, que em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 61

140 milhares de euros. Estes empréstimos são remunerados à taxa de juro média das emissões de Programas de Papel Comercial de Curto Prazo da EDA, no final do mês anterior ao da cedência ou, na ausência de emissões de Curto Prazo, à taxa da emissão do PPC de médio e longo prazo, também no final do mês imediatamente anterior ao da emissão, com prazo mais próximo da data da cedência, o que determinou uma taxa média de 0,01%.

Os Juros e gastos similares, no total de 125 milhares de euros, referem-se aos juros suportados com empréstimos para financiamento da atividade da empresa, bem como a desmantelamentos de parques eólicos.

EVOLUÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	2023	2022	Varição 2023/2022		EUR Estr. 23
Ativos fixos tangíveis	75 544 309	79 032 113	(3 487 804)	-4%	45%
Ativos intangíveis	427 798	395 508	32 290	8%	0%
Clientes	52 306	52 306	0	0%	0%
Outros investimentos financeiros	39 446	38 486	960	2%	0%
Ativos por impostos diferidos	6 414 648	6 867 034	(452 386)	-7%	4%
Activo Não Corrente	82 478 507	86 385 447	(3 906 940)	-5%	49%
Inventários	201 598	257 605	(56 007)	-22%	0%
Clientes	4 177 945	3 022 866	1 155 079	38%	2%
Acionistas	61 140 000	41 350 000	19 790 000	48%	36%
Outros créditos a receber	20 935 030	27 232 211	(6 297 181)	-23%	12%
Diferimentos	197 546	82 305	115 241	140%	0%
Caixa e depósitos bancários	209 676	220 558	(10 882)	-5%	0%
Activo Corrente	86 861 796	72 113 239	14 748 557	20%	51%
Activo	169 340 303	158 498 686	10 841 617	7%	100%
Capital subscrito	23 799 970	23 799 970	0	0%	14%
Reservas legais	4 759 994	4 759 994	0	0%	3%
Outras reservas	14 016	14 016	0	0%	0%
Resultados transitados	78 939 151	74 673 202	4 265 950	6%	47%
Outras variações no capital próprio	29 647 001	29 173 681	473 320	2%	18%
Resultado líquido do período	13 581 992	8 531 900	5 050 092	59%	8%
Capital Próprio	150 742 123	140 952 762	9 789 361	7%	89%
Provisões	3 236 024	3 279 661	(43 637)	-1%	2%
Financiamentos obtidos	0	545 455	(545 455)	-100%	0%
Outras dívidas a pagar	7 088 456	7 081 404	7 051	0%	4%
Passivo Não Corrente	10 324 480	10 906 520	(582 040)	-5%	6%
Fornecedores	1 472 273	1 866 605	(394 332)	-21%	1%
Estado e outros entes públicos	1 879 866	781 969	1 097 897	140%	1%
Financiamentos obtidos	554 769	546 488	8 281	2%	0%
Outras dívidas a pagar	4 366 792	3 444 342	922 449	27%	3%
Passivo Corrente	8 273 700	6 639 404	1 634 296	25%	5%
Passivo	18 598 179	17 545 924	1 052 255	6%	11%
Capital Próprio e Passivo	169 340 303	158 498 686	10 841 617	7%	100%

O Ativo Total ascende a 169 340 milhares de euros. O Ativo não corrente corresponde a 49%. O Ativo corrente, no valor de 86 862 milhares de euros, integra a conta Acionistas, representando a mesma 36% do Ativo total.

O **Ativo não corrente**, correspondente a 49% do ativo total, ascende a 82 479 milhares de euros, menos 5% do que o valor registado em 2022.

O **Ativo fixo tangível** ascende a 75 544 milhares de euros, menos 4%, do que o valor verificado no ano anterior. Os Terrenos, Edifícios e Outras Construções e Equipamento Básico representam 47,7% deste agregado e os ativos em construção 52,3%.

O Ativo em curso regista um acréscimo de 3 614 milhares de euros, relativamente ao ano anterior. Em 2023, foi efetuado um investimento no valor de 3 852 milhares de euros, nomeadamente 1 121 milhares de euros, no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, cujo ativo em curso ascende a 21 525 milhares de euros, 721 milhares de euros no Campo Geotérmico do Pico Alto, cujo ativo em curso ascende a 14 886 milhares de euros, 275 milhares de euros, na construção dos Parques Fotovoltaicos da Ilhas de Sta. Maria e do Corvo e estudos para a construção de Parques Fotovoltaicos nas ilhas de São Jorge, Pico e Faial, 1 079 milhares de euros na aquisição de novos aerogeradores para os Parques Eólicos das ilhas de Santa Maria, São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo e 495 milhares de euros em aproveitamentos hidroelétricos das ilhas de São Miguel, Terceira, Flores e Faial. Acresce ainda as aquisições de cerca de 161 milhares de euros (426 milhares de euros, em 2022), relativas a terrenos, equipamento básico e administrativo.

As Imparidades acumuladas, em 31 de dezembro de 2023, ascendem a 31 222 milhares de euros. Deste total, 21 811 milhares de euros referem-se ao Campo Geotérmico do Pico Alto, 6 250 milhares de euros ao Poço PA1, do mesmo campo geotérmico, 1 958 milhares de euros ao Poço Geotérmico RG5 da Ribeira Grande e 1 202 milhares de euros ao Poço Geotérmico de Cachaço-Lombadas, CL2.

O Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, após diversos estudos e pareceres, foi determinado como uma área de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica e, na sequência, realizado 40 967 milhares de euros de investimento em estudos, perfuração e instalação de poços geotérmicos, do qual parte foi financiado, a fundo perdido, pelo Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu e pelo European Economic Area Grants, no valor de 8 009 milhares de euros, em 2009.

Em 2011, o poço geotérmico PA1 foi tecnicamente definido como “abandonado”, pelo que os gastos incorridos com o mesmo, no montante de 6 249 milhares de euros, foram considerados irrecuperáveis e integralmente reconhecidos em 2011.

Em 2013, na sequência de nova avaliação da capacidade produtiva do Campo Geotérmico do Pico Alto, foi calculada a quantia recuperável do investimento e constituída uma imparidade de 17 907 milhares de euros, reforçada posteriormente, em 2017, em 3 905 milhares de euros. Deste modo, as imparidades acumuladas constituídas relativas ao Campo Geotérmico do Pico Alto totalizavam, no início do ano em análise, 21 811 milhares de euros.

Em setembro de 2017, entrou em exploração a Central Geotérmica do Pico Alto, com uma potência instalada de 3,5 MW, passível de expansão até 10 MW.

Anualmente os ativos deste campo geotérmico são sujeitos a testes de imparidade, tendo o valor de uso dos ativos, em 31 de dezembro de 2023, sido calculado em 3 333 milhares de euros, superior em 77 milhares de euros ao valor do ativo líquido registado, de 3 256 milhares de euros.

No Campo Geotérmico da Ribeira Grande, em São Miguel, registou-se, em 2013, uma imparidade de 1 202 milhares de euros relativa ao poço Geotérmico CL2. A imparidade correspondeu aos gastos de limpeza e reparação mecânica do poço, após ter sido detetada uma deformação no seu interior, condicionante da geração de geofluido e consequente viabilidade. O poço foi nestes termos desconsiderado do parque de poços de produção.

Ainda no Campo Geotérmico da Ribeira Grande, foi, em 2016, constituída uma imparidade de 1 958 milhares de euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5, por ter sido reconhecida a sua inviabilidade económica.

Os **Ativos por impostos diferidos** ascendem a 6 415 milhares de euros e estão relacionados com a constituição de imparidades de ativos (Campo Geotérmico do Pico Alto e poço geotérmico RG5), provisão para desmantelamento dos Parques Eólicos, relativamente às depreciações de ativos fixos tangíveis e a imparidades de clientes.

No final do ano de 2023, o Ativo corrente correspondente a 51% do ativo total, ascendia a 86 862 milhares de euros, mais 14 749 milhares de euros do que o valor registado em 2022, em resultado, essencialmente, do aumento do saldo da conta Acionista (cerca de 48%) face a 2022, devido a uma maior utilização de parte dos recursos financeiros aplicados no acionista. A concessão de empréstimos enquadra-se no âmbito da gestão financeira integrada do Grupo EDA, conforme previsto no artigo 4^a dos estatutos da empresa mãe, relativamente à definição da estratégia, da coordenação da atividade e da gestão global das funções comuns, nomeadamente na área financeira, com vista à obtenção de sinergias de grupo.

O Passivo da EDA Renováveis totaliza 18 598 milhares de euros, mais 6% do que o valor verificado em 2022.

O Passivo em 31 de dezembro de 2023 ascendia a 18 598 milhares de euros.

Destaca-se, ao nível do Passivo, as rubricas de **Outras dívidas a pagar**, no valor de 11 455 milhares de euros, que representa 62% desse agregado. As responsabilidades respeitam

essencialmente aos subsídios ao investimento reconhecidos ao nível do Capital Próprio, no valor de 6 684 milhares de euros, à contrapartida financeira pela exploração de recursos geotérmicos, no valor de 2 463 milhares de euros, a ajustamentos por impostos a pagar no futuro, a garantias prestadas por fornecedores de imobilizado, no valor de 440 milhares de euros, e ainda a outros acréscimos de gastos, no valor de 1 192 milhares de euros, relativos a pessoal e a terceiros.

Os **financiamentos obtidos** totalizam 555 milhares de euros e referem-se exclusivamente a empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimentos (BEI), cuja amortização final está prevista ocorrer em 2024.

A rubrica de **Provisões**, no valor de 3 236 milhares de euros, relativa ao desmantelamento dos parques eólicos, contempla a operação e a reposição do terreno nas condições iniciais.

Os Capitais Próprios da EDA Renováveis ascendem a 150 742 milhares de euros, mais 7% do que o valor verificado em 2022.

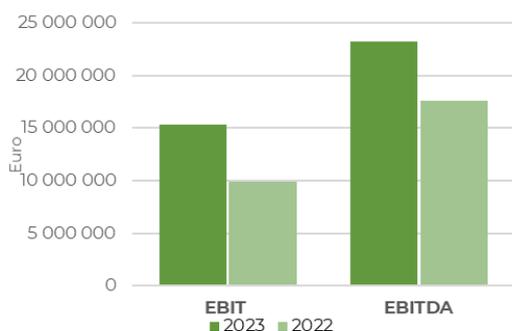
Os Capitais Próprios da empresa totalizam 150 742 milhares de euros, apresentando um acréscimo de 9 789 milhares de euros, decorrente do efeito conjugado do resultado do exercício, da aplicação do resultado do período anterior, da amortização dos subsídios não reembolsáveis ao investimento e distribuição de dividendos.

Em 2023, destaca-se o Resultado Líquido no valor de 13 582 milhares de euros, a distribuição de dividendos no valor de 4 266 milhares de euros e a amortização de subsídios ao investimento no valor de 1 074 milhares de euros.

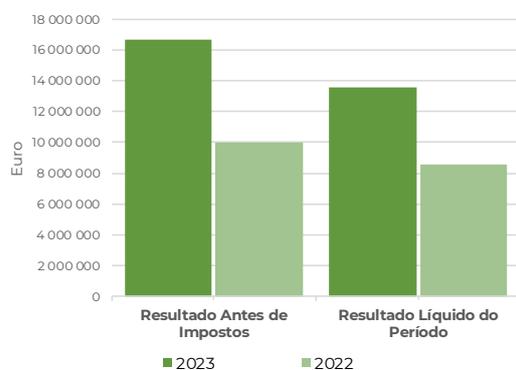
RESULTADOS DO PERÍODO

	EUR			
	2023	2022	Varição 2023/2022	
EBIT	15 359 640	9 949 700	5 409 941	54%
EBITDA	23 239 594	17 602 780	5 636 815	32%
Resultados Financeiros	1 326 305	46 674	1 279 631	2742%
Resultado Antes de Impostos	16 685 945	9 996 374	6 689 571	67%
Resultado Líquido do Período	13 581 992	8 528 841	5 053 150	59%
Resultado por ação	2,85	1,79	1,06	59%

Em 2023, o Resultado Operacional foi de 15 360 milhares de euros, o que representa um crescimento de 54%, face ao valor verificado em 2022, correspondente a 5 410 milhares de euros. Por seu turno, o EBITDA apresentou um acréscimo de 32%, situando-se nos 23 240 milhares de euros.



O Resultado Líquido do período ascendeu a 13 582 milhares de euros, mais 5 053 milhares de euros que em 2022, o que corresponde a um aumento de 59%. Tendo em conta esse rendimento e o número de ações, determina-se um resultado por ação de 2,85 euros, superior em 1,06 euros por ação, quando comparado com o valor verificado em 2022.



O Imposto sobre o Rendimento do Período apresenta um montante de 3 104 milhares de euros, mais 1 636 milhares de euros do que em 2022.

Os principais indicadores financeiros, referentes ao período compreendido entre 2019 e 2023, apresentam a seguinte evolução, sendo de destacar os resultados obtidos e a solidez económica e financeira da empresa.

	(EUR)						
	2023	2022	2021	2020	2019	Variação 2023/2022	
Volume de negócios	29 216 109	26 738 733	26 000 211	28 370 191	28 026 272	3 215 897	12%
EBITDA	23 239 594	17 602 708	18 428 784	20 143 146	19 849 356	4 810 810	26%
EBIT	15 359 640	9 952 758	10 601 397	12 258 866	12 065 741	4 758 243	45%
Resultado antes de impostos	16 685 945	9 996 374	10 590 580	12 289 205	12 054 361	6 095 365	58%
Resultado líquido do período	13 581 992	8 528 841	7 922 852	9 951 164	9 390 385	5 659 139	71%
Resultado por ação	2,85	1,79	1,66	2,09	1,97	1,19	71%
Cash-Flow	20 374 063	15 116 585	14 432 922	16 727 236	16 172 428	5 941 141	41%
VAB	24 968 092	19 821 396	20 388 863	21 933 075	20 706 762	4 579 229	22%
Ativo líquido	169 340 303	158 498 686	129 609 085	130 520 948	126 263 592	39 731 218	31%
Investimento (ano)	3 852 383	5 228 968	13 621 703	2 887 295	2 996 579	(9 769 320)	-72%
Capital próprio	150 742 123	140 952 762	115 306 375	113 000 122	108 630 477	35 435 748	31%
Endividamento (Passivo/Ativo)	11%	11%	11%	13%	14%	(0)	0%
Gearing (Financiamentos/Financ.+Capital Próprio)	0,4%	0,8%	1,7%	2,4%	4,3%	(0)	-78%
Autonomia Financeira (Capital próprio/Ativo total)	89%	89%	89%	87%	86%	0	0%
Solvabilidade (Capital próprio/ Passivo total)	811%	803%	806%	645%	616%	0	1%
Número de trabalhadores	68	70	80	70	60	(12)	-15%

PERSPETIVAS

Para o ano de 2024, a EDA Renováveis estima que a produção de energia elétrica com origem em recursos energéticos endógenos seja de 252,9 GWh, sendo a produção a partir da fonte geotérmica responsável por 160,2 GWh, a produção de energia elétrica de origem hídrica de 30,1 GWh, de origem eólica de 61,6 GWh e de origem fotovoltaica de 1,0 GWh.

A EDA Renováveis, tendo em consideração os limites técnicos de integração da energia no sistema elétrico de cada uma das ilhas, procura otimizar o acréscimo de produção de energia elétrica através de fontes energéticas renováveis, aproveitando, sempre que possível, os recursos endógenos geotérmicos, eólicos, hídricos e fotovoltaicos.

No futuro próximo, face aos investimentos programados nos sistemas de reserva rápida do tipo BESS (baterias), a instalar nas ilhas de S. Maria, São Miguel, Terceira, S Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, a realizar pela EDA, concessionária do Transporte e Distribuição de Energia Elétrica, prevê-se uma maior capacidade de penetração de energias renováveis por substituição de parte da energia térmica de base, pelo que os investimentos em energias renováveis poderão permitir aumentar, em 2025, a parcela correspondente à emissão com base em energias renováveis/recursos endógenos para cerca de 61,1%, no total dos Açores.

Para o período de 2024 a 2028 está previsto um investimento total de cerca de 162,5 milhões de euros.

Destacam-se 80,2 Milhões para a expansão e consolidação da exploração dos recursos geotérmicos, dos quais 21,2 Milhões de Euros para a Central da Ribeira Grande, 48,6 Milhões de Euros para a Central do Pico Vermelho, em São Miguel, e 10,4 Milhões de Euros a investir na Central Geotérmica do Pico Alto, na ilha Terceira.

Assim, no período 2024-2028, no âmbito do aproveitamento dos recursos geotérmicos prevê-se a realização dos seguintes investimentos: Expansão da capacidade de geração da Central Geotérmica do Pico Vermelho; saturação da potência instalada na Central Geotérmica da Ribeira Grande, com a revitalização de 5 MW e a saturação, e eventual expansão, da potência instalada na Central Geotérmica do Pico Alto.

Ao nível dos recursos eólicos, no período de 2024-2028, está prevista a substituição dos aerogeradores dos parques das ilhas de Santa Maria, São Jorge, Pico e Flores, e a ampliação dos parques das ilhas de São Miguel, Terceira e Faial, com um reforço global da potência instalada de 9,4 MW e um investimento global de 45,9 Milhões de Euros.

Ao nível dos recursos fotovoltaicos encontram-se em plano a instalação de parques nas ilhas de Santa Maria, num reforço de potência, São Miguel, São Jorge, Pico, Faial, Flores e Corvo, com uma potência total a instalar de cerca de 8,95 MW e um investimento global de 18,4 Milhões de Euros, no período de 2024 a 2028.

Ao nível dos recursos hídricos encontra-se em monitorização geodésica os locais para a instalação de um novo aproveitamento hidroelétrico na ilha das Flores, com uma potência de 1,1 MW, avaliação das condições de financiamento para a implementação do projeto do aproveitamento hidroelétrico da Povoação, também com uma potência de 1,1 MW, em avaliação o aproveitamento hidroelétrico da Ribeira do Guilherme, com uma potência estimada, em 1988, de 2,1 MW, em São Miguel, a finalização da instalação de duas turbinas Vortex de 30 kW nos Túneis, a par da avaliação de um possível aproveitamento hidroelétrico de 500 kW no Patamar da Sapateira na ilha das Flores, que se constituirá alternativa ao projeto de aproveitamento hidroelétrico da Ribeira Grande nas Lajes das Flores, caso este tenha demasiadas restrições técnicas.

Contudo, e devido à conjuntura atual, temos sentido algumas dificuldades nas respostas às nossas consultas e concursos, quer pela subida de preços causado principalmente pela disrupção das cadeias de fornecimento e pela elevada procura mundial destes projetos, quer pela falta de disponibilidade e de recursos disponíveis junto dos principais fornecedores e integradores.

De acordo com o perspectivado no plano de negócios da empresa, espera-se em 2024 atingir um Volume de negócios de 28 329 milhares de euros e um Resultado Líquido de 10 336 milhares de euros.

INFORMAÇÕES SOBRE A SOCIEDADE E ÓRGÃOS SOCIAIS

Objeto Social e Acionistas

A EDA Renováveis é uma sociedade anónima, criada em 2 de fevereiro de 1990, com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo, na Ribeira Grande, na ilha de S. Miguel. A sociedade tem por objeto social o aproveitamento de recursos renováveis, designadamente de recursos hídricos, eólicos, geotérmicos, solares, resíduos e outros para a produção de eletricidade ou outros fins. O capital social da sociedade é de 23 799 970 euros, representado por 4 759 994 ações, com o valor nominal de 5,00 euros cada. A EDA – Electricidade dos Açores, S.A. detém 99,68% do capital social da empresa e a SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda. uma participação de 0,32%.

Ações Próprias

Em 31 dezembro de 2023 a empresa não detinha ações próprias.

Sucursais da sociedade

A empresa não detém quaisquer sucursais.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Não existem situações, entre a data de encerramento do exercício económico e a presente data, que mereçam destaque especial e que tenham afetado a situação patrimonial da empresa.

Negócios entre a sociedade e os seus administradores

Não existem negócios entre a sociedade e os seus administradores, nomeadamente quaisquer situações previstas no artigo 397.º do CSC.

Concessões de exploração de recursos naturais

A empresa detém a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados no concelho da Ribeira Grande, por um período de 25 anos, contados a partir de

16 de junho de 2020, prorrogável, bem como a concessão exclusiva da exploração dos recursos geotérmicos situados na zona no Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017, cuja área foi alargada em 6 de janeiro de 2021.

Ao nível da exploração de recursos hídricos, a empresa detém as seguintes concessões para a captação de água superficial para produção de energia, na ilha de São Miguel, relativa à Ribeira Grande, no local do Salto do Cabrito, pelo prazo de 35 anos, contados a partir de 16 de janeiro de 2008; à Ribeira Quente, nos locais de Tambores, Canário e Foz da Ribeira, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 15 de outubro de 2018 e dos Túneis, contados a partir de 27 de outubro de 2015; bem como da Ribeira da Praia, nos locais da Fábrica Nova e da Ribeira da Praia, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 12 de janeiro de 2018. Detém ainda a concessão para a captação de água superficial para a produção de energia hidroelétrica na ilha das Flores, relativamente às Ribeiras de Além Fazenda, Badanela, Fazenda, Algares, do Meio e Cascalho, no concelho de Santa Cruz das Flores, local de Além Fazenda, pelo prazo de 75 anos, contados a partir de 16 de dezembro de 2019, da Ribeira Grande, no concelho das Lajes das Flores, pelo prazo de dois anos extensível até 71 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2022, e a concessão para aproveitamento hidroelétrico das sobras das águas das nascentes do Cabrito e Furna da Água, na ilha Terceira, para a laboração das centrais da Nasce Água, São João de Deus e Cidade, por um período de 75 anos, contados a partir de 27 de setembro de 2022. A 9 de novembro de 2023 obteve-se a concessão de recursos hídricos para utilização privativa das ribeiras das Águas Claras, Cabeço dos Trinta, Lomba, Adão, Bom Dia, Serrado Novo, Cabras, Funda, Joana Pires e linhas de água do Brejo, para produção de energia hidroelétrica na central do Varadouro – ilha do Faial, por um período de 75 anos.

Os parques eólicos detêm as respetivas licenças de exploração bem como as centrais hidroelétricas, onde quatro delas estão em fase de renovação.

Informação relativa ao disposto no Art.º 16º, do Decreto Legislativo Regional N.º 7/2008–A, de 24 de março

A EDA Renováveis, S.A é uma empresa pública, nos termos do Decreto Legislativo Regional n.º 7/2008–/A, de 24 de março, pelos que deve, conforme Art.º 16, do referido diploma, prestar as informações complementares que seguidamente se explicitam.

Orientações Estratégicas

As orientações estratégicas aplicáveis à EDA Renováveis são vertidas nas propostas de Plano Plurianual e Orçamento que anualmente são submetidas a aprovação da Assembleia Geral. O Plano Plurianual 2024-2028 foi aprovado pela Assembleia Geral, realizada em 03 de janeiro de 2024, e está disponível em:

<http://www.eda.pt/GrupoEda/Paginas/FichaEmpresaEDARENOVAVEIS.aspx>.

Estrutura e Composição dos Órgãos Sociais

O Governo Societário da empresa, de acordo com o Art.º 7.º do pacto social, é composto pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e Órgão de Fiscalização. O Órgão de Fiscalização, de acordo com o previsto no Art.º 20.º, do pacto social da sociedade, é constituído por um Fiscal Único.

A composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 5 de março de 2021, para o mandato de 2022/2024, foi até dia 30 de junho de 2023 a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes
Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Nos termos do n.º 3, do art.º 398.º, do Código das Sociedades Comerciais os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único foram dispensados da prestação de caução.

Por deliberação da Assembleia Geral, realizada no dia 30 de junho de 2023, foi alterada a composição dos Órgãos Sociais da sociedade na sequência da apresentação, nos termos do art.º 24. do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, da renúncia ao mandato em curso do presidente do Conselho de Administração, Nuno Henrique Oliveira Pimentel, nos termos do art.º 23 do mesmo diploma.

Assim, a composição do Conselho de Administração, na sequência da deliberação da Assembleia Geral datada de 30 de junho de 2023, para o mandato de 2023/2025 é atualmente a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Maria da Conceição da Costa Pimentel Viveiros Arruda

Vice-Presidente: Fernando Manuel Rodrigues Ferreira

Secretário: José Emanuel Lopes Fernandes

Conselho de Administração

Presidente: Paulo Jorge da Costa André

Administrador: Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Administrador: David Luís Ramalhinho Estrela

Administrador: Francisco Manuel Sousa Botelho

Administrador: António Félix Flores Rodrigues

Fiscal Único

Efetivo: UHY & Associados, SROC, Lda., representada por Manuel Luís Fernandes Branco ROC n.º 652

Suplente: Duarte Giesta & Associado, SROC, Lda., representada por Duarte Félix Tavares Giesta, ROC n.º 520

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 5 de março de 2021

Nuno Henrique Oliveira Pimentel

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas pela Universidade dos Açores, em julho de 1985. Assistente Estagiário da Universidade dos Açores, Departamento de Economia e Gestão, de novembro de 1985 a março de 1987, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade III (Analítica ou de Custos) e Controlo Orçamental. Subdiretor da Caixa Económica da Misericórdia da Ponta Delgada, de março de 1987 a novembro de 1988, com responsabilidade nas áreas financeira, administrativa e informática. Monitor do Departamento de Economia e Gestão da Universidade dos Açores, de março de 1987 a março de 1990, período em que lecionou as cadeiras de Contabilidade Analítica e Controlo Orçamental.

Diretor Regional do Tesouro, da Secretaria Regional das Finanças e Planeamento, de novembro de 1988 a novembro de 1989.

Vogal do Conselho de Administração do Banco Comercial dos Açores (BCA), nomeado pelo Governo da Região Autónoma dos Açores, de novembro de 1989 a setembro de 1996, data de conclusão do processo de reprivatização do BCA. Diretor do Banco Banif e Comercial dos Açores (BBCA), de outubro de 1996 a dezembro de 2008, tendo sido responsável sucessivamente pela Direção Operacional e Direção de Planeamento e Contabilidade. Coordenador do projeto de implementação das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) no Grupo Banif, adotadas a partir de 1 de janeiro de 2005, entre julho de 2004 e junho de 2006. Diretor do Banif - Banco Internacional do Funchal (Banif), de julho de 2007 a dezembro de 2015, tendo sido responsável sucessivamente pelas Direção de Contabilidade, Orçamento e Estatística, Direção de Contabilidade e Planeamento e Direção de Contabilidade e Controlo.

Vogal do Conselho de Administração das empresas do Grupo SATA (SATA – Sociedade de Transportes Aéreos, S.G.P.S., S.A., SATA Air Açores – Sociedade Açoriana de Transportes Aéreos, S.A., SATA Internacional – Azores Airlines, S.A., SATA – Gestão de Aeródromos, S.A.) de 6 de abril de 2016 a 31 de outubro de 2016, tendo cessado as funções por renúncia ao cargo.

Administrador da Universidade dos Açores, em regime de comissão de serviço, desde 15 de maio de 2018 até 31 de janeiro de 2021.

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Licenciado em Engenharia Mecânica, pelo Instituto Superior Técnico, da Universidade Técnica de Lisboa em 1979 e durante o ano de 1993 tira uma Pós-graduação em Utility Management pela Universidade de Dublin, na Irlanda. Inicia a sua carreira profissional na metalomecânica Ferrotec em 1980 e ingressa na Empresa de Electricidade dos Açores em 1982. Em 1986 assume o cargo de Chefe de Serviço de Produção e em 1989 é nomeado Diretor do Centro de Energias Alternativas da EDA; de 1990 até janeiro de 1995, desempenha o cargo de Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás; em 1994 é nomeado Diretor de Exploração da Empresa de Electricidade dos Açores, e em 1995 Administrador-Delegado da SOGEO, Sociedade Geotérmica dos Açores. Em 2000 é nomeado Administrador-Delegado da Geoterceira, cargo que manteve até à sua incorporação na EDA Renováveis em 2014. Mantém o cargo de Administrador na EDA Renováveis, designação adotada pela SOGEO, desde 2013, na sequência da incorporação da EEG.

David Luís Ramalhinho Estrela

Bacharel em Engenharia de Máquinas, em 1987, pelo Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, quadro superior da EDA - Eletricidade dos Açores S.A. desde 1990, exerceu os cargos de Chefe de Serviço da Central Termoelétrica de Ponta Delgada, entre 1993 e 1999, de Coordenador da área de Energias Renováveis da Eletricidade dos Açores, S.A., entre 1999 e 2001, de Gerente executivo da Empresa de Electricidade e Gás, Lda – Empresa do Grupo EDA, entre 1999 e 2013, e de Administrador da empresa EDA Renováveis, desde 2013.

Francisco Manuel Sousa Botelho

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, ramo de Produção, Transporte e Distribuição de Energia, pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em 1985, fez o Programa Avançado de Gestão para Executivos da Universidade Católica Portuguesa, em 1994/1995. Quadro Superior da EDA - Electricidade dos Açores, S.A., desde 1986, foi requisitado pela Direção Regional de Energia da Secretaria Regional da Economia, entre 1989 e 1990, onde trabalhou, entre outros, no Plano Energético Regional. Foi Chefe do Serviço de Planeamento da EDA, entre 1995 e 1997, ano a partir do qual passou a membro do Conselho de Administração, durante dezassete anos, tendo representado a empresa

na negociação dos sistemas de convergência dos preços da energia elétrica entre as Regiões Autónomas e o Continente e da entrada da EDP no capital social da EDA como parceiro estratégico. Foi ainda membro do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., Gerente da EEG - Empresa de Electricidade e Gás, Lda., Vogal da Direção da Fundação Engenheiro José Cordeiro, Presidente da Assembleia Geral da TV Cabo – Açores, Presidente da Assembleia Geral da SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A., Membro do Conselho de Administração da ARENA – Agência Regional de Energia da Região Autónoma dos Açores, Presidente da Assembleia Geral da Geoterceira, S.A., Membro do Conselho Consultivo da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Presidente da Assembleia Geral da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.. É Membro do Conselho Directivo da ELECPOR – Associação Portuguesa das Empresas do Sector Eléctrico, Membro do Conselho Consultivo da Associação Portuguesa do Veículo Eléctrico (CC APVE) e Membro da Mesa da Assembleia Geral da APE – Associação Portuguesa de Energia, representante em Portugal do WEC – World Energy Council.

António Félix Flores Rodrigues

Licenciado em Física, em 1986, pela Universidade de Lisboa, com Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica em Biofísica pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Coimbra, em 1994, Doutoramento em Ciências do Ambiente-Ramo Poluição Atmosférica, em 2001, pela Universidade dos Açores com orientação da Universidade de Aveiro, é Professor Auxiliar da Universidade dos Açores, onde exerceu os cargos de Diretor dos Cursos de Engenharia do Ambiente, de Engenharia e Gestão do Ambiente e de Mestrado em Engenharia do Ambiente entre 2001 e 2018 e de membro do Conselho Geral da Universidade dos Açores em dois mandatos consecutivos entre 2015 e 2021. Lecionou disciplinas nos cursos de: Engenharia Agrícola, Engenharia Zootécnica, Engenharia do Ambiente, Mestrado em Engenharia do Ambiente, Mestrado em Gestão e Conservação da Natureza, Mestrado em Engenharia e Gestão de Sistemas de Água, Mestrado em Ambiente Saúde e Segurança, Mestrado em Ensino de Física e Química, Engenharia e Gestão do Ambiente, Doutoramento em Gestão Interdisciplinar da Paisagem (Universidade dos Açores, Universidade de Évora e Instituto Superior de Agronomia), Preparatórios de Ciências da Nutrição (parceria com a Universidade do Porto), Preparatórios de Medicina Veterinária (parceria com a Universidade Técnica de Lisboa), Preparatórios de Ciências Farmacêuticas (parceria com a Universidade do Porto), licenciatura em Tecnologia Agroalimentar, licenciatura em Guias da Natureza,

licenciatura em Natureza e Património, licenciatura em Enfermagem e Licenciatura em Energias Renováveis, todos da Universidade dos Açores, para além de outros cursos não conferentes de grau. Coordenou e colaborou em mais de uma dezena de projetos de investigação científica com universidades portuguesas e estrangeiras e foi membro da Comissão Organizadora de vários Congressos Nacionais e Internacionais. Participou na Missão Portuguesa de Ensino na Universidade Díli em Timor-Leste em 2001. Possui um vasto conjunto de artigos científicos publicados em diversos domínios científicos e orientou dezenas de teses de mestrado e dois doutoramentos. Foi vogal do Conselho de Administração da Empresa Municipal Culturangra, entre 2009-2010 e Deputado à Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores entre 2014 e 2015.

Principais elementos curriculares e as funções exercidas por cada um dos novos membros do órgão de gestão e administração eleitos na Assembleia Geral de 30 de junho de 2023

Paulo Jorge da Costa André

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores, Ramo de Energia e Sistemas pelo Instituto Superior Técnico, em 1999. Pós-Graduação em Ambiente, Saúde e Segurança pela Universidade dos Açores, em 2005. Administrador Executivo da EDA entre março de 2021 e junho de 2023. Diretor de Construção de Infraestruturas e Equipamentos da EDA entre 2015 e 2021. Chefe de Departamento de Construção de Equipamentos de Produção da EDA de 2006 a 2015. Gestor de Projeto na EDA de 2004 a 2006. Quadro Superior de Engenharia na Direção de Produção da EDA entre 2001 e 2003. Técnico Comercial da SEGMA de 1999 a 2000. Acumula a atual função com os cargos de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva da EDA – Electricidade dos Açores, S.A., desde junho de 2023, e de Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A., desde março de 2023.

Cargos Ocupados pelos Administradores noutras Empresas

Paulo Jorge da Costa André: Presidente do Conselho de Administração da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e Presidente do Conselho de Administração da GLOBALEDA - Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

Francisco Manuel Sousa Botelho: Administrador da EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e Gerente da SEGMA – Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

António Félix Flores Rodrigues, Administrador não Executivo da EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

Remunerações do Órgão de Gestão e Administração

A Assembleia Geral, na sequência da eleição dos Órgãos Sociais para o triénio 2022/2024, fixou as respetivas remunerações e benefícios sociais para os três membros do Conselho de Administração remunerados, Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte, David Luís Ramalinho Estrela e António Félix Flores Rodrigues, sujeitas às reduções legais aplicáveis.

Nas supra referidas reuniões da Assembleia Geral, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2008/A, de 19 de maio, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro, foi deliberado atribuir aos Administradores Executivos os benefícios sociais em vigor na empresa para os seus trabalhadores, nomeadamente subsídio de almoço, complemento de abono de família, seguro de saúde e desconto de eletricidade.

Os valores remuneratórios brutos e outros encargos do Conselho de Administração no ano de 2023 corresponderam a:

Órgão de Gestão	Remunerações	Benefícios Sociais e	Total
	Brutas	Encargos	
Órgão de Gestão Executivo 1	73 766,70	21 925,16	95 691,86
Órgão de Gestão Executivo 2	77 086,80	22 645,19	99 731,99
Órgão de Gestão Executivo 3	69 828,66	22 024,29	91 852,95
	220 682,16	66 594,64	287 276,80

(EUR)

A remuneração contratualizada com o Fiscal Único é de 1.250,00 euros a processar 12 vezes por ano.

Os membros da Mesa da Assembleia Geral não são remunerados.

Indicação do número de reuniões do Órgão de Gestão e Administração, com referência sucinta às matérias versadas

Durante o ano de 2023, o Conselho de Administração realizou 28 reuniões para deliberar sobre assuntos relativos à gestão corrente da sociedade. As matérias versadas respeitaram ao Relatório e Contas, à execução do Plano e de Atividades e Orçamento de

acordo com a estratégia delineada, à gestão corrente da sociedade nas áreas da exploração dos recursos geotérmicos, hídricos e eólicos, à apreciação mensal das contas e principais indicadores da atividade. Para cada reunião do Conselho de Administração foram elaboradas atas com as deliberações relativas aos assuntos tratados.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do artigo 16º, alínea g), dos Estatutos da Empresa, propõe que o Resultado Líquido do exercício de 2023, no valor de 13 581 991,50 euros (treze milhões, quinhentos e oitenta e um mil, novecentos e noventa e um euros e cinquenta cêntimos), tenha a seguinte aplicação:

Para:

Dividendos 6 790 995,75 euros

Resultados Transitados 6 790 995,75 euros

Ponta Delgada, 20 de março de 2024

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assinado por: **Paulo Jorge da Costa André**
Num. de Identificação: 10291841
Data: 2024.03.20 16:30:25-01'00'

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

EDA Renováveis, S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2023

Índice das demonstrações financeiras

Balço	82
Demonstração dos resultados por naturezas	83
Demonstração das alterações no capital próprio	84
Demonstração dos fluxos de caixa	85
Anexo às demonstrações financeiras	86
1 Introdução	86
2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	87
3 Principais políticas contabilísticas	89
4 Fluxos de caixa	105
5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	105
6 Ativos fixos tangíveis	107
7 Ativos intangíveis	114
8 Outros investimentos financeiros	114
9 Ativos e passivos por impostos diferidos	115
10 Inventários	116
11 Clientes	116
12 Estado e outros entes públicos	117
13 Acionistas	117
14 Outros créditos a receber	118
15 Diferimentos	119
16 Capital subscrito	119
17 Reservas legais e outras	119
18 Outras variações no capital próprio	120
19 Provisões	121
20 Financiamentos obtidos	122
21 Fornecedores	122
22 Outras dívidas a pagar	123
23 Vendas e serviços prestados	124
24 Trabalhos para a própria entidade	125
25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	125
26 Fornecimentos e serviços externos	125
27 Gastos com pessoal	126
28 Outros rendimentos	127
29 Outros gastos	128
30 Gastos e rendimentos financeiros	128
31 Imposto sobre o rendimento	129
32 Dividendos	130
33 Compromissos	130
34 Contingências	131
35 Matérias ambientais	132
36 Partes relacionadas	133
37 Gestão de Risco	136
38 Disposições legais	136
39 Eventos subsequentes	137

Balanço

	Nota	31 de dezembro	
		2023	2022 Reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	75 544 309	79 032 113
Ativos intangíveis	7	427 798	395 508
Outros investimentos financeiros	8	39 446	38 486
Clientes	11	52 306	52 306
Ativos por impostos diferidos	9	6 414 648	6 867 034
		82 478 507	86 385 447
Corrente			
Inventários	10	201 598	257 605
Clientes	11	4 177 945	2 970 560
Acionistas	13	61 140 000	41 350 000
Outros créditos a receber	14	20 935 030	27 232 211
Diferimentos	15	197 546	82 305
Caixa e depósitos bancários	4	209 676	220 558
		86 861 796	72 113 239
Total do ativo		169 340 303	158 498 686
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital subscrito	16	23 799 970	23 799 970
Reservas legais	17	4 759 994	4 759 994
Outras reservas	17	14 016	14 016
Resultados transitados	17	78 939 151	74 673 202
Outras variações no capital próprio	18	29 647 001	29 173 681
Resultado líquido do período		13 581 992	8 531 900
Total do capital próprio		150 742 123	140 952 762
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	3 236 024	3 279 661
Financiamentos obtidos	20	-	545 455
Outras dívidas a pagar	22	7 088 456	7 081 404
		10 324 480	10 906 520
Corrente			
Fornecedores	21	1 472 273	1 866 605
Estado e outros entes públicos	12	1 879 866	781 969
Financiamentos obtidos	20	554 769	546 488
Outras dívidas a pagar	22	4 366 792	3 444 342
		8 273 700	6 639 404
Total do passivo		18 598 179	17 545 924
Total do capital próprio e do passivo		169 340 303	158 498 686

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração dos resultados por naturezas

	Nota	Período	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	23	29 216 109	26 738 733
Subsídios à exploração	-	46 933	3 058
Trabalhos para a própria entidade	24	735 047	1 251 182
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25	(436 462)	(357 351)
Fornecimentos e serviços externos	26	(4 611 634)	(6 105 824)
Gastos com o pessoal	27	(2 446 135)	(2 650 150)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	11	13 720	-
Outros rendimentos	28	3 601 774	1 568 053
Outros gastos	29	(2 879 757)	(2 841 864)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		23 239 594	17 605 838
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(7 879 954)	(7 653 080)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 359 640	9 952 758
Juros e rendimentos similares obtidos	30	1 451 604	63 859
Juros e gastos similares suportados	30	(125 299)	(17 185)
Resultado antes de impostos		16 685 945	9 999 432
Imposto sobre o rendimento do período	31 e 9	(3 103 954)	(1 467 532)
Resultado líquido do período		13 581 992	8 531 900
Resultado por ação básico	16	2,85	1,79

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital subscrito	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio (Reexpresso)	Resultado líquido do período	Total
A 1 de janeiro de 2022		23 799 970	4 759 994	14 016	70 711 815	8 097 727	7 922 852	115 306 375
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio (reexpresso)	18	-	-	-	-	21 075 953	-	21 075 953
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	7 922 852	-	(7 922 852)	-
		-	-	-	7 922 852	21 075 953	(7 922 852)	21 075 953
Resultado líquido do período							8 531 900	8 531 900
Resultado integral							8 531 900	8 531 900
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(3 961 466)	-	-	(3 961 466)
		-	-	-	(3 961 466)	-	-	(3 961 466)
A 31 de dezembro de 2022 (Reexpresso)		23 799 970	4 759 994	14 016	74 673 202	29 173 681	8 531 900	140 952 762
A 1 de janeiro de 2023		23 799 970	4 759 994	14 016	74 673 202	29 173 681	8 531 900	140 952 762
Alterações no período								
Outras variações no capital próprio	18	-	-	-	-	473 320	-	473 320
Aplicações dos resultados	17	-	-	-	8 531 900	-	(8 531 900)	-
		-	-	-	8 531 900	473 320	(8 531 900)	473 320
Resultado líquido do período							13 581 992	13 581 992
Resultado integral							13 581 992	13 581 992
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	17	-	-	-	(4 265 950)	-	-	(4 265 950)
		-	-	-	(4 265 950)	-	-	(4 265 950)
A 31 de dezembro de 2023		23 799 970	4 759 994	14 016	78 939 151	29 647 001	13 581 992	150 742 123

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

Demonstração dos fluxos de caixa

	Nota	Período findo em 31 de dezembro	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		34 665 801	30 053 050
Pagamentos a fornecedores		-7 002 742	-7 038 203
Pagamentos ao pessoal		-2 406 648	-2 499 871
Caixa gerada pelas operações		25 256 412	20 514 976
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		-1 320 820	-1 268 797
Outros recebimentos/ pagamentos		-4 203 865	-5 252 548
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		19 731 728	13 993 632
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-2 981 396	-5 971 598
Ativos intangíveis		0	-101 857
Investimentos financeiros		-176 780 000	-150 860 000
Outros activos		-960	-4 430
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		35 108	0
Investimentos financeiros		156 990 000	147 640 000
Subsídios ao investimento		7 729 401	0
Juros e rendimentos similares		93 846	2 885
Outros activos		0	807
Dividendos	28	43 600	41 400
Fluxos de caixa líquidos das actividades de investimento		-14 870 400	-9 252 793
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Financiamentos obtidos		-545 455	-863 636
Juros e gastos e similares		-60 804	-19 410
Dividendos	17 e 32	-4 265 950	-3 961 466
Fluxos de caixa líquidos das actividades de financiamento		-4 872 209	-4 844 512
Varição de caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	220 558	324 231
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	209 676	220 558

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Catarina Isabel Raposo

O Conselho de Administração

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

David Luís Ramalhinho Estrela

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

Anexo às demonstrações financeiras

1 Introdução

A EDA Renováveis (EDAR ou Empresa), constituída em 2 de fevereiro de 1990, tem como objeto o aproveitamento de recursos renováveis da Região Autónoma dos Açores ("RAA"), com sede na Central Geotérmica do Pico Vermelho, Estrada Regional da Lagoa do Fogo.

A EDAR é detida em 99,68% pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A. e em 0,32% pela SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

A EDAR é responsável pela produção de energia elétrica através de infraestruturas de captação e transformação do calor geotérmico, tendo sido atribuído dois contratos de concessão de exploração de recursos geotérmicos na zona demarcada do Concelho da Ribeira Grande por um período de 25 anos contados a partir de 2 de abril de 2021 e na zona situada no Campo Geotérmico do Pico Alto, na ilha Terceira, também por um período de 25 anos contados a partir de 7 de agosto de 2017.

A EDAR tem também como finalidade a construção e exploração de aproveitamentos de recursos endógenos de natureza hídrica, eólica e solar na Região Autónoma dos Açores, possuindo atualmente 21 centros produtores (7 parques eólicos, 12 centrais mini hídricas e 2 parques fotovoltaicos) instalados em 8 ilhas do arquipélago, consoante as condições naturais existentes.

Para a instalação de cada centro produtor, a EDAR efetua um requerimento de licença de produção de energia elétrica não vinculada ao serviço público, junto à entidade do Governo Regional dos Açores com competência na área da energia. A licença fica sujeita à condição de atribuição de licença prévia de estabelecimento, a qual por sua vez é atribuída após consulta ao concessionário do transporte e distribuição acerca dos pontos de interligação e da tensão nominal no ponto de interligação. A licença de produção de energia elétrica é atribuída por cada centro eletroprodutor.

A EDAR enquanto produtora de energia elétrica a partir de fontes renováveis tem, de acordo com o Decreto Legislativo Regional n.º.15/96/A, uma garantia de venda sobre toda a eletricidade que produz. Assim, a EDAR tem um contrato de compra de energia elétrica com a entidade concessionária do transporte e distribuição de eletricidade para a RAA, a EDA - Electricidade dos Açores, S.A., no qual esta assume a obrigação de adquirir toda a eletricidade produzida pelos centros produtores da EDAR. A concessionária gere a suspensão temporária da atividade das instalações de produção em função das necessidades de consumo e das cláusulas dos respetivos contratos de fornecimento de energia, estabelecendo regras que motivem a exploração otimizada dos recursos renováveis ligados à rede, devendo maximizar a injeção na rede da produção de energia elétrica com origem renovável, dando prioridade à colocação no diagrama de carga da potência dos centros produtores renováveis com data de entrada em exploração mais antiga e que permitam uma maior integração da componente renovável.

A eletricidade produzida é vendida aos preços acordados em contrato e sujeitos a atualização anual com base no Índice de Preços no Consumidor. Em 2023 o preço praticado para toda a energia produzida e cedida foi de 107,20 euros/MWh (2022: 102,00 euros/MWh).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração, em 20 de março de 2024. É opinião da Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da EDAR, bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa.

Estas demonstrações financeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas pela EDA – Electricidade dos Açores, S.A., com sede na Rua Francisco Pereira Ataíde n.º 1, pelo método da consolidação integral.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura concetual,

Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”).

Acresce referir que o modelo das demonstrações financeiras e quadro de contas também foram alterados, respetivamente, pela Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-B/2015 de 21 de setembro de 2015 e pela Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho de 2015 e Declaração de Retificação n.º 41-A/2015 de 21 de setembro de 2015.

De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela EDAR, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 3.23.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com as do período anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, tendo em consideração que a atividade da Empresa se traduz na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis com garantia de venda de toda a eletricidade que produz à EDA que é também a principal acionista, bem como as projeções de fluxos de caixa a curto prazo, a Administração, que tem acompanhado a atual situação geopolítica associada ao conflito militar sobre o qual prevalece a incerteza sobre a sua duração e que tem causado fortes impactos nos mercados financeiros e nos preços, concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. Conversão cambial

i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da EDAR e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros (moeda funcional), salvo indicação explícita em contrário.

ii) Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento/recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, na rubrica

de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

iii) Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2023	2022
USD	1,1050	0,9376
NZD	1,7504	1,6798
GBP	-	1,1275

Fonte: Cotações do Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos com empréstimos obtidos para a construção de ativos fixos tangíveis qualificáveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que aumentem a vida útil, ou a capacidade dos ativos gerarem benefícios económicos são capitalizados no custo do ativo.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que ocorrem.

Os gastos a suportar com o desmantelamento ou remoção de ativos instalados em propriedade de terceiros serão considerados como parte do custo inicial dos respetivos ativos quando se traduzam em montantes significativos e mensuráveis.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes por duodécimos. As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	
Centrais geotérmicas	Entre 10 a 20 anos
Centrais hídricas	Entre 20 a 60 anos
Equipamento básico	Entre 1 e 20 anos
Equipamento de transporte	Entre 4 e 6 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 a 8 anos
Outros ativos tangíveis	Entre 4 e 16 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas em cada data de relato financeiro, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos benefícios económicos gerados pelos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis são efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável do ativo e, quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Os ativos fixos tangíveis para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade. Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade a depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na Demonstração dos resultados em Outros gastos ou Outros rendimentos.

3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem programas de computador e direitos de superfície, encontram-se reconhecidos e mensurados: (i) ao preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e os impostos sobre as compras não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

A EDAR reconhece como ativos intangíveis os montantes despendidos com a aquisição de direitos de superfície a terceiros para a instalação dos parques eólicos e software adquirido a terceiros, bem como os custos de parametrização incorridos.

A EDAR valoriza os seus ativos intangíveis, após o reconhecimento inicial, pelo modelo do custo, conforme definido pela NCRF 6 – Ativos Intangíveis, que define que um ativo intangível deve ser escriturado pelo seu custo deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados numa base sistemática a partir da data em que se encontram disponíveis para uso, durante a vida útil estimada ou de acordo com o período estabelecido no contrato.

A EDAR não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

3.4. Avaliação e exploração de recursos geotérmicos

A EDAR desenvolve para além do aproveitamento dos recursos geotérmicos já instalados, trabalhos de perfuração e prospeção e de outra natureza em áreas delimitadas dos campos geotérmicos, para as quais ainda não está determinada a viabilidade comercial da exploração dos recursos geotérmicos, embora esta se afigure provável. Desta forma, e ao abrigo da NCRF 16 – Exploração e avaliação de recursos minerais, os dispêndios incorridos com estudos e testes na fase de prospeção e com a construção de poços e estruturas acessórias são capitalizados como ativos tangíveis em curso, até à data da conclusão acerca da sua exequibilidade técnica e da sua viabilidade comercial. Os custos dos empréstimos obtidos fazem também parte do custo destes nesta fase de avaliação dos ativos, exceto se não tiverem ocorrido dispêndios substanciais que justifiquem a sua suspensão temporária. Durante a fase de prospeção

e sempre que exista evidência objetiva de um eventual abandono técnico de um poço geotérmico e outros indicadores de imparidade, são registadas perdas de imparidade sobre o montante determinado, exceto se vier a ser utilizado como poço de injeção.

Os principais indicadores de imparidade resultam (i) da não descoberta durante a fase de prospeção de quantidades comercialmente viáveis de recursos minerais na área geotérmica específica ou, (ii) dos benefícios económicos futuros de uma área geotérmica específica emergente da exploração efetiva dos recursos minerais ou da sua alienação, não serem suficientes para recuperar a totalidade da quantia escriturada do ativo de exploração e avaliação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Imparidade de investimentos depreciáveis, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Parte das atividades de prospeção são comparticipadas através de fundos dos programas comunitários para a Região Autónoma dos Açores que se encontram registados no Capital próprio.

3.5. Imparidade de ativos não financeiros

A Empresa avalia os ativos não financeiros para efeitos de imparidade consoante a sua natureza.

Os ativos com vida útil definida são revistos quanto à imparidade quando eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Para efeitos de determinação da existência de imparidade, a Empresa calcula o valor recuperável do ativo ou conjunto de ativos. O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa regista a respetiva perda por imparidade.

Os ativos não financeiros, que não o goodwill, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, as amortizações e depreciações dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.6. Ativos financeiros

A Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros são classificados/mensurados como:

- (a) Ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade; ou
- (b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os ativos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cujo retorno seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar a perda do valor nominal e do juro acumulado.

Para os ativos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

São registados ao custo amortizado, os ativos financeiros que constituem empréstimos concedidos, contas a receber e instrumentos de capital próprio, bem como quaisquer contratos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

A EDAR classifica e mensura ao justo valor os ativos financeiros que não cumpram com as condições para serem mensurados ao custo amortizado. São registados ao justo valor, os ativos financeiros que constituem instrumentos de capital próprio cotados em mercado ativo, contratos derivados e ativos financeiros detidos para negociação. As variações de justo valor são registadas nos resultados do período, exceto no que se refere

aos instrumentos financeiros derivados que qualifiquem como relação de cobertura de fluxos de caixa.

A EDAR avalia a cada data de relato financeiro a existência de indicadores de perda de valor para os ativos financeiros que não sejam mensurados ao justo valor através de resultados. Se existir uma evidência objetiva de imparidade, a EDAR reconhece uma perda por imparidade na Demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

3.7. Inventários

Os inventários referem-se a materiais utilizados nas atividades internas de manutenção e conservação.

Os inventários são valorizados ao custo ou valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O seu custo inclui todos os custos de compra, custos de transformação e outros custos incorridos para colocar os inventários no local e condição necessária para a sua venda/uso.

O método de custeio utilizado é o custo médio ponderado.

No que se refere aos materiais são registadas perdas por imparidade, quando os mesmos apresentam indicadores de obsolescência técnica ou quando ocorre a descontinuação dos equipamentos a que se referem.

3.8. Clientes e Outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade quando aplicável. As perdas por imparidade dos clientes e créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber sendo subseqüentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

O montante de perda por imparidade para um instrumento mensurado ao custo ou ao custo amortizado é a diferença entre a quantia escriturada e o valor presente (atual) dos fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juro efetiva inicial do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (a) Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram; ou (b) A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro; ou (c) A entidade, apesar de reter alguns riscos significativos e benefícios relacionados com o ativo financeiro, tenha transferido o controlo do ativo para uma outra parte e esta tenha a capacidade prática de vender o ativo na sua totalidade a uma terceira parte não relacionada e a possibilidade de exercício dessa capacidade unilateralmente sem necessidade de impor restrições adicionais à transferência. Se tal for o caso a entidade deve: (i) desreconhecer o ativo; e (ii) reconhecer separadamente qualquer direito e obrigação criada ou retida na transferência.

3.9. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10. Capital

O capital estatutário da Empresa corresponde às ações subscritas pelos acionistas. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11. Passivos financeiros

A Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros são classificados/mensurados como:

(a) Ao custo amortizado; ou

(b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na Demonstração dos resultados.

A EDAR classifica e mensura ao custo amortizado, os passivos financeiros: i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros a pagar e a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os pagamentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo amortizado, os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos e contas a pagar.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

3.12. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na Demonstração dos resultados ao longo do período do financiamento, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a EDAR possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.13. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na Demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios.

Imposto corrente

O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor. Em conformidade com a legislação em vigor na Região Autónoma dos Açores a taxa a aplicar para a determinação do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas é reduzida em 30%, correspondendo a uma taxa nominal de 14,70%. Como estabelecido na lei das Finanças Locais a Empresa está sujeita à derrama fixada pelos Municípios até ao montante máximo de 1,5% do lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Foi ainda considerada a derrama estadual que nos termos da legislação em vigor, incide sobre a parcela do lucro tributável superior a 1,5 milhões de euros e inferior a 7,5 milhões de euros (taxa de 2,10%), quando superior a 7,5 milhões de euros e menor que 35 milhões de euros (taxa de 3,5%) e superior a este montante (taxa de 6,3%).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração fiscal durante um período de 4 anos.

Imposto diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base no balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

3.14. Benefícios aos empregados

A EDAR tem atribuído aos empregados um plano de complemento de pensões de reforma de contribuição definida, denominado por Futuro+ que é gerido pela BPI Pensões.

Em termos de regime de contribuição o plano prevê:

- a) Contribuição base de 1% do salário pensional pela Empresa sem qualquer condição;
- b) Contribuição voluntária do empregado que a EDAR reforça contribuindo em metade da percentagem da contribuição do empregado até ao limite de 2%.

Relativamente a este plano a Empresa não assume qualquer obrigação de pagamento para além das contribuições, conforme as condições estabelecidas no plano. As contribuições efetuadas são registadas como Gastos com o pessoal na Demonstração dos resultados, no período em que ocorrem.

Para além destas responsabilidades registadas a EDAR efetua ainda o pagamento de complementos de reforma a 3 ex-empregados já reformados não abrangidos por qualquer dos planos descritos. A EDAR não efetuou qualquer estudo atuarial desta responsabilidade, nem fez o registo de qualquer provisão, uma vez que a responsabilidade não é significativa (Nota 27).

3.15. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a EDAR tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que não seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EDAR divulga tal facto como um passivo

contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

3.16. Subsídios e apoios do Governo

A EDAR reconhece os subsídios do Estado Português, do Governo Regional e da União Europeia ou organismos semelhantes pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que o subsídio será recebido, e não na base do seu recebimento.

As participações atribuídas à EDAR, a fundo perdido, por conta dos projetos de investimento em ativos fixo tangíveis de uso próprio, são contabilizadas na rubrica de Outras variações de capital próprio, quando o investimento tenha sido incorrido e quando seja expectável que todas as condições para a sua atribuição sejam cumpridas. Os subsídios são subseqüentemente creditados na Demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados, na rubrica de Outros rendimentos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na Demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.17. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais a EDAR detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, determinados à data de início do contrato. O valor a pagar resultante de um contrato de locação financeira é registado líquido de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando a EDAR não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando a EDAR tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como gasto na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

3.18. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.19. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de produtos e/ou serviços no decurso normal da atividade da EDAR. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos e descontos comerciais atribuídos.

Eletricidade

A faturação de eletricidade é efetuada mensalmente, com base em contagens reais de entregas de eletricidade na rede.

A eletricidade produzida é faturada à EDA, a entidade concessionária da rede de transporte e distribuição na RAA.

3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da EDAR é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus acionistas.

3.21. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

3.22. Matérias ambientais

A EDAR reconhece os dispêndios de carácter ambiental, bem como os passivos e ativos com eles relacionados.

Os dispêndios são reconhecidos como custos no período em que são incorridos, exceto se forem realizados para evitar ou reduzir danos futuros e proporcionem benefícios económicos no futuro, sendo nesse caso capitalizados e amortizados sistematicamente ao longo das suas vidas económicas.

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a EDAR tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para pagar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

3.23. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EDAR são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

Estimativas contabilísticas relevantes

3.23.1. Provisões

A EDAR analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

As provisões para os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e para os custos de reabilitação do local onde estes estão localizados está dependente de pressupostos e estimativas que as tornam sensíveis a:

- a) Expectativa de custo a ser incorrido;
- b) Data previsível da ocorrência dos custos;
- c) Taxa de inflação;
- d) Taxa de desconto utilizada no desconto das saídas de caixa esperadas.

Em exercícios anteriores decorrente de obrigações contratuais em vigor, a Empresa constitui uma provisão para reabilitação de bens do ativo fixo tangível (parques eólicos) instalados nas diversas ilhas. Esta provisão foi calculada tendo por base vida útil do ativo.

3.23.2. Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação e amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações e amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível internacional.

Relativamente aos ativos tangíveis em curso relacionados com as atividades de recursos geotérmicos, a avaliação da capacidade de extração de fluídos de cada poço e da sua

potência é definida regularmente de forma a determinar a viabilidade individual de cada poço ou da globalidade do campo geotérmico.

A EDAR reconhece no seu Balanço uma estimativa do valor a desembolsar aquando do desmantelamento e remoção dos equipamentos de produção dos aproveitamentos eólicos instalados em propriedade de terceiro. Também a vida útil associada aos parques eólicos, que determina a cadência de reconhecimento desta provisão nos resultados da Empresa tem por base o melhor julgamento da Administração, considerando também as práticas adotadas por empresas do setor ao nível nacional e internacional.

3.23.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da EDAR, tais como: i) a disponibilidade futura de financiamento; e ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

3.24. Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

4 Fluxos de caixa

4.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

A EDAR não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

4.2. Detalhe da rubrica de caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa apresenta os seguintes valores:

	2023	2022
Caixa	662	783
Depósitos bancários	209 014	219 775
	209 676	220 558

Os valores acima foram os considerados para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

O recebimento e reembolso de empréstimos obtidos de outras entidades, nomeadamente do acionista EDA, são considerados como atividades de investimento, de acordo com o disposto na alínea (e) e (f) da NCRF 2 – Demonstrações de Caixa.

5 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No seguimento da publicação da comissão de normalização contabilística, orientação técnica nº6 de 14 abril de 2023, foi definido pela Gestão efetuar a reexpressão das demonstrações financeiras relativamente ao reconhecimento dos Subsídios ao investimento, nomeadamente no que concerne à candidatura efetuada junto do PRR. Inicialmente considerou-se o valor total de 74.500.000 da candidatura como saldo a receber, o qual foi reconhecido por contrapartida de Capital Próprio apenas na quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Esta alteração tem efeitos a 1 de janeiro 2022.

Assim, para efeitos de correção das situações descritas, em 2023, a EDAR procedeu aos seguintes ajustamentos de forma retrospectiva, com referência ao exercício de 2022:

	2022	2022	2022
	Reexpresso	Ajustamentos	2022
Ativo			
Não corrente			
Outros ativos não correntes	86 385 447	-	86 385 447
	<u>86 385 447</u>	<u>-</u>	<u>86 385 447</u>
Corrente			
Outros créditos a receber	27 232 211	(47 603 231)	74 835 441
Outros ativos correntes	44 881 028	-	44 881 028
	<u>72 113 239</u>	<u>(47 603 231)</u>	<u>119 716 469</u>
Total do ativo	<u>158 498 686</u>	<u>(47 603 231)</u>	<u>206 101 917</u>
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital e outras reservas	28 573 980	-	28 573 980
Resultados transitados	74 673 202	-	74 673 202
Outras variações no capital próprio	29 173 681	(38 844 236)	68 017 917
Resultado líquido do período	8 531 900	-	8 531 900
Total do capital próprio	<u>140 952 762</u>	<u>(38 844 236)</u>	<u>179 796 998</u>
Passivo			
Não corrente			
Outras dívidas a pagar	7 081 404	(8 758 994)	15 840 399
Outros passivos não correntes	3 825 116	-	3 825 116
	<u>10 906 520</u>	<u>(8 758 994)</u>	<u>19 665 515</u>
Corrente			
Outros passivos correntes	6 639 404	-	6 639 404
	<u>6 639 404</u>	<u>-</u>	<u>6 639 404</u>
Total do passivo	<u>17 545 924</u>	<u>(8 758 994)</u>	<u>26 304 919</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>158 498 686</u>	<u>(47 603 231)</u>	<u>206 101 917</u>

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2023								
Custo de aquisição	3 990 687	29 160 836	233 373 603	880 770	261 333	779 578	37 663 561	306 110 367
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(20 309 589)	(173 888 709)	(736 898)	(250 896)	(670 262)	-	(195 856 353)
Valor líquido	3 422 499	7 355 521	32 285 226	143 873	10 437	109 317	35 705 242	79 032 113
Movimento de 2023								
Adições	627 045	-	1 121	191 187	38 284	7 728	3 614 063	4 479 428
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	(117 018)	-	-	-	-	(117 018)
Alienações	-	-	-	(62 743)	-	-	-	(62 743)
Transferências e abates	-	-	(1 121)	-	1 121	-	-	-
Depreciação - período	-	(875 663)	(6 836 604)	(90 550)	(13 930)	(33 466)	-	(7 850 214)
Depreciação - alienações e abates	-	-	654	62 743	(654)	-	-	62 743
	4 049 544	6 479 858	25 332 258	244 509	35 258	83 580	39 319 304	75 544 309
31 de dezembro de 2023								
Custo de aquisição	4 617 732	29 160 836	233 256 585	1 009 214	300 738	787 306	41 277 623	310 410 034
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 901)
Depreciações acumuladas	-	(21 185 252)	(180 724 659)	(764 705)	(265 480)	(703 727)	-	(203 643 824)
Valor líquido	4 049 544	6 479 858	25 332 258	244 509	35 258	83 579	39 319 304	75 544 309

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 os movimentos registados na rubrica dos Ativos fixos tangíveis na Empresa foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos tangíveis	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2022								
Custo de aquisição	3 915 105	29 160 836	230 931 905	878 140	258 490	755 221	35 128 063	301 027 760
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(19 433 926)	(167 239 476)	(775 154)	(240 934)	(634 050)	-	(188 323 541)
Valor líquido	3 346 917	8 231 184	36 492 760	102 986	17 556	121 170	33 169 744	81 482 318
Movimento de 2022								
Adições	75 581	-	-	100 700	2 843	24 357	4 803 307	5 006 788
Provisão de desmantelamento (Nota 19)	-	-	173 889	-	-	-	-	173 889
Alienações	-	-	-	(98 070)	-	-	-	(98 070)
Transferências e abates	-	-	2 267 810	-	-	-	(2 267 810)	-
Depreciação - período	-	(875 663)	(6 649 232)	(59 813)	(9 962)	(36 211)	-	(7 630 882)
Depreciação - alienações e abates	-	-	-	98 070	-	-	-	98 070
	3 422 499	7 355 521	32 285 226	143 873	10 437	109 317	35 705 242	79 032 113
31 de dezembro de 2022								
Custo de aquisição	3 990 687	29 160 836	233 373 603	880 770	261 333	779 578	37 663 561	306 110 367
Imparidade acumulada	(568 188)	(1 495 726)	(27 199 668)	-	-	-	(1 958 319)	(31 221 902)
Depreciações acumuladas	-	(20 309 589)	(173 888 709)	(736 898)	(250 896)	(670 262)	-	(195 856 353)
Valor líquido	3 422 499	7 355 521	32 285 226	143 873	10 437	109 317	35 705 242	79 032 113

Adições

Os aumentos registados em ativos tangíveis durante o período de 2023 englobam 865.365 euros de adições diretas. Foram ainda realizados investimentos em ativos em curso, no montante de 3.614.063 euros, essencialmente relativos a geotermia na Ilha de São Miguel (1.121.412 euros) e Ilha Terceira (721.047 euros) e ao parque eólico da Ilha do Corvo (984.647 euros).

Em resultado do não recurso ao financiamento bancário, não foram imputados quaisquer gastos financeiros em 2023 e 2022 aos ativos em curso de construção.

Ativos em curso

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de Ativos em curso referem-se aos seguintes projetos:

	2023	2022
Aproveitamentos hidroelétricos		
Ribeira Grande - Flores	444 891	437 629
Ribeira do Guilherme - São Miguel	10 426	8 789
Reabertura CH Povoação - São Miguel	13 177	9 735
Sistema automático comando - Terceira	187 291	70 201
Instalação de sistema piloto VORTEX	191 404	-
Ampliação do Canal da CH Canário - São Miguel	1 249	-
Reabilitação edifício da CH Túneis - São Miguel	15 234	-
Hidraulico CH Varadouro - Faial	31 464	-
Diversos	51 452	2 224
	946 590	528 579
Parques eólicos		
Parque eólico Cerrado das Vacas - Corvo	1 369 297	384 650
Substituição aerogeradores - Santa Maria	12 701	7 948
Substituição aerogeradores - São Jorge	75 703	50 713
Substituição aerogeradores - Flores	36 715	33 717
Substituição aerogeradores - Pico	679	395
Substituição aerogeradores - Terceira	61 185	-
Ampliação parque eólico - São Miguel	1 240	1 240
Ampliação parque eólico - Faial	212	212
	1 557 733	478 874
Parques fotovoltaicos		
Ilha São Jorge	6 510	6 510
Ilha Pico	6 600	5 061
Ilha Faial	7 820	6 281
Ampliação Ilha de Santa Maria	92 866	92 866
Ampliação Ilha de Corvo	288 749	18 632
Ilha Flores	1 539	-
	404 084	129 350
a transportar	2 908 407	1 136 803

	2023	2022
transportado	2 908 407	1 136 803
Campo Geotérmico Pico Alto		
Construção da central	-	
Execução de três poços	14 630 065	13 909 018
Ensaio e prospeção adicional (7 MW)	110 702	110 702
Construção de condutas ligação	138 089	138 089
Expansão (7MW)	7 102	7 102
	14 885 958	14 164 911
Campo Geotérmico Ribeira Grande		
Execução de três poços Pico Vermelho	8 419 764	8 417 669
Execução de três poços Cachaços Lombada RG5	11 476 448	11 447 322
Substituição encabeçamento poços CL	1 958 319	1 958 319
Substituição encabeçamento poços CPV	277 198	277 198
Atualização automatos e reles	133 241	133 241
Subestação CPV	62 288	62 288
Expansão (5MW)	12 868	12 868
Substituição linha injeção (PV5)	309 242	52 942
Beneficiação linhas transporte CL1, CL5 e CL7	5 881	-
Revitalização (5MW)	666 261	-
Caudalímetros NCG	105 607	-
	56 142	-
	23 483 258	22 361 847
Imparidade RG5	(1 958 319)	(1 958 319)
Saldo a 31 de dezembro	39 319 304	35 705 242

Imparidade

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as perdas por imparidades de ativos não correntes reconhecidas tinham o seguinte destino:

	2023	2022
Central Geotérmica do Pico Alto	21 811 479	21 811 479
Poço geotérmico PA1	6 249 616	6 249 616
Poço geotérmico RG 5	1 958 319	1 958 319
Outros	1 202 487	1 202 488
	31 221 901	31 221 902

O campo geotérmico do Pico Alto foi considerado em anos anteriores uma área geral de interesse comercial para efeitos de produção de energia elétrica. Com base na avaliação

inicial da produtividade dos quatro poços de produção e injeção, a Administração concluiu que existia um risco elevado de diminuição do fluido geotérmico. Assim, avançou numa primeira fase na construção de uma central geotérmica de 3,5 MW, que entrou em exploração em setembro de 2017.

O imobilizado total em exploração no Campo Geotérmico do Pico Alto atingiu o montante de 43.378.988 euros, tendo a central geotérmica atingido em 2023 uma produção de cerca de 18,2 GWh (em 2022 – 19,5 GWh), sendo anualmente efetuados testes de imparidade de forma a estimar o valor recuperável deste ativo, com base nos seguintes pressupostos:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Vida útil estimada dos ativos	20 anos	20 anos
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,18%	7,31%

O valor de uso desses ativos foi determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados para a central no seu estado atual, considerando que a unidade geradora de caixa se consubstancia no Campo Geotérmico do Pico Alto, com os atuais níveis de produção que poderão ser substancialmente alterados se se concretizar a expansão da capacidade instalada prevista para 10 MWh, e tendo em conta que a central geotérmica terá um período de vida útil previsível de 20 anos.

A determinação das vendas de energia a produzir foi fundada no preço unitário que vigorará em 2024, com uma atualização de 2% ao ano para os períodos 2025-2042. Embora a capacidade instalada da Central seja de 3,5 MWh, utilizou-se a sua potência real atual de 1,7 MWh.

A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC estimado de 6,18%, tendo em conta a estrutura dos capitais investidos e o risco específico destes ativos, incorporando os impactos associados ao atual conflito militar, nomeadamente os com reflexo nos mercados financeiros e na subida de preços, cuja incerteza sobre a sua duração, expõe riscos de natureza diversa significativos.

Como cenário de sensibilidade ponderou-se os efeitos da variação de um ponto percentual da WACC e redução ou aumento do nível dos fluxos de caixa descontados em cerca de 10%, com os resultados a seguir indicados:

	Cenário base	Cenários de sensibilidade Variação de 1%	
Custo médio ponderado do capital (WACC)	6,18%	5,18%	7,18%
Valor atual dos fluxos de caixa descontados	3 333 305	3 558 084	3 129 262
Variação do nível dos fluxos de caixa descontados			
Aumento de 10%	3 666 636		
Redução de 10%	2 999 975		

Com base nos pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso, que, comparativamente ao ano anterior incorporam as alterações de comportamento dos mercados financeiros e do risco operacional, a quantia recuperável da unidade geradora de caixa foi estimada em 3.333.305 euros, superior em 77.017 euros face ao valor do ativo registado em 2022:

	2023	2022
Valor de custo (líquido de depreciações)	25 067 766	26 828 091
Imparidades acumuladas	(21 811 479)	(21 811 479)
	3 256 287	5 016 612

A Administração não procedeu ao registo da reversão da imparidade no período por não haver uma certeza absoluta que essa tendência ocorra numa forma segura, enquanto não se concretizar a ampliação da capacidade produtiva atrás mencionada.

Associado a esta Central foram ainda executados três novos poços geotérmicos em 2021, no montante de 13.909.018 euros, cujos ensaios de avaliação de produtividade foram realizados durante este período e ainda não são conclusivos. Em 2023 foram efetuados os ensaios de produtividade, no entanto ainda não existem resultados dos mesmos pelo que a esta data ainda não estão reunidas as condições para se proceder a uma avaliação fiável deste projeto de expansão.

A totalidade dos gastos incorridos com o poço geotérmico PA1 que foi considerado abandonado no âmbito do desenvolvimento do campo geotérmico do Pico Alto, no montante de 6.249.616 euros, foi integralmente reconhecida em 2011 como irrecuperável.

Em 2016, registou-se uma imparidade de 1.958.319 euros, referente aos gastos incorridos no poço geotérmico RG5 situado no campo geotérmico da Ribeira Grande por ter sido determinada a sua inviabilidade económica.

Transferências e abates

As transferências realizadas em 2023 e 2022 resumem-se como se segue:

	2023	2022
Transferência para Ativo fixo tangível		
Workover PA3	-	2 267 810
	-	2 267 810

Depreciações

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos/reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade, as quais, compreendem 203.319 euros referente às depreciações dos ativos associadas ao desmantelamento ou remoção.

7 Ativos intangíveis

O valor dos ativos intangíveis registados pela EDAR refere-se a direitos de superfície adquiridos para instalação dos aproveitamentos eólicos e programas de computador. A evolução registada para os períodos apresentados é como segue:

	Direitos superfície	Software	Total
A 1 de janeiro de 2022			
Custo de aquisição	362 632	13 892	376 524
Amortizações acumuladas	(167 104)	(13 892)	(180 996)
Valor líquido	195 527	-	195 526
Movimento de 2022			
Adições	222 180	-	222 180
Amortização - período	(22 198)	-	(22 198)
	199 982	-	199 982
31 de dezembro de 2022			
Custo de aquisição	584 812	13 892	598 704
Amortizações acumuladas	(189 302)	(13 892)	(203 194)
Valor líquido	395 508	-	395 508
Movimento de 2023			
Adições	62 030	-	62 030
Amortização - período	(29 740)	-	(29 740)
	32 290	-	32 290
31 de dezembro de 2023			
Custo de aquisição	646 842	13 892	660 734
Amortizações acumuladas	(219 042)	(13 892)	(232 934)
Valor líquido	427 798	-	427 798

8 Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos reconhecidos nesta rubrica, referem-se a participações em instrumentos de capital sobre os quais a Empresa não tem controlo ou influência significativa, os quais se encontram registados ao custo, conforme se indica:

	% detida	2023	2022
Investimentos em associadas			
SEGMA	10	19 988	19 988
Fundação Eng. José Cordeiro	25,91	2 494	2 494
		22 482	22 482
Outros investimentos			
Fundo de compensação do trabalho		16 964	16 004
		39 446	38 486

9 Ativos e passivos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos reconhecidos relativamente a impostos diferidos são apresentados no balanço pelo seu valor bruto.

O impacto dos movimentos nas rubricas de impostos diferidos para os períodos apresentados é como se segue:

	2023	2022
Impacto na demonstração dos resultados		
Ativos por impostos diferidos (Nota 31)	(36 816)	319 828
	36 816	(319 828)

Os movimentos ocorridos nas rubricas de ativos e passivos por impostos diferidos para os períodos apresentados são como se segue:

Ativos por impostos diferidos - Movimentos do período

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2023	12 484	465 194	44 740	184 218	5 744 830	415 570	6 867 034
Utilização	-	-	-	-	-	(415 570)	(415 570)
Constituição por resultados	-	50 913	-	(87 729)	-	-	(36 816)
Movimento do período	-	50 913	-	(87 729)	-	(415 570)	(452 386)
A 31 de dezembro de 2023	12 484	516 106	44 740	96 489	5 744 830	-	6 414 648

	Imparidade de clientes	Provisão Desmantelamento Parques Eólicos	Depreciações parque eólico da Serra do Cume	Revisão de vidas úteis de Ativo fixo tangível	Imparidade de ativos	Benefício fiscal	Total
A 1 de janeiro de 2022	12 484	437 640	44 740	307 513	5 744 830	-	6 547 207
Constituição por resultados	-	27 554	-	(123 295)	-	415 570	319 828
Movimento do período	-	27 554	-	(123 295)	-	415 570	319 828
A 31 de dezembro de 2022	12 484	465 194	44 740	184 218	5 744 830	415 570	6 867 034

10 Inventários

O detalhe de inventários em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

	2023	2022
Inibidor químico	82 517	131 768
Normal Pentano	82 055	88 812
Cyclopentano	37 025	37 025
	201 598	257 605

O Inibidor químico é utilizado nos poços de produção geotérmicos e Normal Pentano e Cyclopentano para utilização no sistema de refrigeração dos grupos das centrais geotérmicas.

O custo dos inventários reconhecidos em 2023 como gasto e incluído na rubrica Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas totalizou 436.462 euros (2022: 357.351 euros) (Nota 25).

11 Clientes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a composição da rubrica de clientes é como se segue:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - outros i)	51 806	52 306	104 112	104 456	52 306	156 762
Clientes - grupo (Nota 36) ii)	4 126 139	-	4 126 139	2 866 104	-	2 866 104
Clientes de cobrança duvidosa	67 846	-	67 846	81 566	-	81 566
	4 245 791	52 306	4 298 097	3 052 126	52 306	3 104 432
Imparidade de clientes	(67 846)	-	(67 846)	(81 566)	-	(81 566)
	4 177 945	52 306	4 230 251	2 970 560	52 306	3 022 866

i) Clientes - outros: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrente da prestação de serviços;

ii) Clientes - grupo: o saldo a receber em 2023 refere-se, à eletricidade produzida e faturada no mês de dezembro à EDA (2.964.856 euros) e juros debitados ao acionista (1.161.283 euros).

O saldo da rubrica de Perdas por imparidade acumuladas nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tem o seguinte movimento:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
A 1 de janeiro	81 566	81 566
Reversão do ano	(13 720)	-
A 31 de dezembro	<u>67 846</u>	<u>81 566</u>

12 Estado e outros entes públicos

No período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de impostos a liquidar/recuperar referem-se a:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>	<u>Devedor</u>	<u>Credor</u>
Imposto sobre rendimento - IRC	-	1 188 977	-	117 499
Imposto sobre rendimento - IRS	-	23 811	-	26 934
Imposto sobre valor acrescentado - IVA	-	623 359	-	540 355
Contribuições para segurança social	-	43 718	-	97 182
Imposto a pagar/recuperar	-	<u>1 879 866</u>	-	<u>781 969</u>

Para os períodos apresentados o saldo relativo ao IRC tem a seguinte decomposição:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Pagamentos por conta	1 587 840	1 658 004
Retenções na fonte	290 321	11 857
Estimativa de IRC (Nota 31)	(3 067 138)	(1 787 360)
	<u>(1 188 977)</u>	<u>(117 499)</u>

13 Acionistas

De acordo com a política financeira do Grupo, os excedentes de tesouraria são cedidos ao acionista EDA. Assim, os valores cedidos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são 61.140.000 euros e 41.350.000 euros, respetivamente, os quais vencem juros à taxa anual de 2,83% (2022: 0,15%). Os juros debitados ao acionista perfazem o montante de 1.451.604 euros (2022: 59.287 euros), conforme Nota 30.

Esta cedência de fundos contratualizada pelo prazo de 12 meses é renovável automaticamente por sucessivos e iguais períodos, estando classificada em ativo corrente.

14 Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os saldos de outras contas a receber são como segue:

	2023	2022
	Corrente	Reexpresso Corrente
Outros devedores		
PRR - Aumento da potência geotérmica	20 419 311	26 526 300
PRR - Corvo renovável	350 484	370 469
Outros	151 375	319 473
	<u>20 921 170</u>	<u>27 216 243</u>
Pessoal	4 940	3 217
Devedores por acréscimos de rendimentos	7 056	-
Adiantamentos a fornecedores	1 865	12 751
	<u>20 935 030</u>	<u>27 232 211</u>

No exercício de 2022, foi reconhecido subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos “Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores”, pela quota-parte do valor investido. O efeito deste subsídio nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como se segue:

	Investimento realizado em 31.12.2023	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido em 31.12.2023	Subsídio reconhecido no capital próprio em 31.12.2023	Passivo por imposto diferido
	PRR - Aumento da potência geotérmica	31 345 417	82 500 000	71 000 000	6 556 745	26 976 056
PRR - Corvo renovável	1 658 046	3 810 000	3 500 000	1 172 656	1 523 139	280 258
Total	<u>33 003 463</u>	<u>86 310 000</u>	<u>74 500 000</u>	<u>7 729 401</u>	<u>28 499 195</u>	<u>5 243 852</u>

	Investimento realizado em 31.12.2022	Investimento total previsto	Subsídio do Governo	Montante recebido em 31.12.2022	Subsídio reconhecido no capital próprio em 31.12.2022	Passivo por imposto diferido
	PRR - Aumento da potência geotérmica	30 822 814	82 500 000	71 000 000	-	26 526 300
PRR - Corvo renovável	403 282	3 810 000	3 500 000	-	370 469	68 166
Total	<u>31 226 096</u>	<u>86 310 000</u>	<u>74 500 000</u>	<u>-</u>	<u>26 896 769</u>	<u>4 949 006</u>

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDAR tem registado na rubrica Diferimentos, os montantes pagos antecipadamente por conta de bens ou serviços a receber em períodos subsequentes como os prémios de seguro.

	2023	2022
Seguros	184 861	82 305
Outros	12 686	-
	197 546	82 305

16 Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da EDAR encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 4.759.994 ações, com o valor nominal de 5 euros cada, detidas pelas seguintes entidades:

	Ações		
	Quantidade	Valor	% detida
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 744 905	23 724 525	99,68%
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	15 089	75 445	0,32%
	4 759 994	23 799 970	100,00%

17 Reservas legais e outras

Estas rubricas registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Total
1 de janeiro de 2022	4 759 994	14 016	70 711 816	75 485 825
Aplicação do resultado do período	-	-	7 922 852	7 922 852
Dividendos atribuídos	-	-	(3 961 466)	(3 961 466)
31 de dezembro de 2022	4 759 994	14 016	74 673 202	79 447 212
Aplicação do resultado do período	-	-	8 531 900	8 531 900
Dividendos atribuídos	-	-	(4 265 950)	(4 265 950)
31 de dezembro de 2023	4 759 994	14 016	78 939 152	83 713 161

A 31 de dezembro de 2023 a reserva legal encontra-se totalmente constituída nos termos da lei (20% do capital social). Esta reserva só pode ser utilizada na cobertura de prejuízos ou no aumento do Capital Social.

Em conformidade com a Assembleia Geral realizada em 22 de março de 2023, do resultado apurado no período no montante de 8.531.900 euros foram distribuídos dividendos de 4.265.950 euros e foi mantido em resultados transitados o montante de 4.265.950 euros. Os dividendos atribuídos aos acionistas foram assim repartidos:

EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	4 252 427
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	13 523
	4 265 950

18 Outras variações no capital próprio

A rubrica de Outras variações no capital próprio inclui os montantes reconhecidos a título de subsídios ao investimento não reembolsáveis, que registaram os seguintes movimentos durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	2023	2022
Subsídios		Reexpresso
1 de janeiro		
Produção geotérmica	34 450 569	8 837 494
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	1 301 492	1 086 193
1 de janeiro (reexpresso)	35 752 061	9 923 687
Atribuição/Anulação de subsídios		
Produção geotérmica	495 414	26 526 300
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	1 157 670	370 469
	1 653 084	26 896 769
Amortização do período (Nota 28)		
Produção geotérmica	(918 993)	(913 225)
Produção eólica, hídrica e fotovoltaica	(155 171)	(155 171)
	(1 074 163)	(1 068 396)
31 de dezembro	36 330 982	35 752 061
Outras dívidas a pagar (Nota 22)		
1 de janeiro	(6 578 379)	(1 825 958)
Atribuição do subsídio	(303 247)	(4 949 006)
Transferência	197 646	196 585
31 de dezembro	(6 683 982)	(6 578 379)
	29 647 001	29 173 682

O saldo não corrente de outras dívidas a pagar é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecido no capital próprio.

O saldo desta rubrica não é distribuível aos acionistas.

O saldo líquido desta rubrica é subdividido por:

	2023	2022
		Reexpresso
Produção geotérmica	27 766 024	28 111 664
Produção eólica e hídrica	1 880 977	1 062 017
	29 647 001	29 173 681

O ajustamento do imposto a pagar no futuro, no montante de 6.683.981 euros (Nota 22) é reconhecido em outras dívidas a pagar (2022: 6.578.379 euros).

19 Provisões

A Empresa reconhece nas suas demonstrações financeiras uma provisão relativa aos gastos de desmantelamento a incorrer no final do período de exploração dos aproveitamentos eólicos. Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os movimentos nesta rubrica foram como se segue:

	2023	2022
A 1 de janeiro	3 279 661	3 110 345
Efeito financeiro (Nota 30)	73 380	(4 572)
Dotação do ano (Nota 6)	(117 018)	173 889
Movimento do período	(43 637)	169 316
A 31 de dezembro	3 236 024	3 279 661
Saldo não corrente	3 236 024	3 279 661
	3 236 024	3 279 661

No exercício de 2023 a Empresa atualizou o valor da provisão tendo utilizado uma taxa de desconto de 2,08%, com base nas vidas úteis do ativo.

20 Financiamentos obtidos

O detalhe dos financiamentos quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do período, é como segue:

	2023			2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	545 455	-	545 455	545 455	545 455	1 090 909
	545 455	-	545 455	545 455	545 455	1 090 909
Juros a pagar - especialização	9 315	-	9 315	1 033	-	1 033
	554 769	-	554 769	546 488	545 455	1 091 942

Os empréstimos bancários referem-se a crédito negociado junto de instituições de crédito, vencendo juro a taxa anual de 0,821%. Estes empréstimos serão reembolsados até 2024.

Os encargos financeiros são contabilizados de acordo com o princípio da especialização de períodos e, quando não liquidados, são adicionados ao valor nominal do empréstimo bancário.

Apresenta-se de seguida os reembolsos dos empréstimos existentes por maturidade:

	menos de 1 ano
Empréstimos bancários	545 455

21 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos de fornecedores são os seguintes:

		2023	2022
Fornecedores - outros	i)	879 609	904 359
Fornecedores - grupo (Nota 36)	ii)	592 665	962 246
		1 472 273	1 866 605

i) Fornecedores – outros: parte significativa deste saldo refere-se aos saldos a pagar pela aquisição de diversos materiais e serviços incorporados no processo normal da atividade da Empresa;

ii) Fornecedores – grupo: decorre da prestação de serviços das áreas administrativas da EDA e da cedência de pessoal, assim como serviços efetuados nos parques eólicos pela SEGMA.

22 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	2023			2022		
				Reexpresso		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Fornecedores						
Fornec. investimentos - grupo (Nota 36)	-	-	-	-	-	-
Fornec. investimentos - outros	676 830	-	676 830	583 011	-	583 011
i)	<u>676 830</u>	<u>-</u>	<u>676 830</u>	<u>583 011</u>	<u>-</u>	<u>583 011</u>
Outros credores						
Credores por garantias prestadas - grupo	22 013	44 025	66 038	22 013	44 025	66 038
Credores por garantias prestadas	13 500	360 450	373 950	26 709	459 000	485 709
Credores diversos	36 116	-	36 116	34 657	-	34 657
Indemnização	729 400	-	729 400	-	-	-
Ajustamentos por imposto a pagar	-	6 683 981	6 683 981	-	6 578 379	6 578 379
iv)						
Credores por acréscimos de gastos						
Encargos com remunerações	338 394	-	338 394	332 247	-	332 247
Juros de empréstimos a liquidar	-	-	-	-	-	-
Outros acréscimos de custo	2 550 539	-	2 550 539	2 445 707	-	2 445 707
v)	<u>2 550 539</u>	<u>-</u>	<u>2 550 539</u>	<u>2 445 707</u>	<u>-</u>	<u>2 445 707</u>
	4 366 792	7 088 456	11 455 247	3 444 342	7 081 404	10 525 748

i) Fornecedores de investimentos: esta rubrica refere-se maioritariamente aos saldos a pagar a fornecedores de equipamentos, prestadores de serviços de apoio ao investimento realizado nos campos geotérmicos;

ii) Credores por garantias prestadas: incluem as cauções prestadas no âmbito da construção da central geotérmica do Pico Alto;

iii) Corresponde à quota-parte da perda de exploração da EDA, da indemnização recebida relativamente à avaria da Central Geotérmica do Pico Vermelho;

iv) Como indicado na Nota 18, o saldo não corrente desta rubrica é referente ao imposto a pagar no futuro relacionado com os subsídios ao investimento reconhecidos no capital próprio;

v) Credores por acréscimos de gastos: a rubrica de outros acréscimos de custos refere-se essencialmente à compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores como contrapartida da exploração dos recursos geotérmicos relativa ao período de 2023 no montante de 2.462.579 euros (2022: 2.205.002 euros). A

taxa de incidência para a determinação da compensação foi de 12,5% em 2023 e 2022 para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande e para o Campo Geotérmico do Pico Alto (Nota 29). E 87.960 euros (2022: 240.960 euros) respeitantes aos gastos incorridos e a faturar por terceiros em diversas obras de investimento e de exploração.

23 Vendas e serviços prestados

O montante de vendas e prestações de serviços reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como segue:

	2023	2022
Vendas de eletricidade		
Fotovoltaica	111 876	104 768
Hídrica	3 306 483	3 560 208
Eólica	6 007 312	5 378 300
Geotérmica	19 700 630	17 640 017
	29 126 301	26 683 293
Serviços Prestados		
Outros	89 808	55 440
	29 216 109	26 738 733

As vendas de eletricidade, no montante de 29.126.301 euros, são efetuadas na totalidade ao acionista EDA (Nota 36).

O ligeiro aumento das vendas de energia geotérmica verificada no exercício de 2023 deveu-se à paragem da Central Geotérmica do Pico Vermelho, devido a uma avaria técnica que apenas ficou resolvida em janeiro de 2022, parada desde setembro de 2021 e devido à atualização do preço unitário.

24 Trabalhos para a própria entidade

O detalhe dos trabalhos para a própria empresa para os períodos apresentados refere-se à seguinte natureza de gastos incorridos:

	2023	2022
Fornecimentos e serviços externos	392 312	749 817
Gastos com pessoal	342 715	501 365
Outros gastos e perdas	20	-
	735 047	1 251 182

25 Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

O detalhe do custo das matérias consumidas demonstra-se como segue:

	2023	2022
Inventários iniciais (Nota 10)	257 605	87 762
Compras	380 455	527 194
Inventários finais (Nota 10)	(201 598)	(257 605)
	436 462	357 351

26 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos registados em 2023 e 2022 é como segue:

		2023	2022
Conservação e reparação	i)	2 215 220	3 169 742
Trabalhos especializados	ii)	751 981	1 143 192
Seguros	iii)	479 561	599 785
Subcontratos	iv)	242 410	242 719
Rendas e alugueres		194 609	171 287
Vigilância e segurança		160 599	107 721
Eletricidade		93 027	81 004
Deslocações e estadas		82 759	85 876
Limpeza, higiene e conforto		73 934	59 481
Transporte de mercadorias		62 911	92 213
Combustíveis		53 240	98 142
Outros fluídos		27 415	25 240
Ferramentas e utensílios		19 661	31 081
Honorários		14 441	21 617
Outros (inferiores a 15.000 euros)		139 866	176 724
		4 611 634	6 105 824

i) A rubrica de Conservação e reparação refere-se essencialmente a gastos com a aquisição de material a incorporar na conservação do equipamento produtivo da Empresa;

ii) Os gastos com Trabalhos especializados incluem os serviços de informática, os honorários para a revisão legal das contas e auditoria, serviços de apoio das áreas administrativas prestados pelo acionista EDA e serviços relacionados com a monitorização dos campos geotérmicos e parques eólicos;

iii) Seguros contratados para os trabalhos de exploração de recursos geotérmicos e parques eólicos;

iv) Os gastos com Subcontratos dizem respeito essencialmente à cedência de pessoal do acionista EDA à Empresa.

27 Gastos com pessoal

Os Gastos com pessoal incorridos durante os períodos de 2023 e 2022 foram como segue:

	2023	2022
Remunerações		
Orgãos sociais (Nota 36)	229 662	234 597
Pessoal	1 635 389	1 727 742
	1 865 051	1 962 339
Outros gastos		
Encargos sobre remunerações	400 361	454 369
Prémios para benefícios reforma	47 802	86 157
Gastos de ação social	58 971	64 124
Pensões	8 160	10 088
Formação profissional	1 740	7 200
Outros	59 459	58 069
	581 084	687 812
	2 446 135	2 650 150

O número médio de empregados em 2023 foi de 63 (2022: 77).

Os gastos com Prémios para benefícios de reforma referem-se às contribuições para planos de contribuição definida no montante de 47.802 euros (2022: 86.157 euros).

Em 2023 e 2022, o valor pago de complemento de reforma a 3 ex-colaboradores não abrangidos por qualquer dos planos descritos ascendeu a 8.160 euros (2022: 10.088 euros).

28 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos pode ser apresentada como segue:

		2023	2022
Sinistros	i)	1 914 250	-
Reconhecimento de subsídios ao investimento	ii)	1 074 163	1 068 396
Deslastragens		247 367	439 608
Outros rendimentos e ganhos	iii)	169 360	-
Rendimentos suplementares		119 254	1 449
Dividendos		43 600	41 400
Alienações		24 265	8 002
Diferenças cambiais		3 575	9 179
Outros rendimentos operacionais		5 941	2
		3 601 774	1 568 053

i) Reconhecimento da indemnização recebida pela seguradora pela compensação das perdas de exploração, devido a avaria na Central Geotérmica do Pico Vermelho, ocorrida a setembro de 2021 até janeiro 2022;

ii) Esta rubrica refere-se ao reconhecimento dos subsídios ao investimento não reembolsáveis obtidos (Nota 18) e reparte-se do seguinte modo:

	2023	2022
Produção geotérmica	918 993	913 225
Produção eólica e hídrica	155 171	155 171
	1 074 163	1 068 396

iii) Reconhecimento da ativação de garantia da Central Geotérmica do Pico Alto, do fornecedor CME.

29 Outros gastos

O detalhe da rubrica de Outros gastos é apresentado no quadro seguinte:

		2023	2022
Impostos e taxas	i)	2 496 303	2 238 562
Deslastragens		266 657	474 413
Donativos		29 545	44 295
Insuficiência da estimativa para impostos		31 051	31 667
Diferenças cambiais		4 764	22 601
Indemnizações de exploração		15 569	16 593
Quotizações		17 853	13 701
Outros gastos operacionais		17 191	33
Multas e penalidades		824	-
		2 879 757	2 841 864

i) A rubrica de imposto compreende essencialmente a taxa de compensação financeira que a EDAR terá de pagar à Região Autónoma dos Açores pela exploração dos recursos geotérmicos. Até ao final de 2022, o valor da compensação ainda não foi liquidado e ascende a 2.462.579 euros (2022: 2.205.002 euros). A taxa de compensação em 2023 e 2022 que é aplicada sobre as vendas de energia geotérmica é de 12,5% para o Campo Geotérmico da Ribeira Grande na ilha de São Miguel e para a Central Geotérmica do Pico Alto na ilha Terceira.

30 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos similares para os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é como segue:

		2023	2022
Juros e gastos similares suportados			
Juros suportados	i)	44 222	4 948
Provisão desmantelamento - efeito financeiro (Nota 19)		73 380	-
Outros gastos e perdas financeiros		7 697	12 237
		125 299	17 185
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros acionistas (Notas 13 e 36)		1 451 604	59 287
Provisão desmantelamento - efeito financeiro (Nota 19)		-	4 572
		1 451 604	63 859

i) Juros referentes aos empréstimos contraídos pela EDAR para o financiamento das suas atividades;

31 Imposto sobre o rendimento

A decomposição do montante de imposto sobre o rendimento reconhecido nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Imposto sobre rendimento corrente (Nota 12)	3 067 138	1 787 360
Imposto sobre rendimento diferido (Nota 9)	36 816	(319 828)
	3 103 954	1 467 532

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de balanço do período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foi de 18,4%.

A reconciliação do montante de imposto do período é conforme segue:

	2023	2022
Resultado antes de impostos	16 685 945	9 999 432
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Imparidade de ativos depreciáveis ou amortizáveis	62 822	58 385
Outros	39	98
<u>Diferenças permanentes:</u>		
Outros	60 024	52 242
Lucro Tributável / (Prejuízo Fiscal)	16 808 831	10 110 157
Matéria coletável	16 808 831	10 110 157
Taxa nominal de imposto	14,70%	14,70%
	2 470 898	1 486 193
Derrama Municipal	140 781	81 546
Derrama Estadual	451 809	217 355
Tributação autônoma	3 649	2 265
Imposto diferido	36 816	(319 829)
Impostos sobre o rendimento do exercício	3 103 954	1 467 531

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2023	2022
Taxa de imposto	14,70%	14,70%
Derrama	1,50%	1,50%
Derrama estadual		
> 1.500.0000 e < 7.500.000	2,10%	2,10%
> 7.500.0000 e < 35.000.000	3,50%	3,50%
> 35.000.000	6,30%	6,30%

32 Dividendos

Os dividendos pagos durante o período de 2023 foram de 4.265.950 euros (2022: 3.961.466 euros) (Nota 17).

33 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa à data do balanço dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

Compromissos para investimentos

Os compromissos assumidos pela EDAR referem-se a adjudicações já efetuadas relativas a empreitadas e equipamentos, conforme segue:

	2023	2022
Empreitadas e equipamentos	126 019	620 617
	126 019	620 617

34 Contingências

Passivos contingentes

A EDAR tem as seguintes garantias bancárias prestadas:

Beneficiário	Objeto	Início	2023	2022
Região Autónoma Açores	Concessão de exploração de recursos geotérmicos no campo geotérmico da Ribeira Grande	2020	500 601	500 601
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Quente (S. Miguel) para a produção de energia hidroelétrica	2018	22 001	22 001
Direção Regional Energia	Atribuição de concessão para utilização privativa da Ribeira Grande (Flores) para a produção de energia hidroelétrica	2018	83 391	83 391
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos do Pico Alto	2017	250 000	250 000
Região Autónoma Açores	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos	2016	249 399	249 399
Vice Presidência Governo, Emprego e Competitividade Empresarial	Pedido de concessão de exploração de recursos geotérmicos no Pico Alto, Ilha Terceira	2015	1 000	1 000
BEI	Garantia exigida aquando do desembolso do empréstimo EDA Power VII-B	2012	545 455	1 636 364
Alfândega de Ponta Delgada	Isonção de Imposto sobre produtos petrolíferos na aquisição de matérias-primas	2001	2 494	2 494
			1 654 340	2 745 249

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDA Renováveis não tinha identificado outros passivos contingentes.

Ativos contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDAR detinha um contrato de subsídio ao investimento destinado a financiar os projetos “Aumento da potência instalada geotérmica para a produção de eletricidade” e “Corvo Renovável - Incremento da potência instalada em renováveis para a produção de eletricidade na ilha do Corvo” enquadrado na componente C14 do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para a “Transição Energética nos Açores” no montante de 74.500.000 euros. O reconhecimento do subsídio, o qual foi reconhecido por contrapartida de Capital Próprio, encontra-se registado apenas na quota-parte do subsídio correspondente à execução dos programas de investimento. Em 2023 e 2022, encontram-se reconhecidos apenas os montantes de 28.499.195 euros e 26.896.769 euros, respetivamente. O remanescente no total de 46.000.805 euros, será reconhecido mediante a execução do investimento

35 Matérias ambientais

No período de 31 de dezembro de 2023 e 2022 não foram atribuídos à Empresa quaisquer subsídios ou incentivos relacionados com matérias ambientais.

A Empresa apresenta nas suas demonstrações financeiras uma provisão destinada ao desmantelamento dos equipamentos e infraestruturas dos parques eólicos no final das suas vidas úteis, a qual também incorpora uma parte de componente ambiental (reposição de terrenos nas suas condições iniciais). A Administração utilizou o seu melhor conhecimento do negócio, bem como o seu conhecimento das melhores práticas do mercado, de forma a estimar os gastos que deverão vir a ser incorridos no final dos respetivos períodos de exploração. Estas provisões foram reconhecidas nas demonstrações financeiras da Empresa de acordo com a NCRF 7, constituindo-se por incremento do Ativo, sendo reconhecida anualmente a depreciação do mesmo.

No âmbito do desenvolvimento da sua atividade, não incorreu em encargos significativos de carácter ambiental, com exceção dos relacionados com o desenvolvimento de um campo de desgaseificação na área das Caldeiras da Ribeira Grande. Em conformidade com a informação disponível e, embora a atividade possa permanecer, a Administração entende que os danos e prejuízos que possam vir a ocorrer com este acontecimento não assumirão no futuro quaisquer montantes materialmente significativos.

No que respeita aos aproveitamentos hídricos e geotérmicos, a Administração considera que, tendo em consideração o tipo de ativos e a lógica de continuidade das operações na Região Autónoma dos Açores, independentemente da existência de um contrato formal que preveja a reversão destes equipamentos produtivos para o Governo Regional ou outra entidade pública, a Empresa terá a responsabilidade de realizar os investimentos de manutenção necessários para manter as condições normais de funcionamento, não havendo lugar a desembolsos futuros com o desmantelamento e/ou remoção destes equipamentos.

A Administração está convicta de que não existem, nesta data, outras obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Sociedade, para além do referido na Nota 34.

36 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDAR é detida pela EDA que detém 99,68% do capital da Empresa.

36.1. Remuneração dos órgãos sociais

Os Órgãos de Gestão da EDAR foram considerados de acordo com a NCRF 5 – Partes relacionadas como sendo os únicos elementos-chave da gestão da Empresa. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as remunerações auferidas pelos mesmos são conforme segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Remunerações (Nota 27)	229 662	234 597
	<u>229 662</u>	<u>234 597</u>

Os membros dos Órgãos de Gestão da EDAR não realizaram qualquer tipo de contrato com a Empresa, para os períodos apresentados.

Adicionalmente foram pagos aos restantes Órgãos Sociais os seguintes montantes:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fiscal Único	15 000	15 000
	<u>15 000</u>	<u>15 000</u>

36.2. Transações entre partes relacionadas

(a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

Acionistas:

EDA – Electricidade dos Açores, S.A.

SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.

Por via de Acionistas:

GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.

(b) Transações e saldos pendentes**i) Acionistas:**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDAR efetuou as seguintes transações com os seus acionistas:

Vendas

	2023	2022
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 23)	29 126 301	26 683 293
	29 126 301	26 683 293

Juros e rendimentos similares obtidos

	2023	2022
EDA - Electricidade dos Açores, S.A. (Nota 13 e 30)	1 451 604	59 287
	1 451 604	59 287

Compras de produtos e serviços

	2023	2022
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	495 568	483 595
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	666 149	572 757
	1 161 716	1 056 352

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos resultantes de transações efetuadas com os acionistas são como segue:

	2023	2022
Saldos devedores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	a) 65 266 139	44 216 104
	65 266 139	44 216 104
Saldos credores		
EDA - Electricidade dos Açores, S.A.	181 010	538 421
SEGMA - Serviços de Engenharia, Gestão e Manutenção, Lda.	432 266	422 155
	613 276	960 576

a) Compreende 61.140.000 euros e 41.350.000 euros em dezembro de 2023 e 2022, respetivamente, correspondente às cedências de fundos ao acionista EDA que vence juros conforme indicado na Nota 13. Adicionalmente, inclui eletricidade do mês de dezembro no montante de 2.964.856 euros e juros no montante de 1.161.283 euros (Nota 11).

ii) Outras partes relacionadas:

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a EDAR efetuou as seguintes transações com outras partes relacionadas:

Compras de produtos e serviços

	2023	2022
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	45 677	19 459
	45 677	19 459

Saldos devedores e credores

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os saldos resultantes de transações efetuadas com partes relacionadas por via de acionistas são como segue:

	2023	2022
Saldos credores		
GLOBALEDA – Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.	1 401	1 670
	1 401	1 670

37 Gestão de Risco

Esta nota apresenta a informação relativa à exposição da Empresa a cada um dos riscos financeiros, bem como os seus objetivos, políticas e práticas para a mensuração e gestão desses riscos, e a gestão de fundos da Empresa em geral. Ao longo das presentes demonstrações financeiras, são apresentadas divulgações de cariz quantitativo que complementam esta informação.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade final pela definição e controlo das políticas de gestão de risco da Empresa. Estas políticas foram estabelecidas com o intuito de identificar e analisar os riscos que a Empresa enfrenta, para definir limites de risco e controlos adequados e para monitorizar a evolução desses riscos e a aderência da Empresa aos limites que se autoimpôs. As políticas e sistemas de gestão de risco são revistos regularmente para se manterem aderentes à realidade das condições dos mercados e às atividades da Sociedade.

a) Risco de crédito e liquidez

O risco de crédito resulta dos excedentes de fundos monetários gerados pela empresa, aplicados no âmbito da sua atividade de gestão de tesouraria que pode expor a Sociedade ao risco de crédito. Como princípio orientador, a Empresa concede empréstimos à sua Empresa-Mãe a partir do excedente de tesouraria obtido.

38 Disposições legais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não existiam valores em dívida à Segurança Social nem à Administração Fiscal.

39 Eventos subsequentes

Até à data da aprovação destas demonstrações financeiras o Conselho de Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas presentes demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Catarina Isabel Raposo**
Num. de Identificação: 13275751
Data: 2024.03.20 09:38:35-01'00'

Catarina Isabel Raposo

Assinado por: **CARLOS ALBERTO RAPOSO BICUDO DA PONTE**
Num. de Identificação: 02313024
Data: 2024.03.20 15:19:45-01'00'

O Conselho de Administração

Assinado por: **Paulo Jorge da Costa André**
Num. de Identificação: 102964
Data: 2024.03.20 16:32:34-01'00'

Paulo Jorge da Costa André

Carlos Alberto Raposo Bicudo da Ponte

Assinado por: **David Luís Ramalinho Estrela**
Num. de Identificação: 07292220
Data: 2024.03.20 15:04:30-01'00'

David Luís Ramalinho Estrela

Assinado por: **Francisco Manuel Sousa Botelho**
Num. de Identificação: 06084973
Data: 2024.03.20 14:55:46-01'00'

Francisco Manuel Sousa Botelho

António Félix Flores Rodrigues

Assinado por: **António Félix Flores Rodrigues**
Num. de Identificação: 06275300
Data: 2024.03.20 15:32:11-01'00'

ANEXOS

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DE AUDITORIA

**RELATÓRIO E PARECER
DO FISCAL ÚNICO**

Senhores acionistas,

Em cumprimento dos preceitos legais e estatutários, e tendo examinado oportunamente o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo da **EDA Renováveis, S.A.** (a Entidade), respeitantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, vem o Fiscal Único submeter a vossa apreciação o seu relatório e parecer.

1. No desempenho das funções que lhe são cometidas, o Fiscal Único procedeu com resultados satisfatórios e com a frequência e a extensão que entendeu necessárias, a uma revisão geral dos procedimentos contabilísticos e a outros elementos comprovativos.
2. O Fiscal Único acompanhou, com a devida regularidade, a gestão da atividade da Entidade, tendo obtido do Conselho de Administração todos os elementos, esclarecimentos e informações necessários ao cumprimento das funções que lhe competem.
3. O Fiscal Único considera que o Relatório de gestão foi elaborado em conformidade com os parâmetros referidos no artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, indicando de forma clara a evolução passada e previsível dos negócios da Entidade.
4. O Fiscal Único considera que as demonstrações financeiras satisfazem os preceitos legais e estatutários e refletem a posição dos registos contabilísticos no fecho do exercício.
5. As políticas contabilísticas adotadas na preparação das contas são as constantes do Anexo às demonstrações financeiras e correspondem à correta avaliação do património social e estão em conformidade com os requisitos legais.
6. Em face do que antecede, emitimos o seguinte parecer:



- (a) Aproveis o Relatório, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa e o Anexo preparados pelo Conselho de Administração com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e
- (b) Aproveis a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados do exercício.

Ponta Delgada, 20 de março de 2024

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **EDA Renováveis, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 169.340.303 euros e um total de capital próprio de 150.742.123 euros, incluindo um resultado líquido de 13.581.992 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **EDA Renováveis, S.A.** em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza



material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento à alínea e) do número 3 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Ponta Delgada, 20 de março de 2024

UHY – OLIVEIRA, BRANCO & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

(n.º 164 e registada na CMVM com o n.º 20161471)

Representada por:

Manuel Luís Fernandes Branco

(n.º 652 e registado na CMVM com o n.º 20160296)

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da EDA Renováveis, S. A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um ativo total de 169.340.303 Euros e um total de capital próprio de 150.742.123 Euros, incluindo um resultado líquido de 13.581.992 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da EDA Renováveis, S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras, a Entidade procedeu à alteração da forma de reconhecimento dos subsídios ao investimento no âmbito do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tendo reexpresso as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para efeitos comparativos, com efeito na redução do ativo corrente, do passivo não corrente e do capital próprio nos montantes de 47.603.231 Euros, 8.758.994 Euros e de 38.844.236 Euros (líquido de passivos por impostos diferidos no montante de 8.758.994 Euros), respetivamente. As referidas demonstrações financeiras reexpressas foram examinadas na extensão necessária para podermos dar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2023. A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, consequentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

A Deloitte é líder global na prestação de serviços de Audit & Assurance, Tax & Legal, Consulting, Financial Advisory e Risk Advisory a quase 90% da Fortune Global 500® entre milhares de empresas privadas. Os nossos profissionais apresentam resultados duradouros e mensuráveis, o que reforça a confiança pública nos mercados de capital, permitindo o sucesso dos nossos clientes e direcionando a uma economia mais forte, a uma sociedade mais equitativa e a um mundo mais sustentável. Com mais de 175 anos de história, a Deloitte está presente em mais de 150 países e territórios. Saiba como as 415.000 pessoas da Deloitte criam um impacto relevante no mundo em www.deloitte.com.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 981.020,00 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2022 e aprovadas pela Assembleia Geral da Empresa, sem o efeito do assunto mencionado no parágrafo de ênfase acima, foram auditadas por duas outras Sociedades de Revisores Oficiais de Contas cujos Relatório de Auditoria e Certificação Legal de Contas, datados ambos de 22 de março de 2023, não incluem reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou a erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

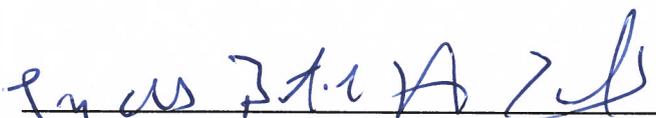
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451º, nº3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 20 de março de 2024



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Carlos Batalha Duarte Catulo, ROC
Registo na OROC n.º 992
Registo na CMVM n.º 20160607